

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TECENDO VIDAS
Cultura e Trabalho das Rendeiras da Prainha de Aquiraz-Ce

Terezinha Bandeira Pimentel Drumond

**Fortaleza
2006**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

TECENDO VIDAS
Cultura e Trabalho das Rendeiras da Prainha de Aquiraz-Ce

Terezinha Bandeira Pimentel Drumond

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Ceará – UFC, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História Social.

FORTALEZA
2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira – UFC
(Orientador)

Prof^ª. Dra. Maria Barbosa Dias – UECE
(Membro)

Prof. Dr. Eurípedes Antonio Funes – UFC
(Membro)

FICHA CATALOGRÁFICA

D859t Drumond, Terezinha Bandeira Pimentel.
Tecendo Vidas: cultura e trabalho das rendeiras da Prainha de
Aquiraz-Ce / Terezinha Bandeira Pimentel Drumond. – 2006.
175p. : il. ; 30cm

Dissertação (mestrado) em História Social. Universidade Federal do
Ceará. Fortaleza, 2006. Almir Leal de Oliveira (orientador).

1. Rendeiras e rendeiras – Aquiraz (Ce). 2. Renda de bilros –
Aquiraz (Ce). I. Universidade federal do Ceará. Mestrado em História
Social. II. Oliveira, Almir Leal de. III. Título.

RESUMO

A presente dissertação analisa a construção, em 1979 do Centro das Rendeiras da Prainha em Aquiraz-Ce, ressaltando a importância deste fato para a organização e profissionalização das artesãs da comunidade. Privilegiando as técnicas da oralidade, somados à investigação da documentação institucional da Associação das Rendeiras da Prainha, este estudo procurou destacar as culturas tradicionais da renda de bilros e da pesca como atividades complementares para a sobrevivência e manutenção das famílias locais. Por fim, o estudo evidencia as ações políticas das rendeiras na perspectiva da cultura associativa, bem como suas práticas na criação e manutenção do espaço de trabalho; algo possível, considerando-se a delimitação do objeto de pesquisa, por meio da produção historiográfica dedicada à história social do trabalho.

Palavras-chave: cultura, trabalho, artesanato, mulher

ABSTRACT

The present dissertation analyses the construction, in 1979, of the “Centro das Rendeiras da Prainha” (community located at Aquiraz, Ceará, Brazil), and emphasizes this fact as a landmark of the local craftwomen’s organization and professionalization. Focusing on oral techniques, added to the investigation of some institutional documentation of the “Associação das Rendeiras da Prainha”, this research aimed to highlight traditional cultures (such as “renda de bilros” and fishing) as complementary activities to local families’ survival and maintenance. Finally, this study evidences the *rendeiras*’ political action in the perspective of associative culture, as well as their practices in the creation and maintenance of their place of work; something that is possible once considering the limitation of the object of study, through historiographic production dedicated to the social history of labour.

Key words: culture, labour, handicraft, women

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	I
Introdução – A Imagem da Prainha na imagem da memória.....	03
 CAPÍTULO I – PRAINHA DE AQUIRAZ: A HISTÓRIA E SEUS SUJEITOS.....	 15
1.1 Um Tema para a História.....	15
1.2 Memórias, Imagens e Narrativas da Prainha.....	19
1.3 Quem São e o que Fazem as Rendeiras da Prainha.....	36
1.4 Renda de Bilros: Trabalho, Cultura e Tradição.....	51
 CAPÍTULO II – CENTRO DAS RENDEIRAS: TRABALHO E COTIDIANO DAS RENDEIRAS DA PRINHA.....	 66
2.1 Políticas Públicas e Trabalho Artesanal no Brasil.....	66
2.1.1 II PLAMEG – atuação das políticas públicas no Ceará.....	72
2.1.2 A construção do Centro das Rendeiras da Prainha.....	76
2.2 Modo de Vida, Cultura e Trabalho no Centro das Rendeiras.....	85
2.2.1 Organização do trabalho: o que mudou?.....	89
2.2.2 Renda de Bilros: de expressão cultural à condição de mercadoria.....	97
 CAPÍTULO III – TECENDO VIDAS.....	 108
3.1 Associação das Rendeiras da Prainha: Experiência Social e Organização do Trabalho.....	108
 Consideração Finais.....	 141
Fontes.....	146
Bibliografia.....	157

Agradecimentos

“Tem muita coisa pra contar”. Foi assim que uma das rendeiras entrevistadas me recepcionou na tarde de terça-feira, do dia 18 de fevereiro de 2003, embaixo de um dos quiosques do Centro das Rendeiras da Prainha, em Aquiraz. De certo, as páginas de uma dissertação não seriam suficientes para comportar todas as “muitas coisas” do universo de vida e trabalho das rendeiras e dos pescadores daquela comunidade.

Várias pessoas contribuíram direta e indiretamente para a realização deste estudo, outras acreditaram e torceram. Agradecer, sem esquecer nomes, é tarefa delicada. Aos possíveis e prováveis esquecimentos, próprios da memória, deixo aqui minhas desculpas.

Agradeço, em primeiro lugar, às rendeiras e aos pescadores que me concederam entrevistas, pelo carinho, paciência, atenção, interesse e respeito a este trabalho;

Ao poeta “Amor”, pelos momentos agradáveis e pelas tapiocas servidas enquanto ouvia e degustava a Prainha através de seus versos;

À rendeira Zenaide Moisés de Sousa, presidente do Centro das Rendeiras da Prainha (2001-2003), que me possibilitou o acesso à documentação da Associação das Rendeiras, fontes valiosas e imprescindíveis ao processo de construção desta narrativa;

Ao Prof. Dr. Almir Leal de Oliveira, orientador, que desde meu ingresso no Bacharelado em História da Universidade Federal do Ceará acreditou e incentivou a realização desse trabalho. Obrigada pelas conversas, leituras, observações, sempre atentas a me conduzir ao foco da questão;

Registro e agradeço o apoio financeiro da Fundação Cearense de Apoio à Pesquisa - FUNCAP, mediante concessão de bolsa de estudo;

Aos professores Eurípedes Funes e Frank Ribard, pelas sugestões, indicações e leitura crítica durante o exame de qualificação;

A Rodrigo Alves Ribeiro, pernambucano amigo, companheiro, sempre presente no percurso e nos percalços mais difíceis desta dissertação. Ao amigo Rodrigo, obrigada pelo apoio e generosidade em me disponibilizar seu tempo, em

compartilhar das visitas ao Centro das Rendeiras e pelas conversas e reflexões sobre trabalho, cultura, direitos, deveres e perspectivas das mulheres trabalhadoras;

À Vilani Mano, pela amizade sólida, pelos momentos festivos, pela pessoa alegre e generosa, e por acreditar, incentivar e revisar o texto concluso;

A Moacir Ribeiro, amigo prestativo da Imprensa Universitária, bom ouvinte e companheiro das taças de vinho na hora da descontração;

Aos professores do mestrado em História Social da UFC que, entre leituras e reflexões, contribuíram significativamente para o meu crescimento e amadurecimento acadêmicos;

E também aos colegas do curso Eduardo, Lindericy, Tácito, Egberto, Emília, Soraia, Camilo, Túlio, Iure, Vagner, Isac e Fábio, pelo convívio e amizade;

À Mônica, pela leitura e incentivo, no início desta pesquisa;

À Regina Jucá, pela paciência em ouvir e pela presteza nos procedimentos burocráticos;

Aos funcionários da Biblioteca Pública Meneses Pimentel e do Núcleo de Documentação Cultural - NUDOC da Universidade Federal do Ceará – UFC, que, cientes da importância da busca documental, forneceram informações e facilitaram acesso a livros e fontes.

Agradeço e dedico esse trabalho:

Ao meu marido Edílson, pela paciência, compreensão, companheirismo e ajuda nas horas de tensão e ausências.

Aos meus filhos:

Edílson Filho, pela atitude adulta e compreensiva durante o período em qual este trabalho foi realizado;

Rômulo, pelas palavras de consolo e carinho nas horas confusas;

Felipe, pela resignação durante minhas ausências e por me fazer sentir o AMOR em todos os momentos da vida.

INTRODUÇÃO

A IMAGEM DA PRAINHA NA IMAGEM DA MEMÓRIA

Há obras que nos mostram a sala de visita da História, com seus retratos emoldurados na parede, os móveis de estilo e um belo arranjo para ser visto. Mas há pesquisas que vão aos fundos da casa, às cozinhas e oficinas, que esgaravavam os terrenos baldios onde se lançam detritos, àqueles lugares onde se movem as figuras menores e furtivas.¹

A Prainha da década de 1970, apresentada na imagem do arquiteto Nearco Barroso², compõe o quadro que analisa, especula e sugere reconstruir por intermédio das imagens a memória de algumas cidades do Ceará, com suas construções e monumentos, vistos pelo artista como imprescindíveis à história do seu povo.

A imagem, construída pelo traçado firme das linhas do autor, sugere possibilidades de interpretações, propõe reflexões acerca da modernidade e das transformações percebidas nos diferentes tipos de construções apresentadas por ele. Evidencia, também, o princípio da descaracterização do modo de vida de uma vila de pescadores e rendeiras.

As dumas presentes e silenciosas, o mar calmo e manso, a areia clara – espelho refletor da luz e da intensidade do sol, os coqueiros bailando com a brisa soprada da praia, a vegetação rasteira, o rio de águas lentas e mornas, o céu aberto com poucas e esparsas nuvens – testemunhas de uma natureza intocada pelo homem, ganham vida nos traços do arquiteto, e nos transmitem a calma e a quietude da Prainha antiga. Prainha de areias brancas, com poucos ou quase nenhum resíduo deixado pelos banhistas. Prainha dos barcos, da pesca artesanal e da renda de bilros, representativo de um modo de vida, que guarda suas

¹ BOSI, Ecléia *As outras testemunhas*. Apud: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Prefácio. Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX. Editora Brasiliense, 1984.

² O arquiteto Nearco Barroso Guedes de Araújo é natural de Manacapuru, Amazonas. Diplomado em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Artes e Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, em 1971, ex-professor das disciplinas “Técnicas de Representação e Expressão”, “Plástica” e “Comunicação Visual” do Centro de Arquitetura e Urbanismo – CAU da Universidade Federal do Ceará – UFC e atual consultor de projetos de arquitetura e urbanismo e de artes visuais.

especificidades e tem seu ritmo próprio. Modo de vida que sofre alterações, indicadas na obra de Nearco, pelas mansões construídas nas dunas, lugar privilegiado pelo contato com o mar e pela vista da praia.

A imagem da Prainha, que surge das linhas do desenho, não busca simplesmente restaurar a Prainha da década de 1970. A relação e a disposição entre as construções que estão no primeiro, no segundo e no terceiro planos definem o sentido e dão significado àquilo que a memória seleciona para ser lembrado. É importante sublinhar que a imagem construída pelo artista resulta da técnica do desenho do qual os traços ganham mais liberdade e fluidez, possibilitando, assim, a construção da memória.

A cabana detalhada e cuidadosamente posta no primeiro plano do desenho indica consciente intervenção do autor na seleção da imagem elaborada, pretendida e guardada em seu campo imagética, quiçá sugestiva de uma época em que as primeiras mansões anunciavam a chegada de um outro tempo na comunidade da Prainha. No entanto, buscando organizar e atribuir sentido a um modo de vida, propositadamente, o autor distancia as moradias rústicas das mansões, deixando estas confusas e misturadas às dunas, lugar de preferência dos novos “moradores”.

No jogo da perspectiva (considere-se, nesta ordem, o primeiro, o segundo e o terceiro planos), o lugar de aparente privilégio das mansões é relegado pelo artista ao um plano inferior, ou seja, ao terceiro; por outro lado, ele busca salientar com traços bem definidos a moradia dos habitantes locais aliada à imagem do barco, que é o instrumento de trabalho deles. Ao pôr em relevo estes elementos (moradias e barco), o autor define com sua arte o que a memória seleciona de mais importante para ser lembrado e recordado.

Nesta imagem, a cabana coberta e revestida de palha e o barco descansando ao lado, bem como as cabanas no segundo plano como que formassem um cinturão de isolamento, impedindo assim o avanço das mansões, é, pois, uma tentativa do artista de organizar e preservar um tempo, sentido e vivido pelos habitantes de uma pequena comunidade. É possível perceber a sintonia entre o mar e as cabanas vizinhas, amigas e companheiras de vida e de trabalho.

O panorama da Prainha apresentado pelos “rabiscos” do arquiteto Nearco³ define com nitidez, nos dois primeiros planos, a importância por ele atribuída ao modo de vida dos sujeitos não traçados em seu desenho. Por outro lado, num jogo de linhas e sombras, ele vai aos poucos delineando as formas das mansões dispersas por sobre as dunas. Nesse jogo da técnica do desenho, o autor sugere e/ou indica permissão e resistência, como se a natureza pudesse reagir à invasão das mansões e a qualquer momento as dunas pudessem envolvê-las com suas areias e logo eliminá-las da paisagem da Prainha.

A exemplo de outras fontes documentais, a imagem não é portadora da verdade. Ela reflete lacunas e imprecisões, ao mesmo tempo que anuncia em alguns pontos a intenção implícita de seu autor em deixar registrado seu olhar, suas preferências e suas lembranças. Para tanto, nos traços que formam a imagem da Prainha é possível perceber a relação estreita entre homem e natureza. Um servindo e se deixando servir pelo outro na complexa dialética das relações, das transformações e das adaptações que aos poucos vão definindo e situando no espaço sua importância, finalidade e necessidades.

Procurando suprir suas necessidades, o habitante local interfere na natureza, sem, no entanto, descaracterizá-la, o que o diferencia, por exemplo, dos turistas e dos visitantes. Quando o homem retira das árvores a madeira para estruturação de suas moradias e para construção de seus barcos – instrumento de trabalho e a serviço da devoção nas procissões religiosas para conduzir o santo padroeiro da comunidade, ou quando se vale das palmas dos coqueiros, que transformadas em palhas, formam o manto de suas casas, está na verdade, transformando pequenas atitudes e comportamentos em cultura.

O barco, instrumento fundamental na vida e no trabalho dos pescadores da Prainha antiga, descansando ao lado da palhoça, após a lida em alto mar, é testemunha dos perigos, das privações e dos acidentes, comuns a essa profissão. É testemunha do peixe vendido na beira da praia, cujo dinheiro é essencial à sobrevivência da família. Testemunha também as preocupações e saudades, sentidas e choradas pelas companheiras que, enquanto os esperam,

³ Vide ARAUJO, Nearco Barroso Guedes de. [et.al] Desenhos – Arquitetura Antiga do Ceará. Cadernos de Arquitetura Cearense v. 2. Edições IPHAN/UFC, 2002. Dimensões 43X30 cm. 140 páginas. Capa – Brochura. Cumpre observar que a imagem apresentada neste apêndice é parte integrante da obra aqui citada.

tecem os fios na elaboração da renda, garantindo, em suas ausências, o sustento dos filhos. O barco, palco das alegrias em dia de culto ao santo protetor, das brincadeiras infantis, da fartura do pescado, é também o barco das tristezas, das lágrimas e dos sofrimentos das viúvas daqueles levados pelas ondas bravias do alto mar.

O silêncio da imagem sugerido pela ausência dos sujeitos sociais peculiares a esse panorama litorâneo suscita questionamento e indagações. Onde o pescador poderia ter ido após guardar o seu barco, na puxada de palha ao lado da sua cabana? A sua companheira, quase sempre rendeira, e os filhos onde estariam? Por fim, por onde andavam os moradores das mansões, os eventuais banhistas e os compradores do pescado, que não estavam aproveitando o mar, o sol e a brisa da praia?

O lugar do sujeito social, bem como sua importância para o artista, são dimensionados pela moradia e pelo instrumento de trabalho. Ler a cultura e ver seu criador. O homem que edifica a cabana está na cabana. O homem que constrói o barco está no barco. Assim o barco, construído a partir da necessidade de sobrevivência, transforma-se em cultura. No entanto, não é o barco em si que representa a cultura. O que o define como cultura é a atitude, o tratamento, o sentido e a utilidade atribuídos a ele.

Nessa perspectiva, o barco, instrumento de trabalho, de devoção e, talvez, de lazer das famílias dos pescadores, envolto e seduzido pela modernidade, transforma-se em barco de passeio turístico.

Ler as ausências dos sujeitos sociais da Prainha na imagem do artista é, sobretudo, compreender com que propósito a memória privilegia registrar a cultura e as ações desses sujeitos, ao mesmo tempo que opta por omiti-los.

É importante observar que a imagem da Prainha construída pelo traçado das linhas, sombras e formas do arquiteto Nearco representa, pois, um fecho de luz que incide sobre determinada realidade que se pretende lembrar. No entanto, quem conduz essa luz a determinados aspectos e a desvia para outros, é o olhar, a interpretação e a subjetividade daquele que faz uma releitura sobre o panorama sociocultural apresentado (velado): neste particular, o historiador.

Se na memória da imagem artística de Nearco Araújo os sujeitos sociais da Prainha foram omitidos, na construção interpretativa da história estes mesmos sujeitos reclamam espaço e voz. Para a historiografia social do trabalho, a

cultura transpassa os limites da descrição, uma vez que o complexo cultural ganha forma somente por meio dos sentidos e das necessidades dos sujeitos que o compõe.

Quando em julho de 2002 fiz a primeira visita ao Centro das Rendeiras da Prainha, situada no município de Aquiraz, no estado do Ceará, dava início à realização de um antigo desejo, qual seja construir uma narrativa histórica, cujos sujeitos sociais fossem mulheres. Quem seriam essas mulheres, o que elas faziam, quais seriam suas histórias de vida e onde encontrá-las, foram indagações que permaneceriam sem resposta por muito tempo. Tempo de leituras, pesquisas e reflexões acerca das temáticas trabalho e gênero.

Muitas dessas leituras foram aos poucos me apresentando mulheres que destoavam do perfil de delicadeza, fragilidade e dependência, atributos responsáveis pelo suposto confinamento delas ao espaço privado, o da família. Apresentaram-me também e, sobretudo, mulheres que sobreviviam dos próprios trabalhos e desenvolviam formas multifacetadas⁴ de resistências, e foram, portanto, capazes de participar da transformação das condições sociais de suas vidas.

Essas leituras, somadas ao eco das lembranças, nas quais inúmeras vezes minha mãe lamentava-se não usufruir de instrução nem de profissão e, por estes motivos, submetia-se a cuidar de “casa e de menino”, aliadas também às minhas vivências de mãe e trabalhadora, foram decisivas no momento de escolher quais mulheres seriam os atores sociais do meu estudo. Seriam, com certeza, mulheres-mães, reconhecidamente comuns: as Marias, as Joanas, as Franciscas e tantas outras que decidiram ser, em um momento preciso de suas vidas, também trabalhadoras.

Neste sentido, o tema em análise propõe uma reflexão sobre os papéis históricos das pessoas comuns, ancorada em suas experiências, vivências de mundo e em seus posicionamentos nas esferas econômica e social. São as rendeiras da comunidade da Prainha os sujeitos sociais desta investigação. Mulheres que aprenderam o ofício da renda desde criança e sempre supriram, ajudaram ou dividiram com os companheiros as despesas domésticas. Construindo

⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva, *Quotidiano e Poder* obra já citada, traz uma discussão pertinente sobre os papéis históricos de mulheres das classes oprimidas, livres, escravas e forras, no processo de urbanização da cidade de São Paulo. Mulheres que, vivendo na linearidade dos espaços sociais, na informalidade, eram presenças ostensivas nas cidades.

e reconstruindo os papéis e redefinindo os espaços por lutas próprias, essas mulheres não se enquadram no discurso da fragilidade e da dependência feminina, tão necessário e tão oportuno para justificar o domínio masculino. São mulheres que circulam e se fazem presentes nos mais diversos espaços e realizam múltiplas atividades para garantir a sobrevivência pessoal e da família.

Neste trabalho, procuro falar não somente das rendeiras e das respectivas histórias de vida, como também abrir um leque de discussão sobre trabalho feminino, relações subjetivas, mecanismos e estratégias de sobrevivência das mulheres trabalhadoras. O Centro das Rendeiras da Prainha foi escolhido não por se tratar do espaço de um grupo predominante de mulheres trabalhadoras e, sim, por representar um “exemplo” de mulheres que têm as histórias de vida pontuadas por lutas e estratégias desenvolvidas dia-a-dia, e pela própria atividade, “ser rendeira na Prainha”, o que lhes empresta particularidade histórica e social.

A história das rendeiras da Prainha é também a história do Centro das Rendeiras, misto de oficina e centro comercial, construído em 1979, decorrente das ações do segundo Plano de Metas do Governo Virgílio Távora, cujo objetivo na área social era a estruturação de cooperativas e pólos artesanais. Tornou-se o espaço de produção e venda do artesanato local, principalmente da renda de bilros. A construção deste Centro considerado como a mais significativa referência de “profissionalização” das rendeiras da Prainha, representou um marco na vida dessas mulheres, já que lhes proporcionou uma estrutura física centralizadora do trabalho artesanal, até então realizado em ambiente domiciliar. Como espaço de trabalho alterou os múltiplos significados e dimensões das rendeiras e de suas famílias.

O Centro das Rendeiras localiza-se em posição estratégica, na passagem dos banhistas para o mar. Outrora era uma construção rústica com estrutura de carnaúba, coberta por palha de coqueiro. Os balcões eram feitos de esteira e trança de palha e, por cima, onde ficam as peças expostas, era de tábua. A aparência física do Centro compunha, pois, o quadro da Prainha antiga, de casas de palha, cujo material de construção era retirado da natureza.

Hoje reformado, feito basicamente de alvenaria e coberto por telhas do tipo colonial, perdeu a aparência rústica, porém mantém a mesma funcionalidade. O Centro é composto por sete quiosques de cinco balcões, com capacidade total para 70 (setenta) rendeiras, já que cada balcão oferece espaço

para abrigar os produtos de duas artesãs. Há também um espaço físico de uso comunitário, onde se guardam produtos destinados à comercialização. As rendeiras quase sempre chegam por volta das onze horas e encerram as atividades aproximadamente às dezoito horas.

Além da renda de bilros, que é o principal produto, são comercializadas peças em crochê, labirinto, filé, palhetão, ponto cruz, ponto cheio, e em bordado manual e industrial. Todos estes artigos são compostos por variadas cores e fios (grossos, finos, brancos, coloridos.). A diversidade visual e material não afeta a delicadeza nem a beleza das mercadorias dispostas em balcões ou em cabides presos por barbantes ao telhado dos quiosques.

Para um olhar mais atento é possível ver o emaranhado de tradições e de culturas representadas na variedade de modelos, tamanhos, cores e formas das peças comercializadas. Ora bailando ao ritmo do vento que sopra da praia, ora descasando em cima dos balcões à espera de compradores, de admiradores, talvez, essas peças representam um saber-fazer que constitui a história de quem as produz.

As mulheres que comercializam no Centro das Rendeiras são de fato e por tradição rendeiras. Algumas, mais habilidosas, com mais disponibilidade de tempo e/ou mais envolvidas comercialmente com a atividade que lhes garante o sustento da família, aprenderam a confeccionar outros tipos de mercadorias para obterem mais lucros. Isto não as impedem de comprar peças prontas, a exemplo das demais que, com o mesmo propósito de oferecer variedade à clientela, revendem peças fabricadas por outras artesãs da comunidade e das localidades vizinhas.

Assim posto, o Centro das Rendeiras da Prainha deu suporte à nossa pesquisa. Buscamos averiguar o porquê de sua criação, como se concretizou, que mudanças financeiras foram decorrentes da prática comercial, mas, sobretudo, procuramos documentar as transformações inerentes à vida, à sobrevivência e à cultura dessas mulheres trabalhadoras: como se deu sua inserção no mercado informal de trabalho e como elas, seus companheiros (maridos) e filhos passaram, a partir deste momento, a se relacionar em família e na comunidade; como o valor monetário atribuído aos seus artefatos de renda influenciou nos comportamentos, na organização do trabalho e nas relações entre elas. Procuramos, percebê-las

também e, principalmente, como trabalhadoras, alargando assim seus espaços de experiências sociais.

Nesta perspectiva, este trabalho está, pois, voltado a olhar e interpretar essas mulheres como agentes de um processo histórico em que cotidianamente (re)definem e (re)constroem seus espaços. Sendo assim, é propósito desta pesquisa somar-se a um vasto leque de discussões e de trabalhos que têm contribuído para o desvelamento das múltiplas identidades, papéis, valores, sentimentos e subjetividades intrínsecas às mulheres na condição de sujeitos históricos que vão se construindo nas relações sociais.

Consciente de que *“a história não narra o passado, mas constrói um discurso sobre este, trazendo tanto o olhar quanto a própria subjetividade daquele que recorta e narra à sua maneira, a matéria da história”*⁵, este trabalho aborda a multiplicidade e a riqueza dos caminhos, das escolhas e das conquistas das rendeiras inseridas em um processo maior, amplo, complexo e plural, que é o mundo do trabalho.

No cotidiano do trabalho das rendeiras da Prainha e de seus companheiros conjugais, os mundos masculino e feminino não se apresentam estanques. Os papéis, os lugares e os comportamentos são cotidianamente transformados e/ou refeitos e (re)significados. Portanto, falar das rendeiras é também falar dos companheiros delas, na maioria, pescadores, e das relações que se estabelecem entre eles.

A proposta deste trabalho não é priorizar os conflitos, as contradições e dualidades que permeiam o universo masculino/feminino. A intenção é compreender o trabalho da renda e da pesca numa perspectiva de complementaridade, de companheirismo e de sobrevivência dos habitantes da comunidade da Prainha.

Dessa forma, esta pesquisa se abre para o estudo de como, ao longo dos anos, as rendeiras da Prainha foram tecendo suas histórias com os fios da renda, conquistando novos espaços e criando formas particulares de resistência e organização. Estas rendeiras, e tantas outras mulheres saem do anonimato social ao povoarem as páginas das investigações históricas, mostrando como foram e são capazes de serem além de mães e donas-de-casa, trabalhadoras.

⁵ RAGO, Margareth. *As Mulheres na Historiografia Brasileira*. In: SÍLVIA, Zélia Lopes da (org). *Cultura e História em debates*. São Paulo, 1995.p. 81.

Desde o contato inicial com a documentação: relatos orais; estatuto de fundação da Associação das Rendeiras da Prainha; Regimento Interno do Centro; atas de reuniões e das assembleias ordinárias e extraordinárias; relatórios das atividades diárias do Centro; PLAMEG II – Plano de Metas do Governo Virgílio Távora; dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre população, economia e sobre o surgimento da cidade de Aquiraz; jornais *Diário do Nordeste* (cadernos Regional, Cidade e Turismo) e *O Povo* (caderno Turismo); articulada sempre às leituras teóricas, surgiram questionamentos tais como: quem são essas mulheres, quais as trajetórias seguidas por elas até se tornarem trabalhadoras, como conquistaram o direito ao trabalho fora de casa e quais as conseqüências advindas dessa nova realidade, quando o trabalho, outrora produzido e comercializado quase sempre no espaço do lar, tornou-se público?

Na realização deste estudo, estas indagações se cruzaram constantemente com outras mais complexas e mais abrangentes. Questionamentos como: qual a relação entre as políticas públicas do governo Virgílio Távora e a figura emblemática da então primeira-dama, Luiza Távora? Qual a relação dela com o trabalho artesanal no Ceará? Em que contexto (década de 1970) a mulher rendeira assumiu o trabalho fora do lar e como a relação trabalho feminino x autonomia familiar redefiniram normas, papéis, condutas e conduziram a novas discussões e novas realidades?

No decorrer da pesquisa, alguns elementos de reflexão ganharam destaque, outros foram abandonados. Passo a passo, entre uma visita e outra à Prainha, às comunidades adjacentes e ao Centro das Rendeiras, foi possível definir melhor os objetivos da pesquisa. Partindo das experiências e das vivências cotidianas das rendeiras, procurei construir uma narrativa cujo enfoque central é o trabalho feminino, os mecanismos e estratégias de sobrevivência das mulheres trabalhadoras da Prainha. Delas, procurei documentar a trajetória de vida, enfocando a importância do trabalho feminino e suas implicações nas mudanças socioeconômicas percebidas naquela comunidade.

A preocupação central no primeiro capítulo é apresentar o universo histórico-cultural da comunidade da Prainha antes de 1979, ano de construção do Centro das Rendeiras, espaço das ações dos atores sociais desse estudo. Pelos meandros da memória, das imagens e narrativas dos entrevistados, procurei

documentar o modo de vida das rendeiras da Prainha, as tradições e costumes construídos e adaptados em conformidade com as necessidades delas. Investiguei, também, como as mulheres experimentaram a cultura da *renda de bilros* como profissão e como lidam com a autonomia financeira decorrente do trabalho. Busquei percebê-las trabalhadoras e inculí-las entre as inúmeras mulheres trabalhadoras, registrando suas experiências como sujeitos da própria história. Procurei perceber, também, e, principalmente, como o trabalho feminino alterou as relações sociais na comunidade da Prainha.

O segundo capítulo, “Centro das Rendeiras: trabalho e cotidiano das rendeiras da Prainha” analisa inicialmente a importância da construção do Centro das Rendeiras, inserido na efervescência de valorização que o artesanato vinha conquistando institucionalmente. Ressaltando as políticas públicas desenvolvidas a partir 1950, este capítulo objetiva perceber a construção do Centro como parte do plano de governo estadual que estimulava a organização das atividades artesanais das populações de baixa renda. Uma vez instituído o espaço de trabalho “formal” – Centro das Rendeiras da Prainha, observa-se nos depoimentos alterações no modo de vida e de trabalho das artesãs da comunidade, bem como a transformação em “mercadorias” dos artefatos de renda culturalmente produzidos.

O último capítulo “Tecendo Vidas” centra a análise na criação da Associação das Rendeiras da Prainha, fato que ocorreu em 1989, dez anos após a criação do Centro. Esse momento ímpar na experiência de organização do trabalho das rendeiras diferencia-se dos demais por caracterizar a legitimação da categoria e a organização formal do Centro, que ressignificou as ações dessas mulheres em busca de parcerias na utilização e disputa do espaço de trabalho.

Para a realização desta pesquisa, a História Oral se constituiu numa fonte riquíssima. Em um trabalho com essas características, as entrevistas com as rendeiras, os pescadores e antigos moradores da comunidade da Prainha assumiram grande importância. A propósito, a oralidade é o elemento que impulsiona, irriga e dá vida a esta investigação. Muitas questões se colocam para quem lida com História Oral. É relevante estar atento à relação dialógica que se estabelece entre pesquisador e entrevistado e, sobretudo, à dimensão social e dinâmica da memória. Dessa forma, é possível perceber memória como a

reelaboração de um momento social e a representação de um passado que, ao ser lembrado, evoca a subjetividade do entrevistado.

Para discutir a experiência histórica das rendeiras da Prainha foram utilizados como fontes de pesquisa os depoimento delas e dos pescadores, reunidos no total de dezesseis entrevistas, além das informações anotadas no diário de campo, resultado de observações e conversas informais. As entrevistas foram realizadas com base num roteiro de perguntas previamente elaboradas, contendo questões relevantes ao trabalho. À medida que a memória fluía, esse roteiro era repensado, reelaborado. Ora por minha interferência, ora pela seleção dos acontecimentos rememorados pelos entrevistados. Durante essa etapa, as próprias rendeiras e os pescadores indicavam outras pessoas com as quais eu poderia conversar. Dessa forma, pude entrevistar duas gerações distintas de rendeiras e perceber que as narrativas falavam de tradições, de culturas, de saberes, em diferentes temporalidades.

Na Biblioteca Pública Meneses Pimentel, setor Ceará, pude consultar textos específico sobre artesanato, rendas, trabalhos manuais e o documento do PLAMEG II – Plano de Metas do Governo Virgílio Távora (1979-83). Por esta documentação foi possível perceber a construção do Centro das Rendeiras da Prainha, em 1979, como parte de um processo de organização de cooperativas e pólos artesanais no Ceará. Pude consultar também os jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste*, dos anos de 1984, 1994, 1995, 2000 e 2001. Consultei também na biblioteca do IBGE textos sobre a cidade de Aquiraz e suas comunidades.

A boa vontade e a gentileza de algumas rendeiras e da presidente do Centro na época, a Sra. Zenaide Moisés de Sousa, permitiram-me acesso à parte significativa da documentação da Associação das Rendeiras da Prainha; ao Estatuto de Fundação da Associação das Rendeiras, ao Regime Interno do Centro, ao Livro de Atas e Livro de Registro das atividades diárias do Centro das Rendeiras, sem as quais seria difícil a realização dessa pesquisa. No entanto, é relevante citar que, por motivo de desentendimentos e conflitos internos, principalmente no momento de mudança de diretoria do Centro não tive acesso à outra parte importante da documentação da Associação das Rendeiras da Prainha.

Para além das limitações impostas pelas inconstâncias, lacunas, silêncios das fontes e dificuldades comuns a toda investigação histórica, esta narrativa tentou documentar e analisar as rendeiras da Prainha como sujeitos

históricos que se organizam a partir das suas tradições culturais e, assim, tecem sua relações sociais de vida e de trabalho.

Capítulo I

PRAINHA DE AQUIRAZ: A HISTÓRIA E SEUS SUJEITOS

1.1 Um tema para a História

‘Toda história depende finalmente de seu propósito social’, e a história oral é a que melhor reconstrói as particularidades triviais das vidas das pessoas comuns.⁶

Até há pouco tempo, uma investigação histórica sobre homens e mulheres de uma pequena comunidade pesqueira não se justificava. A idéia de que os registros históricos eram espaços reservados a heróis, e heróis masculinos, e a seus grandes feitos, não deixavam frestas por onde ecoassem as vozes dos mortais comuns: homens e mulheres, seres vivos e concretos, inseridos numa sociedade, participando de um emaranhado de funções, preocupações e atividades múltiplas, que, salvo a luta pela sobrevivência, não pretenderam nenhuma atitude heróica.⁷

Por um longo período, os registros históricos eram espaços reservados aos grandes homens e seus feitos heróicos. Os livros, textos e arquivos encontravam-se abarrotados de figuras ilustres: os “fazedores da história.” Essa visão elitista que reservava o anonimato ao resto da humanidade, aos poucos perdeu espaço para uma nova forma do fazer histórico. Ao se interessar pelos mortais comuns e suas atividades, a História expandiu seus objetivos, formulou novos problemas, novas abordagens e problematizou novas fontes.

⁶ THOMPSON. E. P. *APUD*: PRINS, Gwyn. História Oral. In: BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História – Novas perspectivas*. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 192.

⁷ A Escola dos Annales principalmente representada por Lucien Febvre e Marc Bloch, a partir de 1929, certamente contribuiu na divulgação da chamada “nova história”. Uma história que, segundo Lucien Febvre, não deveria se interessar pelo “homem abstrato, eterno, de fundo imutável e perpetuamente idêntico a si mesmo, mas pelos homens sempre tomados no quadro das sociedades em que são membros, numa época bem determinada; pelos homens dotados de funções múltiplas, de atividades diversas, de preocupações e de aptidões variadas”. FEBVRE, Lucien. *Viver a História: palavras de iniciação*. In: *Combates pela História*. Ed. Presença, 1989, p. 30.

O estudo sobre a Prainha de Aquiraz, é relevante uma vez que procura focar historicamente as experiências de pessoas comuns, rendeiras e pescadores, e o modo de se posicionarem como sujeitos ativos na comunidade em que vivem.

As transformações pelas quais a História passou nas últimas décadas, debruçando-se sobre temáticas, problemas e fontes até então excluídas do seu campo de interesse, contribuíram significativamente para que os chamados “grupos marginalizados”, como as mulheres, a família, os operários e tantos outros, fossem alçados à condição de sujeito e objeto de estudo. Foi no bojo dessas transformações que surgiu a História das Mulheres.

Nessa perspectiva, o cotidiano surge como um espaço fértil para o estudo da cultura, um lugar também de produção, de pluralidade de ações e tensões que refletem uma política de sobrevivência. Um lugar, enfim, de homens e mulheres comuns, feitos de carne e osso, de erros e acertos no processo de construção de suas subjetividades.

A História, portanto, pouco se debruçou sobre a história de pessoas “menores”⁸. Buscar nos livros e arquivos vestígios da presença e das ações dessas pessoas constitui-se, pois, numa árdua tarefa. Tarefa que desafia o pesquisador e lhe indica outros caminhos para utilização de novas fontes. Se “*a história não é produto exclusivo dos grandes acontecimentos, ao contrário, ela se constrói no dia a dia de discretos atores que são a maioria*”⁹, é preciso, portanto, ouvir a fala dessas pessoas. Assim sendo, a História Oral se apresenta ao pesquisador como uma possibilidade de ouvir esses atores sociais, principalmente porque muitas informações contidas em seus depoimentos não estão depositadas nos arquivos.

⁸ A expressão “pessoas menores” refere-se à importância histórica que era destinada às pessoas comuns, na perspectiva da História Oficial. PERROT, Michele de. O livro *Os Excluídos da História: operário, mulheres e prisioneiros*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1998, traz uma discussão interessante sobre as formas diferenciadas e particularizadas de inserção dos grupos menores nos registros históricos.

⁹ DEL PRIORI, Mary. História do cotidiano e da vida privada. In: *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. FLAMARION, Ciro e VAINFAS, Ronaldo (orgs). Ed. Campus. Rio de Janeiro, 1997. Considere-se que o foco desse estudo (as rendeiras da Prainha) tem uma dinâmica social, por estarem devidamente situadas no tempo e no espaço: são elas sujeitos históricos. Ao lidar com as ações das rendeiras devo acrescentar que o papel do historiador implica numa leitura devidamente construída em torno dos mesmos sujeitos, por meio dos seus fragmentos culturais: memória (oral), escritos (atas, estatutos, regimes, livros de registros etc.), que especificam e dão sentidos a essa narrativa.

Elas chegam até nós através da memória. Neste sentido, “a memória constitui elemento de significativa importância à reconstituição do processo histórico.”¹⁰

Cumprido destacar aqui a participação e a influência do historiador Edward Palmer Thompson como defensor das fontes orais na história social moderna, meio pelo qual é possível conhecer, respeitar e compartilhar das opiniões, experiências e valores dos esquecidos pela “história vista de cima”. Dessa forma,

A oposição à evidência oral é muito mais fundamentada no sentimento do que no princípio. A geração mais velha de historiadores que ocupam as cátedras e detêm as rédeas é instintivamente apreensiva em relação ao advento de um novo método. Isso implica que eles não mais comandem todas as técnicas de sua profissão. Daí os comentários depreciativos sobre os jovens que percorrem as ruas com gravadores de fita.¹¹

Ao relatar suas memórias, as pessoas nos convidam a entrar num campo rico de vivências e de experiências, chamado “cotidiano”. É o estudo do cotidiano que nos possibilita perceber como elas constroem, experimentam¹² e vivenciam as relações sociais. Dessa forma, para analisar o cotidiano da comunidade da Prainha, na perspectiva de desvelar a multiplicidade das relações e dos papéis desempenhados por seus moradores, é necessário estar atento às definições e redefinições que o termo comunidade adquiriu ao longo da História.

Carregada de sentidos, e interpretações, a palavra comunidade já foi definida e cogitada como sendo o lugar onde todos se entendiam e se ajudavam e, portanto, a solidariedade era consequência natural. Entretanto, se analisarmos as especificidades, diferenças e múltiplas relações que se estabelecem entre as pessoas que habitam um mesmo lugar, veremos que tais definições não sintetizam a complexidade do universo “comunidade”.

¹⁰ FUNES, Eurípides A. “Nasci nas matas, nunca tive senhor” – História e memória dos mocambos do baixo Amazonas. In: Liberdade por um fio: *História dos Quilombolas no Brasil*. REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos (orgs). Ed. Companhia das Letras. São Paulo, 1996. p.468.

¹¹ THOMPSON, E. P. The Voice of the past: Oral History, Oxford, 1978, p.63. In: PRINS, Gwyn. *Op. cit.* p.165.

¹² Sobre o termo “experiência”, ver THOMPSON, E.P. O Termo Ausente: Experiência. *A miséria da Teoria*. Cap. XV. Zaliar, Rio de Janeiro, 1981.

Segundo Paulo Fontes, a tendência de abordar a “*comunidade não apenas como um lugar, mas também como um conjunto de relações sociais*”¹³ foi iniciada juntamente com idéias da História Social difundidas pelos historiadores britânicos da década de 1960.

Essas idéias ampliaram as perspectivas de estudo das classes, tornando possível ao pesquisador ultrapassar os muros das fábricas e os limites das relações de trabalho, de maneira que pudesse perceber o operário em outras esferas da sua vida. Assim sendo, o conceito comunidade passa, a ser refletir não apenas um simples espaço físico, mas também o vasto cenário sociocultural no qual as ações e relações sociais se estabelecem.

Para além das definições e dos conceitos do termo comunidade, este estudo narra a história de vida de homens e mulheres que certamente divergem, entram em conflitos, mas que, em meio ao antagonismo e às diferenças pessoais, apresentam objetivos comuns que os unem e os identificam como membros da comunidade da Prainha. Comunidade nesta narrativa deverá ser entendida como a conjunção do lugar, das ações e relações tecidas cotidianamente por seus moradores.

Os tópicos que compõem este capítulo apresentam a comunidade da Prainha antes da década de 1970, e ressaltam a importância das narrativas de homens e mulheres que têm as histórias de vida entrelaçadas à história da comunidade em que vivem. Assim é importante compreender que a comunidade da Prainha sintetiza, além do espaço, outros elementos como: trabalho, lutas e relações sociais, cultura, modo de vida, sonhos e anseios dos habitantes.

¹³ FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1845-1966)*. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2002. p.9. Discutindo alguns historiadores do trabalho em sua tese, Paulo Fontes refere-se à ambigüidade existente no próprio conceito de comunidade. Segundo esse autor “os historiadores do trabalho negligencia a longa tradição de controvérsias e debate em torno desta noção, especialmente na tradição sociológica”. A História do Trabalho, a história da formação da classe operária, o “fazer-se” segundo Thompson, a partir da década de 60, amplia as perspectiva de estudo e de entendimento da comunidade. Assim a utilização a-crítica desse conceito é bastante problemática.

1.2 Memórias, imagens e narrativas da Prainha.

Quem conheceu a Prainha há muitos anos atrás era uma Prainha antiga, do pai do pai dos meus pais, pode observar que hoje está diferente demais.¹⁴

Prainha. Prainha é uma comunidade de aproximadamente dez mil habitantes¹⁵, situada na Barra do Catu, rio de águas claras e recortado por coqueirais, distante 5 km do distrito-sede. Historicamente, apesar de ser vinculada a Aquiraz¹⁶, primeira vila da Capitania do Ceará, localizada a 28 quilômetros de Fortaleza, cuja fundação data do século XVIII, existe pouco ou quase nenhum registro daquela localidade em períodos remotos, bem como sobre sua população.

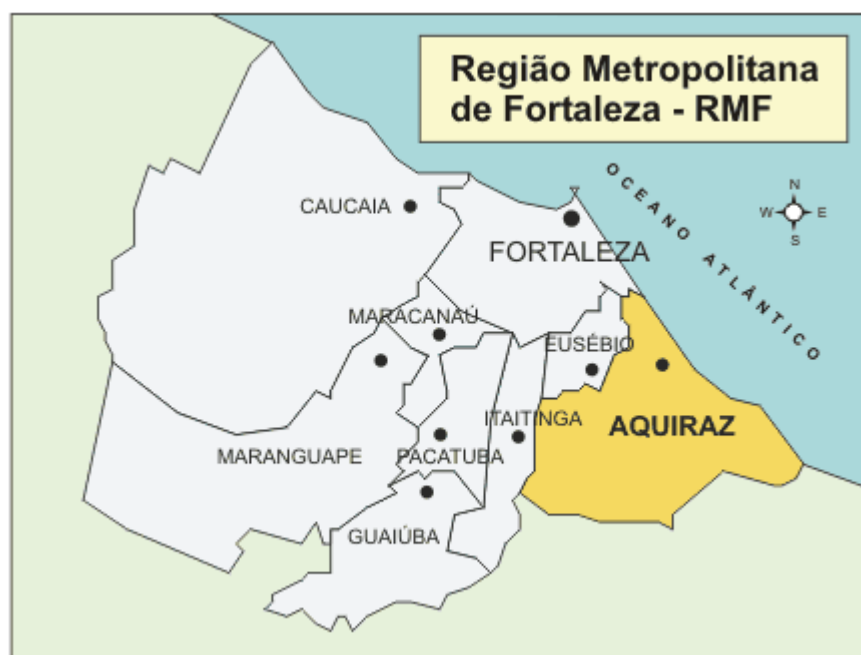
A chegada da energia elétrica em 1968 e o melhoramento das vias de acesso são apontados nas narrativas como fatores importantes e decisivos do interesse turístico na região¹⁷, em parte também, pela descoberta das belezas naturais da Prainha, com bonito cenário composto por mar, rios e coqueirais.

¹⁴ O pescador-poeta Paulo Horácio de Brito, conhecido na comunidade com poeta Amor, Foi o primeiro morador da Prainha que entrevistei, no dia 7 de janeiro de 2003. Em companhia do funcionário da SEDETUR – Secretaria de Turismo de Aquiraz, Paulo Renan cheguei à sua casa, localizada num “bequinho” charmoso contornado por flores aos lados, na rua principal que dá acesso ao Centro das Rendeiras. Conhecendo a comunidade e seus habitantes e informado sobre meus objetivos, Renan levou-me até o poeta “Amor”, respeitado na comunidade pela sua memória “brilhante”, por seus versos e por sua hospitalidade.

¹⁵ Essa informação nos foi fornecida pela Secretaria de Ação Social de Aquiraz, porém está incluída a população das comunidades vizinhas, como por exemplo, a comunidade do Japão, da Tapera, e a população considerada flutuante. Além dessa população flutuante, que reside em outras cidades e mantém casas de veraneio, a população sofre variações significativas no período considerado pelo turismo de alta estação, que compreende os meses de dezembro, janeiro e julho. No mês de novembro é registrado também um aumento da população local, em decorrência da festa do padroeiro Nossa Senhora dos Navegantes.

¹⁶ Embora de cunho didático, o livro *Descobrimos e Construindo Aquiraz: Conhecimentos de Geografia e História*, dos autores Antônio Wellington Lima Cavalcante, Manuel Alves de Sousa e Maria Jeane Augusta Albino, traz informações pertinentes sobre a cidade de Aquiraz, seu espaço geográfico, lazer e turismo, ressaltando também, sua história como primeira capital do Ceará e suas manifestações culturais. Para um passeio saudosista na Aquiraz de outrora, bem como as transformações pelas quais a cidade passou ao longo dos tempos, e um detalhamento minucioso sobre seus distritos: João de Castro, Camará, Patacas, Tapera, Justiniano de Serpa, Caponga da Bernarda e Jacauma ver: SANTOS, José Mauricio Câmara. *Aquiraz: todos juntos rumo ao novo milênio*. Ed. Aliança. Agosto de 2002.

¹⁷ As rendeiras e dos pescadores entrevistados para a realização desse estudo já moravam na Prainha muito antes da chegada da energia elétrica e dos potenciais melhoramentos na região. Assim como eles, seus pais, avós e bisavós surgem em suas narrativas como moradores antigos da comunidade. Assim afirma Dona Santa, rendeira, “Quando eu me entendi por gente só tinha duas casas, a casa do meu pai e o vizinho.”



Fonte: Imagem disponível no site: www.aquiraz.ce.gov.br

A partir desse “descobrimento”, o nativo da Prainha passa a compartilhar o cenário de belezas naturais com os visitantes, os turistas e os moradores das mansões construídas nas dunas brancas e hospitaleiras. Belezas compartilhadas, transformadas e testemunhas das mudanças e das permanências percebidas na comunidade.

A principal atividade econômica na Prainha era a pesca artesanal. Juntamente com ela desenvolveu-se entre as mulheres há muitas gerações, a produção de renda de bilros.

A pesca artesanal na Prainha, por muito tempo, garantiu a sobrevivência das poucas famílias da comunidade. Essa atividade era realizada em jangadas de piúba, madeira leve, e muitas eram fabricadas pelo próprio pescador. As jangadas depõem de compartimento abaixo da proa, onde se guarda o pescado. Sem nenhuma segurança ou conforto, os pescadores ficavam até seis ou sete dias em alto mar, e só retornavam quando consideravam a quantidade, “boa”, do pescado. Os imprevistos aconteciam, as vezes as pescarias não rendiam, e eles retornavam para suas famílias com pouco ou nenhum peixe. Entre os imprevistos, muitos dos pescadores foram vítimas de acidentes graves.



Fonte: Imagem disponível no site:
www.aquiraz.ce.gov.br

Para compreender o universo de vida e de trabalho e os significados das relações construídas e experimentadas no cotidiano de uma comunidade de rendeiras e pescadores, procurei seguir os relatos dos depoentes, que me levaram por caminhos de marcação de tempo e de experiências vividas, rememoradas e resignificadas nas falas.

Pelas narrativas verifiquei que o “tempo de antigamente” e do “acontecimento da minha época”, guardados fortemente na memória dos moradores mais antigos da comunidade, era o tempo da Prainha da lamparina, do lampião, das festinhas ao som de rádio, das rodas de conversas ao fim do dia e do bar do Sr. Leôncio.

As memórias e imagens da Prainha construídas pelo pescador Paulo Horácio de Brito, o conhecido poeta “Amor”, são significativas para exemplificar a relação dos moradores com o tempo da Prainha “de antigamente”. Em clima de

informalidade, sentada em um tamborete¹⁸ e comendo da tapioca feita por sua esposa, Maria do “Amor”, escutei dele, por mais de uma hora, um relato poético-lírico, sobre a história da Prainha:

O povo aqui da Prainha
só vive mais de pescar
ele sai de madrugada
não tem pra quem apelar
alimenta sua família
com os produtos do mar

Rendeira e pescador
Todos moram na Prainha
Um pesca e outra faz renda
Com seu tecido de linha
O pescador sai de manhã
Só vem chegar de tardzinha.¹⁹

O poeta Amor traz em seus versos relatos de um modo de vida de homens e mulheres que se mantinham (hoje grande parte já tem outras alternativas) basicamente da pesca e da renda, atividades que possuíam especificidades e ritmos próprios, complementares no sustento da família.

No verso “*um pesca outra faz renda*” o poeta Amor nos fornece informações sobre os papéis desempenhados pela mulher e pelo homem na sobrevivência e reprodução do modo de vida da família. Provavelmente esta divisão era imposta pelas peculiaridades próprias do trabalho. Tendo os homens que enfrentar um trabalho difícil e perigoso em alto mar, fato que exigia dias de ausências, as mulheres acabaram por assumirem os cuidados com a casa e com os filhos. Além destes cuidados, as mulheres completavam o orçamento doméstico com os trabalhos na almofada.

Para além dos combates e dos conflitos que permeiam o universo masculino/feminino, as atividades tradicionais desenvolvidas na comunidade Prainha, retratam companheirismo e complementaridade na sobrevivência, e no modo

¹⁸ Tamborete é um banco feito de madeira sem encosto muito utilizado em comunidades como a das rendeiras da Prainha.

¹⁹ Entre um verso ou outro, o poeta-pescador como prefere ser chamado, falava da sua infância, da família numerosa, das dificuldades, da falta do gás de cozinha e das suas idas às matas em busca de lenha para manter o fogo aceso. Falava também sobre a religiosidade de sua mãe, a quem acompanhava todos os domingos à missa na igreja de Aquiraz e dos siris pescados no rio Maceió, que supria a falta do peixe em dias de mar revolto. Entrevista realizada em 7 de janeiro de 2003.

de vida e de responsabilidades divididas e assumidas por homens e mulheres no sustento da casa e nos cuidados com os filhos.

Sentada no tamborete escutando versos, por alguns momentos, tive dificuldade em saber se o poeta-pescador falava de si próprio ou da Prainha, como se a história de ambos fosse uma só. Confundiam-se as vivências do poeta às experiências sociais dos membros da comunidade.

Enquanto recitava seu relato poético, avistei no canto da sala a almofada da esposa, descansando sobre um, entre outros, tamboretos que compunha a mobília da casa. Este objeto, aparentemente desprovido de significados, faz parte do universo da renda de bilros e são testemunhas caladas deste saber que atravessa gerações. Um, servindo de suporte para a almofada enquanto a rendeira trama os fios na confecção das peças, outro, de acento para a artesã, outro ainda, para apoiar aquela almofada que descansa quando a dona está cuidando da casa, fazendo a comida e acalentando os filhos.

A Prainha foi por muito tempo uma comunidade de rendeiras e pescadores. Um lugar pequeno, calmo, iluminado por luz de lamparina e que encerrava a vida noturna por volta das vinte horas. “Donos da Prainha”²⁰, eles construíam suas casas, a maioria de palha e chão batido, à beira da praia. No dizer do Mestre Sales

Aqui [Prainha] não existia outras pessoas que não fosse daqui, da Prainha. Não tinha outras pessoas aqui que não fosse pescador²¹

No mesmo tom, completa a rendeira Maria Helena.

Não existia essas casas, era casinha de palha, palha de coqueiro. Tudo era feito de palha de coqueiro. Era bem pertinho do mar, lá de casa a gente via a jangada encaiar de manhã.²²

²⁰ A expressão “Donos da Prainha” surge nas narrativas como uma maneira de dizer que todos pertenciam aquele lugar e que não havia ninguém de fora.

²¹ O pescador Francisco de Sales Almeida, o Mestre Sales como é conhecido na comunidade recebeu-me no dia 7 de janeiro de 2003 na sede da Associação dos Pescadores, fundada em 1986, da qual era o presidente. Falante, com uma boa oratória - talvez adquirida na prática dos cultos realizados na igreja Assembléia de Deus, que frequenta desde criança. -, fala da sua infância, da influência protestante de seus avós maternos, dos divertimentos e das pescarias, arte que aprendeu ainda menino ensinado pelo avô.

²² A entrevista realizada com a rendeira Maria Helena Caetano Ferreira no dia 25 de novembro de 2005, aconteceu em sua barraca no Centro das Rendeiras, quiosque que ocupa há mais de vinte anos. Relembrando a Prainha da sua infância, falou das poucas casas, da vida calma, “sem luxo”,

De acordo com as narrativas do Mestre Sales e da Dona Helena a população da Prainha naquela época se resumia praticamente aos pescadores e respectivas famílias. No tempo rememorado por eles, o mar e as casas eram vizinhos, e a sobrevivência estava intimamente ligada à natureza.

Compondo o quadro das atividades econômicas da antiga Prainha, desenvolveram-se na comunidade as agriculturas de subsistência, basicamente do milho, do feijão e da mandioca. A atividade agrícola praticada possivelmente nos arredores da pequena vila, denominados “interior” pelo pescador Oliveira, tinha sua importância na sobrevivência diária das famílias e nas trocas com o pescado. O intercâmbio comercial entre a Prainha e as localidades vizinhas era muito limitado, em virtude da falta de transportes e má condição das estradas. Em consequência destes motivos os produtos agrícolas produzidos internamente na comunidade ganhavam significado especial. O Sr. Oliveira anuncia em sua fala essa realidade:

Na minha época, a Prainha, pode-se dizer que tinha muito poucas casas, né? População pequena. Então aí, aqui naquela época o que tinha era rendeira, como ainda hoje existe. No interior era, como se diz, agricultura né? E aqui na Prainha, além das rendeiras, era a pesca.²³

Conversávamos, enquanto eu o observava transformar pequenos pedaços de madeira em barquinhos de miniatura²⁴. Sempre salientando as dificuldades “daquela época” das pescarias, ele relatava sua visão do que a renda de bilros, a pesca e a agricultura significavam para a comunidade.

das dificuldades enfrentadas pela família e do aprendizado da renda em meio às brincadeiras de criança.

²³ A entrevista realizada com o pescador José Pereira de Oliveira, em sete de janeiro de 2003, na varanda da sua casa foi um momento impar. Sua casa outrora construída em barro e hoje reformada em alvenaria, fica num corredor que dá aceso ao mar, por trás de duas construções suntuosas, se comparadas com a dele. Roteiro organizado, pergunta pronta à espera das respostas, ansiedade, foi assim que me apresentei ao Sr. Oliveira e expliquei o objetivo do meu trabalho, tentando marcar com ele dia e hora para conversarmos. Ele foi taxativo e firme ao me comunicar que não tinha muita coisa para contar e que não gostava de perder tempo. O tempo dele agora, tempo de aposentado, era dedicado à fabricação de miniaturas de jangadinhas de piubá; um passatempo aprendido na infância. Qual foi minha surpresa quando cheguei à sua casa, no dia e hora por ele marcada! Não só me concebeu a entrevista, como foi um dos entrevistados que mais falou (por uma hora e meia), só parando por interferência da sua esposa que também queria ser ouvida.

²⁴ Esses barquinhos são replicas quase perfeitas das jangadas que por mais de quarenta anos representou seu instrumento de trabalho no sustento da família. Fabricados em piúba, uma madeira leve e de fácil manuseio, ele vai moldando as miniaturas com um pequeno instrumento que se assemelha a uma faca. Esse aprendizado que na infância caracterizava-se como um lazer de meninos brincando às margens dos rios representa na atualidade uma ocupação, segundo ele, uma terapia que lhe rende algum dinheiro.



Miniaturas de barcos de pesca confeccionados pelo pescador Oliveira. Foto: Terezinha Bandeira, 30 de setembro de 2006.

A mulher da Prainha fazia *“uns bicos de renda para ajudar em casa”*. Parte do pescado, fruto de dias em alto mar, era vendida ao atravessador, outra parte era para consumo e a terceira era trocada por farinha. Arroz, pão e manteiga era luxo. Ao acordar *“a gente comia um angu feito com café e farinha; o almoço e jantar era peixe com farinha”*.

Para compreender melhor a Prainha dos versos do poeta Amor e das lembranças do Sr. Oliveira procurei ouvir outros relatos.

Eu morava pertinho, bem pertinho da beira da praia. Hoje eu não moro mais muito perto né? Porque foi o tempo que começaram os povos de Fortaleza chegarem e de outros estados né? E daí...o pior que a gente é, eles queriam pelo menos era mais o lado da praia né? A gente foi saindo né? Quase expulsos por causa aparecia o dono de terra. Naquela época, a pessoa que dizia ter uma terra, dizia que era o dono das frentes né? Aí a gente foi saindo, não tinha como discutir, eles diziam que eram os proprietários.²⁵

²⁵ Entrevista realizada com Mestre Sales no dia 7 de janeiro de 2003.

A informação mais relevante que se pode perceber no relato do Mestre Sales, refere-se às transformações que afetaram diretamente a vida de todos os antigos moradores daquela comunidade. Permitidas ou não, talvez compartilhadas, essas transformações suscitam lembranças de um tempo em que eles se sentiam “donos” da Prainha. A beira da praia era o local de sua moradia. Era também onde a jangada atracava para a venda do peixe; o lugar para os bate-papos, as conversas sobre as pescarias e as histórias mirabolantes que somente pescador sabe contar.

Ao recordar a Prainha da infância, o Mestre identifica no presente, embora resignificado pela dinâmica da sociedade em que vive, com o passado de homem nativo, vizinho e companheiro do mar na vida e no trabalho. Passado sugestivo de perdas e de aparente passividade em face dos comportamentos e das idéias vindas com o povo “*de Fortaleza [...] e de outros estados.*” Segundo Alistar Thompson:

“O processo de recordar é uma das principais formas de nos identificarmos quando narramos uma história. Ao narrar uma história, identificamos o que pensamos que éramos no passado, quem pensamos que somos no presente e o que gostaríamos de ser. As histórias que relembremos não são representações exatas de nosso passado, mas trazem aspectos desse passado e os moldam para que se ajustem às nossas identidades e aspirações atuais. Assim, podemos dizer que nossa identidade molda nossas reminiscências; quem acreditamos que somos no momento e o que queremos ser afetam o que julgamos ter sido.”²⁶

Ao dizer que morava “*pertinho, bem pertinho do mar*” e que na Prainha “*não existia outras pessoas que não fossem daqui*”, Mestre Sales refere-se ao “tempo de antigamente”. Esse tempo apresenta-se também em outros relatos. Apesar de não ter ficado explícito, provavelmente eles se referem ao período anterior a 1968, ano da instalação da energia elétrica na Prainha. Embora resignificado por experiências vividas, esse tempo representa, nos depoimentos, o da família reunida em torno da mesa, do namoro respeitoso, das casas próximas ao mar, da pesca artesanal e da vida calma de uma pequena comunidade onde todos se conheciam.

²⁶ THOMSON, Alistair. Reconstituindo a Memória: Questões sobre a relação entre a História Oral e as memórias. In: *Ética e História Oral. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*. São Paulo, 1981, P.57

Através da narrativa do Mestre Sales pude perceber que morar perto do mar, acordar ouvindo as ondas baterem na praia, são recordações de um passado que emergem fortemente na construção das memórias da maioria dos antigos moradores da Prainha. Por outro lado, sair de perto do mar e construir suas casas longe da praia surge nas narrativas dos entrevistados como grande perda e indício de muitas mudanças. O depoimento da rendeira Maria Estela corrobora estas informações:

Era muito diferente isto aqui, porque aqui onde nós tamos, aqui era água, aqui era cheio de coqueiro. A gente ia pra praia, aí passava aqui, aí a água levava os coquinhos todinhos. Tinha gente que morava na beira da praia, em casinha de paia. Não tinha essas casas muitas, não tinha aquele hotel, não tinha esses apartamentos todinhos não, tinha não.²⁷

O “diferente” na fala da rendeira Maria Estela está representado na quantidade das casas, nos apartamentos e no hotel, que por certo não apareciam na paisagem da Prainha de trinta anos atrás. Ao que tudo indica, essas casas e apartamentos foram responsáveis pela expulsão das “*casinhas de paia*” da beira da praia, pelo aumento da população, e pelo surgimento de novos hábitos, costumes e crenças, exigindo dos moradores locais esforço de adaptação.

A Sra. Maria Estela estabelece grande diferenciação entre a Prainha passada e a presente. Diferenciação esta reafirmada pela rendeira Raimunda:

“A Prainha aqui era muito diferente. Aqui onde nós estamos (local do Centro das Rendeiras) era uma lagoa, onde nós estamos. Não tinha quase casa, era bem pouquinha casa. Era só pescador que morava aqui, um povo bem simples, poucas casas. Não tinha aquelas casa que tem prá acolá, não tinha energia. Tudo era com luz de lamparina. A energia aqui foi mais ou menos em 1968, foi cortado muito coqueiro aqui.”²⁸

²⁷ A entrevista realizada com a rendeira Maria Estela aconteceu embaixo do quiosque que ocupa no Centro das Rendeiras, no dia 18 de fevereiro de 2003. Muito receptiva e com um sorriso nos lábios a Dona Estela falou da vinda da sua família para Prainha, quando ainda era criança, do aprendizado da renda e da vida calma da “Prainha antiga”.

²⁸ A entrevista com Dona Dica foi realizada num banquinho da praça que contorna os quiosques do Centro das Rendeiras no dia 18 de fevereiro de 2003. Enquanto confeccionava a renda, ela falava da infância, das brincadeiras de roda e do aprendizado da renda ainda menina. Sempre salientado a importância do artesanato na sobrevivência das famílias da Prainha, ela relata as dificuldades que enfrentou no processo de criação da Associação das Rendeiras da Prainha, fato que aconteceu em 1989.

Para Dona Dica, a Prainha dos pescadores e da lamparina era muito diferente da atual. A diferença está na ausência da lagoa, no número de casas que antes era “*bem pouquinha*”, nos coqueirais da paisagem local que foram cortados e no modo de vida dos moradores.

A “Prainha de antigamente” era diferente da atual. As diferenças relatadas são quase sempre atribuídas à chegada dos turistas, os responsáveis pelas construções à beira da praia, pelo “crescimento” e diversificação de atividades e pelas mudanças de hábitos de “um povo bem simples”. No entanto, a lagoa lembrada pela rendeira Raimunda, foi aterrada para a construção do espaço de trabalho dos artesãos da comunidade. Assim como o desaparecimento da lagoa, os coqueiros cortados para a instalação da energia elétrica representaram benefícios e trouxe melhorias à população. Sobre essas mudanças afirma Mestre Sales:

Foi aparecendo pessoas fazendo casas, comprando terreno né, fazendo casas na praia. Antes era só casa de pescador. Aqui era uma lagoa (lugar da sede da Associação dos Pescadores), nesse canto aqui era uma lagoa né, na época do inverno, mês de maio ninguém conseguia passar por aqui. Camarão? Aqui? No meio da estrada, era deste tamanho assim, bem grande.²⁹

Na opinião do Mestre Sales, as alterações na paisagem da Prainha aconteceram com a decorrência do fluxo e permanência de pessoas de fora na comunidade. Por outro prisma, sua fala sugere contradição, quando afirma que a lagoa aterrada deu lugar à sede da Associação dos pescadores, sem a interferência direta do turista. Provavelmente tal lagoa compunha o universo das brincadeiras e dos banhos das crianças da comunidade, e os camarões grandes capturados “*no meio da estrada*” fosse um dos itens da alimentação da população local.

É patente nos versos do poeta “Amor”, a revolta e a preocupação com as transformações impostas à Prainha pelo “invasor” e com suas interferências no modo de vida dos pescadores, primeiros habitantes da comunidade:

Não existia uma pessoa para nos orientar.

²⁹ Entrevista realizada com Mestre Sales, em 7 de janeiro de 2003.

Só chegava era turista nesse nosso Ceará.
Vinha aqui na minha praia.
Só tomar banho de mar.

Eram eles advogados, deputados e doutor.
Falando português claro, iludindo o pescador:
“Se eu ficar morando aqui você tem um protetor”.
Depois que fizeram as casas, pescador foi vigiar.
O doutor ilude ele com o resto do jantar.
Tem pescador nessa praia.... deixou até de pescar.

Pois assim tomaram conta da nossa grande Prainha.
Que há muito ela existe, nem é tua e nem é minha,
Porque de todas as praias, ela hoje é a rainha.

Eu chamo é de invasor, invadiu as nossas terras.
E vamos lutar mais tarde pra com eles fazer guerra.
Porque o povo da praia, meu amigo, aqui, já era.
Mas eu só sou um pescador, tenho direito a um lugar,
Para fazer meu barraco perto da beira do mar.
Eu quero ter esse direito, todo mundo vai me dar.³⁰

Corpo cansado, mente sã e firmeza na voz ao falar da difícil vida de pescador e da “Prainha antiga”, que agora só existe nas lembranças e em seus versos saudosos. Versos que falam do pescador-caseiro, que se antes não tinha patrão e sustentava a família com os produtos do mar, agora “deixou até de pescar”. Versos que reivindicam morada perto da beira do mar, direito que a condição de pescador lhe garantia.

Os versos do poeta Amor falam da indignação, talvez, sugestiva de uma ilusão e/ou desilusão provocada pela chegada “do invasor”. As expectativas criadas pelos habitantes locais com a chegada do “povo de fora”, assim como, as novidades e benefícios que o “protetor” poderia lhes proporcionar, diluíram-se em meio às promessas e ao “resto do jantar”.

Tentando entender melhor as denúncias e reivindicações, centrei minha atenção na importância por ele atribuída ao mar e às terras da praia. Para ele, ser da Prainha era antes ser pescador. Ser “*o povo da praia*” é ter direito a um lugar para construir a morada perto do mar. Um direito ameaçado pelo “invasor”, aquele que vinha “*só tomar banho de mar*” e convencer pescador a deixar de pescar.

³⁰ Entrevista realizada com o poeta Amor em 7 de janeiro de 2003.

Para a rendeira Zenaide o invasor era “o italiano, esse pessoal que vem de longe e tão tomando de conta de tudo, de tudo”³¹. E o que é o pescador sem mar? O povo da praia sem praia?”

O discurso da rendeira Zenaide reflete ambigüidade experimentada pelas rendeiras. Se por um lado o italiano representava o invasor que se apropriava, das terras próximas ao mar, por outro oferecia possibilidade de adquirir as rendas fabricadas pelas mulheres da comunidade, e o peixe pois, às vezes, como afirma o Sr. Sales “a gente cansemos de encalhar aí, e o peixe ficava aí. Tinha dia que ninguém queria comprar”.

O modo de vida, os laços familiares e de vizinhança, o trabalho, as sociabilidades, as crenças e o lazer lembrados pelas rendeiras e pelos pescadores delineiam, aos poucos, o universo da antiga Prainha. Lembranças que se perdem em meio a outras, como das brincadeiras, das rodas de conversas à boca da noite, dos namoros, das paqueras e das prosas.

Aqui nessa frente aí, isso aí (frente ao antigo bar do Sr. Leôncio), era uma areia bem branquinha. Toda noite, todo pescador se reunia aí nessa frente, nessa areia pra conversar, bater papo. Toda noite tava aí, hoje tá aí tudo calçado né, esquentou, como esquentou.”³²

Ao falar das rodas de conversas ao fim da tarde, lazer experimentado pelos habitantes da “Prainha antiga”, o Sr. Oliveira anuncia mudanças no modo de vida da comunidade. O tempo da areia bem branquinha é hoje o tempo do asfalto. As mudanças ambientais registradas na comunidade são testemunhas das alterações no ritmo de vida da comunidade, nas relações sociais e das pessoas com os lugares.

Dona Firmina prefere lembrar das festas e das brincadeiras. Brincadeiras que parecem não mais fazer parte do universo atual das crianças da Prainha:

Tem muita coisa que a gente se lembra que é bom né? Quando era festa, as brincadeiras que a gente brincava muito quando era criança, de ciranda

³¹ Em momento algum durante a entrevista realizada em 14 de janeiro de 2003, a rendeira Zenaide parou de confeccionar a renda. As lembranças da infância, da família e do aprendizado da renda foram embaladas ao som dos bilros.

³² Entrevista com o pescador Oliveira, realizada em 7 de janeiro de 2003.

né, pega-pega. No meu tempo tinha pega-pega, agora as crianças brinca mais não. De roda, brincava muito de roda.³³

É possível perceber nesta fala um tempo em que as brincadeiras, pelas próprias características – roda, ciranda, pega-pega, proporcionavam liberdade e entrosamento entre as crianças. As imagens de uma Prainha antiga, onde as brincadeiras aconteciam livremente, e com segurança, nos terreiros, também são recordadas por da Dona Santa:

A Prainha não tinha energia, mas era boa. Nois ia pra todo canto né? Não tinha medo. Nois brincava pelos terreiros, as brincadeiras era esconde-esconde né, cirandinha, tudo nois brincava. Não era como agora, que agora, menino não brinca menino não brinca, só assiste televisão. Nós brincava, fazia tudo.³⁴

A leitura que a rendeira Santa faz da “Prainha de antigamente” indica alguns pontos para reflexão. “Não ter medo” e “brincar pelos terreiros” são expressões indicadoras de um tempo supostamente calmo e tranquilo, cuja descaracterização é atribuída exclusivamente à chegada do turista. Já a televisão surge em suas lembranças como responsável pelas mudanças nas formas de lazer das crianças e também dos adultos. Provavelmente a televisão³⁵ na comunidade passou a atrair a atenção mais do que os bate papos em frente ao bar do Sr. Leôncio, interferiu nas reuniões familiares à mesa e alterou comportamentos, atitudes e hábitos dos moradores da Prainha.

A Prainha dos coqueiros, das casinhas de palha, dos lagos, das brincadeiras, onde *“jantava bem cedo, mais ou menos às cinco e meia”*³⁶ era

³³ Entrevista com a rendeira Firmina, realizada no Centro das Rendeiras em 26 de novembro de 2005.

³⁴ Dona Santa, como é carinhosamente conhecida na comunidade recebeu-me em sua casa no dia 26 de novembro de 2005, depois da novela “Alma Gêmea” apresentada pela Rede Globo de televisão, diariamente as dezoito horas. Respeitando sua decisão não ligava o gravador quando conversávamos embaixo dos quiosques no Centro, segundo ela tinha muito barulho e muita gente chamando. A entrevista não poderia também interferir no horário da “Serena e do Rafael”, personagens principais da trama romântica global que tanto a agradava. Assim no dia marcada por ela e no horário depois da “Serena” foi possível realizar a entrevista.

³⁵ Muitos moradores da Prainha só possuíam televisão em suas casas muita tempo depois da chegada da energia na comunidade. No entanto, as proximidades entre os habitantes e as redes de amizades possibilitavam à todos o acesso às imagens e novidades trazidas por esse veículo de comunicação.

³⁶ Entrevista realizada com pescador Mestre Sales no dia 7 de janeiro de 2003.

também a Prainha do bar do Sr. Leôncio, o mais antigo da comunidade, e dos bazares de rádio promovidos pelo Sr. Damião:

Não tinha energia né? Não tinha poste, não tinha energia. Mais de noite aqui na frente não era assim. Ali na frente do Leôncio, o bar do Leôncio é o primeiro daqui da Prainha, tem quarenta e dois anos o bar do Leôncio. Eu era mocinha, mocinha, não, eu tinha entre nove e dez anos né? Mas a gente sentava, ia brincar de “galinha choca”, de “roda”, e moça, moça e rapazes também. A gente se sentava e conversava, tinha muito respeito.³⁷

A narrativa da rendeira Zenaide nos mostra outras formas de lazer além das brincadeiras. A falta da energia elétrica não era empecilho para os encontros, as conversas e talvez as paqueras em frente ao bar do Sr. Leôncio.

Além das brincadeiras e do bar do Sr. Leôncio a vida noturna da Prainha contava também com os bazares de rádio, e mais tarde de radiadora, promovidos pelo Sr. Damião, comerciante mais abastado da comunidade. Estes bazares, na maioria das narrativas, são apontados como opção de lazer. Eram festas realizadas ao som de rádio e aconteciam embaixo de latada, espécie de pequeno galpão feito de madeira, sem parede e coberto com palha. Por falta de damas, homens dançavam com homens. A rendeira Auristela fala dessas festas:

Tinha rádio, fazia bazar de rádio aí na casa do Sr. Damião, dia de sábado que eles fazia³⁸

A seguir completa a rendeira Maria Helena:

Tinha radiadora, naquele tempo tinha uma radiadora ali. Eles colocavam naquele coqueiro açulá a radiadora. Tinha festa de rádio, bazar de rádio.³⁹

A realização desses bazares contava com a ajuda de todos os participantes. O Sr. Damião, dono da radiadora, arrecadava dinheiro dos participantes para comprar em Aquiraz a bateria do rádio. Para evitar que a bateria falhasse durante a festa, havia sempre uma de reserva. Tanto os bazares como o bar do Sr. Leôncio, segundo a maioria dos entrevistados, o único da comunidade,

³⁷ Entrevista realizada com a rendeira Zenaide em 14 de janeiro de 2003.

³⁸ Rendeira desde os sete anos de idade e casada com o pescador Oliveira, a Dona Auristela participou ativamente no processo de criação do Centro das Rendeiras, e hoje sua filha ocupa o quiosque, que por muitos anos foi seu espaço de trabalho. Atualmente adoentada não pode mais dedicar-se aos trabalhos na almofada. Entrevista realizada em 14 de janeiro de 2003.

³⁹ Entrevista realizada com a rendeira Maria Helena no dia 25 de novembro de 2005.

encerravam, as atividades cedo da noite. Os ofícios da pesca e da agricultura exigiam acordar cedo; antes do sol aparecer, pescador e jangada já se encontravam no mar e, o agricultor, por sua vez, nas roças capinando e plantando.

Somam-se a essas formas de lazer, a ida à missa todas as semanas, na igreja de Aquiraz, porque naquela época não havia igreja na Prainha.

Ao falar da religiosidade da mãe e das idas à missa, Dona Firmina fornece informações importantes sobre a “Prainha antiga”: caminhos difíceis, cheios de mato, estrada ruim e *“tinha parte que era até de bagaço de cana”*.⁴⁰

Minha mãe era muito católica. Lá em casa todo mundo rezava o terço todo dia. Minha mãe ia pra missa todos os domingos lá no Aquiraz, e de pés, e levava quase todo mundo. Tinha que ir de pés (risos) porque aqui não tinha igreja né. Agora é perto né? Porque não tem mato, e no tempo que a gente ia que era mato? A gente fazia (também), a primeira sexta-feira do Coração de Jesus, que a gente se confessava, na primeira sexta-feira do mês.⁴¹

Essa realidade transformou-se somente quando a igreja da Prainha⁴² foi construída. A construção contou com a ajuda de muitas mulheres da comunidade, entre elas, a mãe da rendeira Firmina: *“minha mãe trabalhou muito pra tirar esmola, pra fazer a igreja daqui.”*⁴³ As missas, normalmente realizadas aos domingos, assim como outras atividades religiosas (batizados, casamentos, crisma que aconteciam e acontecem na igreja da Prainha), são celebradas e ministradas pelo padre da paróquia de Aquiraz, cujo padroeiro é São José do Ribamar⁴⁴.

Outro lazer é a festa de Nossa Senhora dos Navegantes⁴⁵, padroeiro da Prainha, que ocorre na comunidade todo ano no fim do mês de novembro. As novenas, as quermesses, as apresentações dos grupos folclóricos (capoeira, dança do pescador, dança do coco) e do coral da Prainha, a procissão pelo mar finalizada

⁴⁰ Entrevista realizada com a rendeira Auristela no dia 14 de janeiro de 2003.

⁴¹ Entrevista realizada com a rendeira Firmina no dia 26 de novembro de 2005.

⁴² Não há uma data precisa sobre a construção da igreja da Prainha, uma vez que, ela foi sendo edificada aos poucos e ainda hoje se encontra em processo de acabamento e reforma.

⁴³ Entrevista realizada com a rendeira Firmina, em 26 de novembro de 2005.

⁴⁴ Diz uma lenda conhecida pela maioria da população mais antiga de Aquiraz que a imagem de São José do Ribamar apareceu em uma de suas praias e não pode ser conduzida a outra paróquia, por causa do enorme peso que diziam aumentar a cada passo até tornar-se impossível o transporte. A imagem ali permaneceu e até hoje é venerada pelo povo que celebram cultos e devoções ao santo.

⁴⁵ Nas narrativas realizadas pude perceber que a realização dessa festa é anterior à construção da Igreja. No entanto, essa construção desempenha papel importante nos festejos dos devotos de Nossa Senhora dos Navegantes.

por uma missa num galpão na praia é prestigiada pela população e por muitos visitantes.

É bonito na praia, tem a procissão pelo mar e tem a missa lá no barracão na praia. Tem festa, tem novena, tem terço, tem bingo. São nove dias de festa, é bom.⁴⁶

Somada à falta de energia elétrica, a precariedade das estradas e as dificuldades de transporte contribuíram significativamente para que até os anos de 1970 a comunidade da Prainha mantivesse um certo isolamento da exploração turística. O peixe era trocado por outros alimentos, principalmente por farinha. Os trabalhos em renda de bilros eram comercializados de forma esporádica. Essas relações “comerciais” se transformam à medida que novos atores sociais passam a fazer parte da comunidade:

Hoje a Prainha....na época que foi no passado pra hoje tem diferença. Existe uma parte boa, melhor entendeu, por causa do desenvolvimento, mas também tem o seu lado negativo. Porque naquela época a gente podia dormir até de porta aberta, não tinha problema nenhum. E a dificuldade de transporte pra ir pra Fortaleza? Tinha que ir de pés até Aquiraz, ou de pés até Messejana entendeu, pra pegar ônibus lá em Messejana, tinha essa dificuldade. E hoje não. Hoje você sai de casa seis horas da manhã, oito horas tá em casa de volta. Tem esse lado positivo, mas tem muito lado negativo. Ninguém tem mais segurança, você tá dentro de casa, mas não tá seguro⁴⁷

Essa narrativa mostra que a marcação do tempo pelo pescador Oliveira vem associada às transformações ocorridas na Prainha. A *“época que foi do passado pra hoje tem diferença”*. A diferença que divide a Prainha do passado e do presente se materializa na tranquilidade de ontem e na insegurança de agora, nos transportes que ajudaram a encurtar as distâncias e a ganhar tempo. Tempo que certamente seria bem aproveitado em outras atividades. Se antes era preciso um dia inteiro para chegar a Fortaleza, agora era possível ir e vir em menos duas horas. Sobre a importância dos transportes, ele afirma também. *“Eu não gravo a*

⁴⁶ Entrevista realizada com a rendeira Firmina, em 26 de novembro de 2005.

⁴⁷ Entrevista realizada com o pescador Oliveira em 7 de janeiro de 2003.

época né, mas o desenvolvimento da Prainha eu penso que foi desde que começaram entrar ônibus aqui”.

O fato “entrar ônibus”⁴⁸ na Prainha necessariamente está ligado à melhoria das estradas que, por sua vez acontece com a chegada da energia. Na fala do Sr. Oliveira era o desenvolvimento chegando, com sua parte boa, mas também com seu lado negativo. A palavra “desenvolvimento” é um termo amplo, vago e de possíveis interpretações. Possivelmente o desenvolvimento a que ele se refere é a especulação imobiliária, a construção das casas de veraneio, dos hotéis e pousadas e o crescimento populacional da comunidade.

Nessa perspectiva, a partir da década de 1970, a Prainha foi palco de mudanças significativas que afetaram diretamente a vida da população. Das mudanças ocorridas, a chegada da energia, em 1968, foi certamente a mais marcante e a mais decisiva. Com a cidade iluminada, embora inicialmente poucos tivessem acesso a esse “luxo”, a vida noturna se diversificou. Surgiram novos bares, parques e circos chegaram à localidade. Os bazares promovidos pelo Sr. Damião disputavam com as tertúlias.⁴⁹

As distâncias diminuídas pelo ônibus e os caminhos iluminados pela energia elétrica proporcionaram valorização das terras próximas ao mar e, conseqüentemente, atraíram interesse imobiliário. Em seus versos o poeta “Amor” nos fala do corretor que, documentado ou não, apropriava-se das melhores terras próximas ao mar e as vendia aos turistas do estado e os gringos. *“Gente que chegou na praia dizendo que era doutor, e aquele não valia nada, apenas era um corretor. Cercou tudo e vendeu logo seja lá por quanto for”*⁵⁰. Assim, mansões foram construídas, muitos pescadores foram expulsos de suas casas, e alguns deles abandonaram o ofício da pesca para se tornarem caseiros dessas mansões.

Embora a Prainha venha se descaracterizando com as construções de casas de veraneio nas últimas três décadas, os pescadores ainda utilizam jangadas em suas pescarias e as mulheres da comunidade continuam se

⁴⁸ Segundo José Maria Câmara Santos, o primeiro ônibus a circular em Aquiraz foi o Misto do Iguape. No entanto, foi somente a partir de 1963 que o sistema de transportes de passageiros se intensificou com a chegada da Empresa Santa Lúcia. Se esses ônibus chagavam até a Prainha é um incógnita, visto que, o acesso até a comunidade era muito difícil. Para mais detalhes ver: Aquiraz: todos juntos ao novo milênio. Op. Cit.

⁴⁹ Tertúlias eram festas ao som de disco de vinil. Nessas festas geralmente se ouvia músicas românticas e eram momentos preciosos para uma maior aproximação, para as paqueras e os namoros.

⁵⁰ Entrevista realizada com o poeta Amor, em 7 de janeiro de 2003.

dedicando ao artesanato da renda de bilros, ofício que aprenderam desde a infância.

1.3. Quem São e o que Fazem as Rendeiras da Prainha.

Elas trabalham na sua maioria, sem ordem, sem conforto, sem o menor tempo necessário, tendo mil coisas que fazer na mesma hora, sentada na areia, rodeada pelos filhos que as chamam de quanto em vez, das filhas às quais procuram ensinar a arte desde criança, cercadas quase sempre de galinhas e animais que criam, deixando por vezes a tarefa que se empenham para atizar o fogo, temperar a panela, lavar a roupa da casa, que sei eu?..... para atender os mil labores de uma dona de casa pobre que tem que fazer todos os serviços. E estas rendas saem perfeitas e limpas como se a artista que as tivesse executado tivesse todo o conforto e uma sala de trabalho convenientemente preparada.⁵¹

Ao difundir um “paradigma indiciário Carlo Ginzburg⁵²,” fala-nos de um método. Nesse método, o historiador é equiparado a um detetive que busca decifrar um enigma através de vestígios, indícios e fragmentos aparentemente insignificantes que, sob um olhar menos perspicaz, passariam despercebidos.

A relevância dos relatos orais neste estudo é, sobretudo, valorizar pistas, indícios, fragmentos e vestígios cuja finalidade é desvelar a história das rendeiras da Prainha, ressaltando as trajetórias seguidas por elas até se tornarem trabalhadoras e quais papéis desempenham como sujeitos ativos na sociedade em que vivem. São mulheres que pelo viés do trabalho “*não apenas transformaram a si mesmo, como transformaram todos à sua volta e ajudaram a traçar o curso da História.*”⁵³

O trabalho de “*montar, compor, cruzar, revelar o detalhe, dar relevância ao secundário*”⁵⁴, tendo como fontes relatos orais desvelou um campo rico de possibilidades e de novas questões que foram ao longo do trabalho de

⁵¹ APUD: MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do Mundo Feminino. *História da Vida Privada no Brasil*. Companhia das Letras, vol. 3. cap.5, 1003, p.418.

⁵² Sobre O Método Indiciário ver: GINZBURG, Carlo. Mitos, *Emblemas e Sinais*. In: - “Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário São Paulo. Companhia das Letras, 1989.”.

⁵³ COSTA, Emília Viotti. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue: A Rebelião dos escravos de Demerara em 1823*. São PAULO. Companhia das Letras, 1998. Introdução, p.18.

⁵⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e Memória Cultural*. Coleção “História & Reflexões”. Cap. IV e V. p. 65

campo ganhando destaque. Enquanto ouvia o relato da Sra. Auristela, da Sra. Zenaide e de outras rendeiras da Prainha, lembrava-me das palavras da historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias:

São muitas as dificuldades que se apresentam para os que ousam se enveredar pelos os estudos das mulheres em sociedade, pois trata-se de um terreno minado de incertezas, saturado de controvérsias movediças, pontuado de ambigüidades sutis que é preciso discernir, iluminar, documentar, mas que resistem a definições.⁵⁵

Se o campo é minado de incertezas e controvérsias movediças foi preciso caminhar com passos leves, ouvir com atenção redobrada as palavras não escritas, as não faladas. Foi preciso se esgueirar por entre “*aqueles lugares onde se movem as figuras menores e furtivas*”.⁵⁶, a fim de documentar a multiplicidade de papéis desempenhados por aquelas mulheres, que desde a infância se aproximaram do ofício da renda de bilros para ajudar nas despesas da casa. Na verdade, o aprendizado da arte de tecer os fios na infância era uma realidade muito comum entre as famílias da comunidade da Prainha:

Eu fazia renda, aprendi com sete anos. Tinha aqui um grupo de americanos, então essa renda que eu fazia, a pessoa que era encarregada com um grupo de mulheres que trabalhavam fazendo as colchas, as toalhas finas sabe? Aí a gente fazia e aquele dinheiro já passava pra minha mãe, aí já era ajuda pra comprar produtos pra gente, comida. Porque às vezes o papai ia pro mar, vida de pescador é assim, vai pro mar mas o que pega come, às vezes só tirava mesmo o de comer”⁵⁷

A fala da rendeira Zenaide esclarece as dificuldades vividas por sua família. Possivelmente essa realidade estendia-se à maioria das famílias de pescadores da comunidade da Prainha. Aprender a renda na infância parecia uma imposição “natural” em face das adversidades de uma vida de privações. O dinheiro ganho com as “tirinhas de bico” e as toalhinhos fabricadas entre as

⁵⁵ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e Métodos dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRESCHINI, Cristina (orgs). *Uma Questão de Gênero*. Rosa dos Tempos, São Paulo. Fundação Carlos Chagas, 1988, p.39.

⁵⁶ BOSI, Ecléa. As Outras Testemunhas. Prefácio do livro *Quotidiano e Poder*, op. cit. p. 03

⁵⁷ Entrevista realizada com Zenaide, em 14 de janeiro de 2003.

brincadeiras de criança, quando somado ao ganho dos pais, garantia a sobrevivência da família.

Assim como Dona Zenaide, a rendeira Elizete dividia o tempo de brincar e ser criança, com o aprendizado da renda:

A gente começa a fazer, a aprender a renda muito cedo, com oito anos eu já sabia fazer e desde lá que eu faço.⁵⁸

No mesmo tom completa a rendeira Maria Helena:

Eu aprendi a fazer renda eu tinha sete anos, com oito eu já fazia renda. Aí minha mãe fez uma almofada, botou os bilros né? Aí eu comecei a fazer o bico de acabamento. Eu comprava caderno, lápis, eu já me vestia naquela época com as vendas⁵⁹

As falas dessas mulheres nos trazem informações as mais diversas. A primeira diz respeito à idade de começar a trabalhar. A idade das brincadeiras de bonecas, de roda e das fantasias de criança era também a idade do trabalho, das obrigações e das responsabilidades. Começar a trabalhar aos sete anos de idade parece ser uma realidade comum entre as rendeiras da Prainha.

Eu fazia renda e uma senhora comprava, a esposa do Sr. Leôncio. Aí ela comprava a renda da gente. Então a gente juntava, trabaiava, juntava. A gente ajudava em casa, era muito menino né? Meu pai era pescador, minha mãe costurava muita, trabaiava⁶⁰

Em sua narrativa, a Dona Firmina revela indícios de que as crianças foram criadas assumindo desde cedo certas responsabilidades quanto à sobrevivência da família. Filhas de famílias numerosas essas crianças-rendeiras iniciava o aprendizado da renda, talvez sem consciência do seu fim, para logo transformar-se em importante ajuda no orçamento diário da família.

⁵⁸ A entrevista realizada com a rendeira Elizete, atual presidente da Associação das Rendeiras da Prainha, aconteceu em seu quiosque no dia 26 de novembro de 2005. Suas lembranças são marcadas pelas dificuldades vividas por sua família, pelo aprendizado da renda ainda na infância e pela figura da avó, muito presente em sua vida.

⁵⁹ Entrevista realizada com a rendeira Maia Helena, em 25 de novembro de 2005.

⁶⁰ Entrevista realizada com a rendeira Maria Firmina, no dia 26 de novembro de 2005.

Com sete anos de idade eu comecei a trabalhar. Trabalhei muito... às vezes eu fazia a janta deles (filhos), botava eles pra dormir, e o tempo que dava eu tabaia. A gente fazia venda aqui mesmo, de porta em porta. Às vezes eu ajuntava e ia vender na beira da praia, dia de domingo que eu ia pra praia. Botava a caixa na cabeça e ia vender na praia, andava em todo canto, eu ia vender. O sol quente, às vezes até de resguardo, com a caixa na cabeça, eu ia vender. Às vezes eu vendia bem, porque era muito barato, tinha muita gente, muita gente não conhecia.⁶¹

Essa fala é praticamente uma síntese da trajetória de muitas rendeiras da Prainha, que buscavam nos trabalhos com renda de bilros complementação do orçamento familiar, para melhorar as condições de vida e criar os filhos. O desconhecimento e os preços baixos dos artefatos de renda são, para Dona Estela, motivos pelos quais as vendas aconteciam. A referência que ela faz ao valor monetário quando diz “*era muito barato*” sugere consciência do tempo gasto na confecção das peças, do cansaço e das horas de sono perdidas, bem como do material utilizado.

Logo em seguida a rendeira Estela fala do tempo do trabalho: “*o tempo que dava eu trabalhava*”, e das vendas: “*a gente vendia aqui mesmo*”. Vida e trabalho se entrelaçam e se confundem. Se por um lado o trabalho não impedia os cuidados com os filhos, por outro, a família não impossibilitava o trabalho. De um modo geral, nas classes sociais menos favorecidas todos da família se ajudam para garantir a sobrevivência do grupo. Numa realidade carente, o trabalho das meninas-rendeiras certamente era visto como necessário e indispensável.

Para comercializar seu artesanato na praia, provavelmente a Sra. Estela deixava seu filho recém-nascido com alguém da família ou com alguma amiga que compartilhava com ela as limitações e as dificuldades de ser mulher, mãe e dona-de-casa empenhada na complementação da renda familiar. Nem mesmo o “estar de resguardo”⁶² impedia de sair ao sol quente e andar por todo canto em busca de compradores para as rendas.

Nessa perspectiva, o trabalho na almofada não comprometia as tarefas domésticas e nem as obrigações e os cuidados com os filhos. Era realizada

⁶¹ Entrevista realizada com a rendeira Maria Estela, em 18 de fevereiro de 2003.

⁶² Resguardo é um termo usado para o período de repouso após o parto. Normalmente esse período é de 45 dias e a mulher é aconselhada a não fazer esforço, ter uma boa alimentação e tranquilidade.

ao longo e ao fim do dia entre uma tarefa ou outra. Eram também, tarefas compartilhadas em sociedade com amigas e vizinhas.

Nos relatos das rendeiras, as palavras e os seus sentidos família, casamento, filhos, comunidade, religiosidade, trabalho e dificuldade se misturam e se confundem como peças de um quebra-cabeça que, aos poucos, vão tomando forma e retratando o modo de vida de um povo, privado do saber oficial, “quase abandonados”⁶³ que, compartilhando as tradições, reinventa o cotidiano num exercício de se adaptar às condições de vida. As necessidades da dura realidade dessas mulheres era o que definia os papéis e determinava os espaços. O cotidiano dessa gente era constantemente feito num exercício constante na luta pela sobrevivência.

A mulher da comunidade da Prainha, a rendeira que trabalhava desde a infância, sempre ajudou nas despesas da casa e na criação dos filhos. O trabalho feminino para completar a renda familiar ia além da confecção da renda de bilros. Revelava-se também nas seguintes ações: criar galinhas, vender ovos, confeccionar e vender flores, pescar, fazer bolos e doces. Muitas vezes, essa mulher simples garantia com a renda e com outros trabalhos o sustento da casa, em parte, por falta de um companheiro, ou devido ao vício da bebida, muito comum entre os pescadores.

Eu criava galinha, vendia ovos... era uma ajuda. Me casei e fiquei trabalhando. Eu nunca tinha pescado: aí eu aprendi a pescar com a minha sogra e minha cunhada. Eu mandei fazer um gerere (cesto feito de palha usado para pesca. Geralmente esses cestos são fabricados pelo próprio pescador) e nós ia pescar na barca e fazia comida. Ele(companheiro) ia pro mar, aí eu... já os peixinhos a gente torrava prá comer com feijão. As vez deixava prá de tarde, fazer a janta, prá ninguém dormir sem jantar.⁶⁴

Segundo Auristela, as mulheres rendeiras da Prainha não se prendiam aos bilros nem à almofada. Elas realizavam diferentes trabalhos, aprendiam atividades as mais diversas para ajudar e/ou prover o sustento da família. Quase sempre, essas atividades eram rotuladas por elas e por seus companheiros como bico, ajuda e/ou passatempo.

⁶³ Expressão utilizada pelo pescador Francisco de Sales Almeida referindo-se aos pescadores e às rendeiras. Entrevista realizada em 7 de janeiro de 2003.

⁶⁴ Entrevista realizada com a rendeira Auristela, em 14 de janeiro de 2003.

Outros depoimentos corroboram essas informações. As lembranças de Dona Dica vislumbram a imagem social da Prainha e o compromisso de sua mãe com a família:

Minha mãe é rendeira, criou a gente com a renda. Ela vendia tijolinho, cocada pra ajudar.⁶⁵

No mesmo tom, a rendeira Zenaide faz menção às atividades da mulher provedora:

Quando eu me casei, continuei fazendo renda. Já fiz de tudo nessa minha vida, trabalhei em casa de família, doméstica, trabalhei num hotel fazendo comida⁶⁶

Essas mulheres, embora desempenhassem múltiplas atividades para ajudar no sustento da casa, não se percebiam como mulheres trabalhadoras, uma vez que essas atividades eram quase sempre realizadas no espaço do lar, considerado o espaço de reprodução. Desenvolvidas nessas circunstâncias, não se constituía, em trabalho na concepção capitalista. De acordo com a reflexão da historiadora Mary Del Priore é importante destacar:

“A emergência do capitalismo instaura um novo processo de divisão de trabalho em múltiplos níveis; mas o fundamental é a divisão entre homens e mulheres, vinculando os primeiros à esfera da produção, da vida pública e os constituindo “chefes de família”, e fixando as mulheres à esfera doméstica enquanto mães de família”.⁶⁷

Por outro lado, as peculiaridades percebidas na comunidade da Prainha, principalmente quanto à idade de começar a trabalhar, e ao papel de provedora desempenhado por muitas mulheres, aproxima-nos das palavras da

⁶⁵ Entrevista realizada com a rendeira Dica, em 18 de fevereiro de 2003.

⁶⁶ Entrevista realizada com a rendeira Zenaide, em 14 de janeiro de 2003.

⁶⁷ Mary Dle Priore. *op. cit.* p. 268

historiadora Del Priore que, em sua fala, esclarece que a dinâmica social não é dicotomizada:

Historiadores que têm a família por objeto de estudo vêm percebendo que a vida privada e o cotidiano familiar são um lugar de produção social das existências, não podendo ser reduzir a um lugar de reprodução e manutenção. Ambos, vida privada e cotidiano, são, por conseguinte, teatro de um processo portador de historicidade.⁶⁸

A rendeira trabalhava em casa. Produzia durante a semana para vender nos fins de semana na praia ou de porta em porta. Algumas tinham compradores certos. Segundo Auristela, o envolvimento e o compromisso dessas mulheres com o trabalho em nada afetava os afazeres domésticos e as obrigações “naturais” de mãe e esposa. O dinheiro ganho, quando somado ao do companheiro, era bem aceito.

Ajudei a criar meus filhos com a renda, [...]. Foi minha irmã que ensinou, minha mãe não tinha paciência. Aí eu fazia renda pra vender. Tinha as pessoas que comprava na minha porta e vendia em Fortaleza no mercado, o mercado velho. Eu vendia a renda e comprava coisas pra meus filhos.⁶⁹

Outros depoimentos corroboram essas informações. A rendeira Estela nos fala de seu compromisso com a sobrevivência da família:

Ajudo, ajudo em casa, quando ele não tem, eu tenho. Às vez, ele passa a semana no mar, às vez eu tenho um dinheirinho guardado pra pagar uma prestação, ai eu tiro pra comer. Se a gente não comer, não pode viver, né? Tem que comer.⁷⁰

⁶⁸ Idem. p. 268

⁶⁹ Entrevista realizada com a rendeira Auristela, em 14 de janeiro de 2003.

⁷⁰ Entrevista realizada com a rendeira Maria Estela, em 18 de fevereiro de 2003.

A rendeira Santa completa:

Ele (o companheiro) ia pro mar não deixava nada, aí eu tirava aquelas tirinhas de bico, aí ia vender, aí aquele dinheirinho eu ajudava.⁷¹

As informações contidas nos depoimentos acima anunciam aspectos interessantes do compromisso e da importância por elas atribuídas à alimentação da família. O dinheiro ganho com as rendas e guardado para outras necessidades é a garantia do sustento da casa e da comida na mesa nos dias de ausência do pescador no mar.

Imensas dificuldades econômicas marcaram a vida das rendeiras e de seus companheiros, na maioria pescadores. Dificuldades que cotidianamente eram superadas no mar e na terra. Enquanto os homens se ausentavam e enfrentavam os desafios em alto mar, em suas jangadas, para garantir o peixe para a família, as mulheres enfrentavam os desafios de cuidar e alimentar os filhos.

Metaforicamente, a História se manteve por um longo tempo restrito à “sala de visitas”. É na sala de visitas onde se encontra os melhores móveis, os tapetes, os mais belos enfeites. Na parede principal, encontram-se os quadros e os retratos dos homens ilustres da família. Raramente encontramos em meio a esses retratos, os das mulheres. A elas era destinada uma parede menos visível e menos iluminada, objetivando mais escondê-las do que mostrá-las. Esta sala se mantinha arrumada e nada era permitido tirar do lugar.

As mulheres, restritas aos outros cômodos da casa, que abrigavam os objetos, os móveis e as pessoas menores, sem importância, percorreram longo caminho e encontraram no Movimento Feminista e na diversidade e abrangência dos novos temas contemplados pela História Social uma porta pela qual entrariam na História.

Essa perspectiva de estudar a sociedade, as relações sociais e o cotidiano⁷² de atores até então desconhecidos da historiografia trouxe

⁷¹ Entrevista realizada com a rendeira Santa, em 26 de novembro de 2005.

⁷² “O estudo do cotidiano abarca uma frente ampla de áreas multidisciplinares e envolve uma estratégia de questionamentos e de crítica da cultura”. Sobre o estudo do cotidiano ver: DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Hermenêutica do Quotidiano na Historiografia Contemporânea. Revista Projeto História*. São Paulo, 17, novembro, 1998. Ver também: DE CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano*: 1 – Artes de fazer. Petrópolis, vazes. Rio de Janeiro, 1994.

inevitavelmente as mulheres à luz dos novos acontecimentos. Entretanto, os historiadores sociais defendiam neste momento a idéia de uma identidade coletiva e homogênea para definir a mulher, ocultando, assim, as múltiplas identidades, diferenças, necessidades e subjetividades que as classificariam, posteriormente, de “mulheres”.

É inegável a importância do Movimento Feminista para o surgimento da História das Mulheres. Embora alicerçado nas dualidades homem/mulher, dominação/submissão e reafirmando ainda mais o discurso da superioridade masculina e da opressão sobre a figura feminina, mantendo, por longos anos, no anonimato todas as formas de resistências, sutilezas e tramas (re)criadas pelas mulheres para se oporem à autoridade e ao poder legitimado pelo homem, pela família e pela sociedade, o barulho provocado pelas feministas ecoou entre os historiadores, provocando a quebra do silêncio no qual foram mantidas por longos anos.

As mulheres rendeiras da Prainha, a despeito da influência e do barulho provocado pelas feministas, sempre estiveram presentes, ativas e atuantes na vida social na comunidade. Ora ajudando e/ou suprimindo a necessidade da família, ora reinventando o cotidiano e criando estratégias informais de sobrevivência, essas mulheres tinham consciência da importância de suas ações, da sua capacidade de luta e de transformação das condições sociais de vida, e da manutenção da dignidade.

Minha avó de criação, que criou minha mãe ajudou a criar nós e ensinou todo mundo fazer renda. Eu tinha uns dez anos quando comecei fazer renda, aí minha mãe juntava as peças de bico e mandava vender. Casei com dezoito anos. Nós casamos nós não tinha nada, não tinha nada, nada, nada, nada. Aí ele pescava, a gente passou tanta coisa difícil, a gente passou tanta necessidade. Eu já possuí três casas, a primeira era de paia, toda de paia sabe? Depois possuí uma de taipa, nesse mesmo canto e agora possuo essa aí só a custa do meu trabaio. Meu sonho era possuir uma casa de tijolo, aí eu trabaei, trabaei.⁷³

Dona Santa, como é carinhosamente conhecida na comunidade, realiza em sua narrativa um apanhado geral sobre a vida, as obrigações, as dificuldades, as ações, os compromissos e os sonhos da maioria das mulheres

⁷³ Entrevista realizada com a rendeira Santa, em 26 de novembro de 2003.

artesãs da Prainha. Mulheres que, para além da influência feminista e da invisibilidade dos registros históricos, foram, respeitando suas possibilidades, tecendo ao longo dos tempos suas redes sociais, escolhendo seus caminhos e escrevendo sua própria história.

A casa de tijolo tão sonhada e conquistada pela Dona Santa é representativa do modo de vida, do trabalho e do compromisso da maioria das artesãs da comunidade e é representativo da segurança, da dignidade e do conforto que lhes proporcionariam.

Inicialmente a historiografia feminista apresentou a mulher, sem, no entanto, perceber sua capacidade de luta e transformação. Os estudos da década de 1980 buscavam justamente suprir essa lacuna e mostrar uma mulher atuante, ativa, capaz de reinventar o cotidiano, de criar mecanismos e estratégias informais⁷⁴ de sobrevivência, de elaborar variadas formas de resistência à dominação masculina e à dominação da classe social. Essa mulher atuante, percebida como sujeito histórico, capaz de participar e de transformar as condições sociais em que vive, desconstrói mitos e estereótipos⁷⁵ criados e difundidos para justificar sua exclusão das esferas do econômico e do político.

Embora a história oficial as rejeitasse e as definisse como frágeis, dependentes, emotivas e incapazes, insistindo assim em mantê-las confinadas à esfera doméstica, há registro da presença marcante da mulher da classe popular trabalhando, dirigindo e/ou provendo o sustento da família. Circulando e se fazendo presente no espaço público, destinado ao homem, a mulher foi por muito tempo considerada um corpo estranho quando ultrapassava o limite entre o privado e o público, ameaçando assim o domínio masculino.

O modelo de família que se baseia nos papéis do homem provedor do lar e da mulher dona-de-casa experimentou um declínio significativo ao longo da segunda metade do século XX. O declínio desse padrão familiar reflete as profundas transformações que ocorreram na esfera do privado, na nova estrutura e organização familiar e nas relações de gênero. Este declínio alargou as

⁷⁴ O livro *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX* de DIAS, Maria Odila Leite da Silva, obra já citada nesse estudo, traz uma discussão pertinente sobre mecanismos e estratégias informais de sobrevivências de mulheres pobres, escravas e forras sobrevivendo do artesanato caseiro e do pequeno comércio ambulante no processo de urbanização de São Paulo.

⁷⁵ Por muito tempo os mitos e estereótipos criados e difundidos pelas diferenças biológicas e pelos elementos culturais, sociais, políticos e econômicos influenciaram e até determinaram papéis e comportamento diferenciados para homens e mulheres.

possibilidades das mulheres, que foram lentamente tecendo suas histórias de vida, buscando sempre novos espaços e novas formas de resistências e, assim, exigindo sair do anonimato da História e ter direito à dignidade, à liberdade de serem, além de mães, e dona-de-casa, trabalhadoras, profissionais reconhecidas e respeitadas.

Embora essa não fosse a realidade das rendeiras da Prainha e das classes sociais menos favorecida, acostumou-se a pensar no homem como responsável pela manutenção da casa e a mulher, pelos cuidados para com a família.

Embalada ao som dos bilros escutei da rendeira Zenaide a história inversa dos papéis de prover e cuidar.

A minha mãe fazia renda, sustentou os filhos com a renda. Meu pai não tinha nem como reclamar, porque a mamãe sustentava mais a casa do que o próprio pai.⁷⁶

Ao que tudo indica, essa situação era vivida por muitas famílias da Prainha. A rendeira Zenaide ao rememorar o tempo da sua infância, fala do trabalho realizado por sua mãe e do compromisso para com o sustento dos filhos. Conscientes ou não dos papéis que desempenhavam, e das limitações impostas pelas suas condições sociais, essas mulheres rompiam padrões de normalidades, questionavam as regras e os espaços preestabelecidos e predeterminados, em parte, por um discurso social do “lar feliz, onde a mulher é apresentada como rainha”⁷⁷.

Uma rainha sem castelo nem súditos, que dava graças a *Deus chegar de noite, porque de dia todo mundo fazia suas coisas em casa, lavava roupa, cuidava da casa, botava água da cacimba pra casa, pra beber, porque a gente não tinha muita água. Agora a gente tem bomba, motor né? E tinha a almofada pra fazer.*⁷⁸

“Chegar de noite” na fala acima representa um momento de descanso e de lazer. No caso da Prainha, um lazer em frente ao bar do Leôncio, onde aconteciam os bate-papos, as rodas de conversas, as paqueras e os namoros.

“Botar água” surge na maioria das narrativas como uma tarefa árdua e necessária, visto que não havia água potável, senão retirada das cacimbas ou dos

⁷⁶ Entrevista realizada com a rendeira Zenaide, em 14 de janeiro de 2003.

⁷⁷ MALUF, Marina e MOTT, Maria Lucia. *Recônditos do Mundo Feminino*. op. cit.

⁷⁸ Entrevista realizada com a rendeira Zenaide, em 14 de janeiro de 2003.

rios. Esse trabalho era realizado geralmente pelas mulheres que, desmistificando o discurso da fragilidade feminina, andavam longos percursos com baldes de água na cabeça. Essa água era utilizada para beber e lavar os utensílios domésticos. As roupas eram lavadas na beira do rio.

Além do trabalho, lavar roupa na beira do rio representava um momento de lazer, de companheirismo e de formação de sociabilidades. Essa tarefa era realizada quase sempre em pequenos grupos. Enquanto a roupa estava sendo lavada, havia sempre alguém preparando a comida, que podia ser panelada, buchada, feijoada, peixada etc. As crianças menores tomavam banho de rio, brincavam e brigavam, enquanto os mais velhos pescavam garantindo assim o “de comer” amanhã.

As conversas fluíam. Entre uma peça ou outra de roupa lavada, as informações e as novidades eram contadas. O tempo passava e ao final do dia a tarefa fora realizada.

Eu fazia renda, renda estreita, aí eu vendia, eu ajudava a comprar minha farda de estudar, papel. Esse homem que me comprava a renda se chamava Canoa, o apelido dele. Aí eu fazia a renda, quando completava a peça ele comprava. De manhã, trabalhava. Primeiro eu ajudava aguar as plantas, botava água de beber que era de uma cacimba que nós cavava, varria o terreiro, aí eu ia trabalhar na almofada com minha prima, ficava em frente a casa.⁷⁹

A rotina descrita por Dona Auristela não difere muita da rotina da maioria das rendeiras da comunidade da Prainha, uma vez que elas eram e são responsáveis pelos cuidados com a casa e com a alimentação da família. O dia para essas mulheres parecia se estender para além das vinte e quatro horas, tantas eram as atividades realizadas por elas.

Obedecendo ao um ritmo ditado por regras e convenções, os laços familiares, de vizinhança e de sociabilidade foram acontecendo e dando contornos nítidos aos sujeitos e aos lugares. Os espaços foram sendo construídos e os papéis definidos. Construídos e definidos por mulheres que muito antes de se unirem a um companheiro e formar uma família, já tinham a obrigação e a responsabilidade de contribuírem para as despesas da casa. Dessa forma, o

⁷⁹ Entrevista realizada com a rendeira Auristela, em 14 de janeiro de 2003.

casamento significava trabalhar mais e ter mais responsabilidades, como afirma a rendeira Dica:

Eu toda vida fiz renda depressa, eu faço essa renda, eu emendo trabalhos, colchas, toalhas. Aí quando casei continuei fazendo a renda; aí foi que eu fiz pra ajudar a fazer a casa, a criar os meninos, aí é que a gente trabalha.⁸⁰

As rendas fabricadas no espaço do lar, não obedeciam a horário certo, eram feitas em meio às atividades corriqueiras de dona-de-casa. As vendas eram realizadas geralmente na comunidade para os poucos compradores que as revendiam, de porta em porta, ou aos domingos na orla marítima. Essas vendas por suas próprias características não davam margem a fidelidade entre rendeira e comprador, uma vez que não eram os clientes que as procuravam, eram elas que iam até os compradores.

Fazer a renda durante a semana e sair para vender aos domingos fazia parte da rotina da maioria das mulheres artesãs da Prainha, visto que não tinham lugar certo para exporem seus produtos. Os poucos momentos de ausências que as vendas exigiam não geravam conflitos nem cobranças do companheiro. Assim, o domingo, dia de descanso e lazer para a maioria das pessoas representava para a rendeira Auristela e suas companheiras mais um dia de trabalho. Além das vendas que fazia durante a semana, o domingo era promessa de bons negócios, principalmente pelo aumento dos banhistas que buscavam lazer nas areias da Prainha.

Quando eu acabava de almoçar aqui, dia de domingo botava uma caixa na cabeça e ia mais as outras né? Andar nas casas dos ricos vender, aí nós fazia às vez boas vendas.⁸¹

Domingo, logo após o almoço em família, por volta das treze horas, a Sra. Auristela e suas companheiras se reuniam no “terreiro” da sua casa. A rotina de mais um dia de trabalho se repete. Caixas de papelão na cabeça contendo o trabalho de toda uma semana, deixam para trás a casa arrumada, a louça limpa, o

⁸⁰ Entrevista com a Dica, em 18 de fevereiro de 2003.

⁸¹ Entrevista realizada com a rendeira Auristela, em 14 de janeiro de 2003.

marido e os filhos alimentados e saem para vender suas rendas na praia, ou de porta em porta, nas “casas dos ricos”.⁸² A narrativa da rendeira Firmina anuncia essa realidade:

Antes disso aqui (Centro das Rendeiras), o pessoal vendiam na praia. Botava na caixinha e ia vender na praia⁸³

Completa a rendeira Estela:

Eu vendia renda na praia, né, andava em todo canto, eu ia vender. O sol quente, às vez até de resguardo, quinze dias de resguardo com a caixa na cabeça, ia vender. Não vendia nem só minha, vendia das outras também.⁸⁴

Um fator importante observado entre as rendeiras é a rede de solidariedade que se estabeleceu entre elas. Quando alguma estava impossibilitada de sair para vender seus produtos, havia sempre alguma disposta a fazê-lo. Embora o peso da caixa que levava na cabeça aumentasse, jamais deixavam de ajudar umas as outras. Essa ajuda estendia-se também às encomendas que elas recebiam e às vendas realizadas na casa da própria rendeira, como afirma Dona Auristela:

Tinha muitas pessoas aqui que trabalhava [com renda], aí eu cedia a linha pra elas fazer pra mim levar[para vender]. Minha casa era muito visitada, eu tinha muito trabaio aqui, meu e das outras [...] elas [rendeiras] trazia os trabaio pra minha casa, eu não fazia questão de mostrar pra vender.⁸⁵

Essa ajuda da qual nos fala as rendeiras Estela e Auristela, assim como a rede de solidariedade, a infância, a adolescência, o namoro e o casamento na comunidade da Prainha, possivelmente obedeceram a uma rotina comum a todas as comunidades pequenas, uma vez que as mulheres das camadas populares estão mais presentes no espaço público, são mais abertas ao convívio

⁸² Expressão usada pelas rendeiras para falar das poucas pessoas de posse que havia na comunidade. Geralmente essas pessoas eram de fora e tinham casas de veraneio na Prainha.

⁸³ Entrevista realizada com a rendeira Firmina, em 26 de novembro de 2005.

⁸⁴ Entrevista realizada com a rendeira Maria Estela, em 18 de fevereiro de 2003.

⁸⁵ Entrevista com a rendeira Auristela, em 14 de janeiro de 2003.

com a vizinhança, com o grupo de trabalho e de lazer, uma relação mais independente, uma comunicação mais autêntica, impregnada de significados.

As condições das estradas e a falta de transportes contribuíram significativamente para que o intercâmbio entre a Prainha e outras localidades fosse extremamente precárias até os anos 1970, fato que justificava as estratégias de vendas realizadas pelas rendeiras da comunidade.

1.4. Renda de Bilros: Trabalho, Cultura, Tradição.

Na medida em que o processo se repete, tem-se a possibilidade de se falar sobre tradição, entendida, aqui, como prática e justificativa do artesanato que se mantém, variando ou não, como algo de interesse do grupo e como elemento em que se define uma determinada linha de atividade econômica.

86

À semelhança de outras mulheres, as rendeiras da comunidade da Prainha são responsáveis pelos cuidados com os filhos e pela lida diária. Acordavam cedo, varriam o terreiro, cuidavam da casa e da alimentação da família e, entre uma atividade ou outra, sentavam no chão, próximas à porta, para aproveitarem a luz natural e confeccionarem a renda. Fazia-se renda enquanto cuidava-se da casa e o menino dormia, nas horas de folga depois do jantar, até onde o cansaço permitisse, uma vez que normalmente eram as primeiras que acordavam e as últimas que se recolhiam.

A cultura da renda de bilros é, segundo relatos das próprias rendeiras, uma prática desenvolvida pelas mulheres da Prainha há bastante tempo. Na realidade, as raízes desta atividade, vista essencialmente como feminina, é tão antiga que a memória não pode situar, a ponto de serem lançadas na imprecisão de um tempo, traduzida no presente por expressões do tipo: *“Ah faz tempo que na Prainha tem rendeira”*.

⁸⁶ ALMEIDA, Luiz Sávio de. As Ceramistas Indígenas do São Francisco. *Revista Estudos Avançados*, 17 (49), 2003, p.256.

Essa expressão “faz tempo” nos leva ao remoto aparecimento da renda de bilros, justificada às vezes por antigas lendas cheias de imaginação e de romantismo.

Conta-se que, em Veneza, certo pescador partiu para uma longa viagem aos mares orientais. Mas antes da partida, confiara sua noiva um ramo de coral delicadamente cortado. Para encher o vácuo de sua solidão infinda, teria a jovem procurado imitar com a agulha, num rendilhado linho, a preciosa lembrança. Entretanto, não o conseguia porque a complexidade do desenho dificultava-lhe a tarefa. Então, tomando os fios entre as próprias mãos, entrelaçou-os e os dispôs de tal maneira que teceu, sem o auxílio da agulha, as malhas e o desenho ornamental. O amor e a saudade teriam produzido a renda maravilhosa.⁸⁷

Por outro lado, completa Herman Lima:

A lenda flamenga é em torno duma alga. A bordadora é de Antuérpia. O noivo partiu para longe, deixando-lhe também de lembrança uma erva marinha estranhamente recortada. Os dias de ausência sucedem-se; o bem amado não regressa. Para encher as horas, a rapariga põe-se a copiar à agulha, sem outro desenho e sem tecido de suporte, a alga maravilhosa.⁸⁸

Lendas à parte, há entre os autores que trabalham com essa temática divergências quanto à origem da renda de bilros e à sua chegada ao Brasil. Para Maria Luiza Pinto de Mendonça:

A referência histórica mais antiga que se conhece às rendas de bilros está em documento de partilha, feita em Milão, de duas irmãs, em 1543, onde se fala, no italiano da época, em uma “binda lavorata a poncto de dói fuxi per uno lenzolo” (uma faixa trabalhada a ponta de doze bilros para bordar um lençol). Noutro documento, conservado na Biblioteca Real de Munique, há a referência que a renda de bilros foi introduzida na Alemanha no ano de 1536 por negociantes provenientes da Itália e de Veneza.⁸⁹

⁸⁷ MENDONÇA, Maria Luiza Pinto de. Algumas Considerações sobre Rendas e Rendeira do Nordeste. *Separata do Boletim do Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará*, 1961, p.85

⁸⁸ LIMA Herman. Rendeiras: Imagens do Ceará. *Cadernos de Cultura*. Ministério da Educação e Cultura – serviço de documentação. P.85

⁸⁹ DE MENDONÇA, Maria Luiza Pinto de. *Op.cit.* pp.46-47

Segundo Valdelice Carneiro Girão “*nunca se poderá afirmar, com segurança, o país originário dessa atividade artesanal*”⁹⁰. No entanto, quanto à sua chegada ao Brasil afirma:

A carência de bibliografia não nos permite apurar quando teve início esse artesanato entre nós. É-nos permitido, porém, afirmar, com relativa segurança, que a renda foi trazida por mulheres portuguesas, vindas com suas famílias da mãe-pátria, onde tradicionalmente se dedicavam a esse mister. Veio aculturar-se e difundir-se entre nós, nas zonas do litoral e do sertão, e, através da mulher do povo, tornou-se uma “cultura de folk”. Em inícios do século XVII, adquiriu essa arte feição nitidamente nacional, que até hoje se conserva e se faz notar pelos nomes dados aos seus diferentes tipos. A região por excelência das rendas de bilros, no Brasil, é o Nordeste, mais particularmente o litoral e o sertão do Ceará.⁹¹

O primeiro estudo sobre a verificação e a distribuição geográfica da renda de bilros no espaço brasileiro se deve ao casal Luísa e Artur Ramos. Segundo o casal, na região Nordeste concentra-se o maior foco de produção desse artefato, mais precisamente no Ceará e Alagoas. No entanto nos estados de Pernambuco, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte foram encontrados também produção da renda de bilros, porém de forma menos expressiva. Esse estudo está dividido em duas partes: Coleção Luísa Ramos e Coleção Rendas do Ceará. Esse trabalho:

Representa um estudo da renda nos municípios cearenses, feito em contato com a rendeira, aprendendo com ela os segredos da arte, suas características mais importantes no campo folclórico, sua semelhança com as de outras regiões brasileiras, e mesmo estrangeiras, assim como os motivos de sua decadência.⁹²

Na coleção Arthur Ramos pertencente ao Museu Arthur Ramos em Fortaleza consta amostra das variadas rendas de bilros e dos utensílios utilizados em sua confecção. Coletadas e reunidas pela sua esposa Luisa Ramos, dessa

⁹⁰ GIRÃO, Valdelice Carneiro. *A Renda de Bilros e seus Artífices*. Trabalho de pesquisa realizado pela Conservadora do Museu do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Ceará, 1966, p. 4

⁹¹ GIRÃO. Valdelice Carneiro. *Renda de Bilros*. Coleção do Museu Arthur Ramos. Edições da Universidade Federal do Ceará, 1984. p.5

⁹² GIRÃO, Valdelice Carneiro. *Rendas de Bilros. op. cit.* P.5

coleção resultou o livro “*A Rendas de Bilros e sua Aculturação no Brasil*”, escrito em parceria com o seu marido e antropólogo Arthur Ramos, obra que só foi publicada em 1948, ano de sua morte.

A primeira parte dessa coleção compreende o material de rendas antigas, reunido por Luísa Ramos, e consta de amostras de renda de bilros da maioria dos estados brasileiros e de alguns países estrangeiros; a segunda parte contém amostras de produção mais recentes.

O foco neste item não é discutir as origens da renda de bilros⁹³ na Prainha e nem tampouco no Ceará. O objetivo aqui é, sobretudo, compreender a maneira como as mulheres artesãs da Prainha pensam o artesanato, renda de bilro, como uma atividade de sobrevivência e como um saber passado pela tradição de uma geração à outra. Um saber que guarda suas especificidades estabelece os laços sociais e, desse modo, garante a continuidade dos comportamentos e dos modos de vida que constituem uma cultura.

Produzir a renda de bilros, ou renda de almofada⁹⁴, como é popularmente conhecida no Ceará, requer esforço físico⁹⁵, concentração e habilidade. Sentadas no chão ou em pequenos bancos de madeira conhecidos como tamborete, tendo à sua frente a almofada, essas mulheres artesãs confeccionam a renda obedecendo a um modelo produzido em pequenos pedaços de papelões⁹⁶, ou simplesmente deixam a imaginação e a criatividade fluírem e

⁹³ A bibliografia sobre a renda de bilros é muito restrita. Para um maior aprofundamento sobre o tema ver: DE MENDONÇA, Maria Luíza Pinto. “Algumas considerações sobre Rendas e Rendeiras do Nordeste”. Separata do *Boletim do Instituto de Antropologia* da Universidade do Ceará, 1961. GIRÃO, Valdelice Carneiro. *Rendas e Bordados do Ceará*. Separata de O Ceará, 3ª edição, Fortaleza, 1965, *A Renda de Bilros e seus Artífices*. Trabalho de pesquisa realizado pela conservadora do Museu do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Ceará, 1966, *Rendas de Bilros*. Coleção do Museu Artur Ramos. Editora UFC, 1984; LIMA, Hermam. Rendeiras: imagens do Ceará. *Cadernos de Cultura*. Ministério da Educação e Cultura. Serviço de documentação; *Revista Brasileira de Folclore*. Ano III n° 6, 1963, SALES, Vicente Juarimbu. Rendas. In: LODY, Raul Giovenni da Mata, *Artesanato Brasileiro*. Funarte, 1986.

⁹⁴ Geralmente as almofadas são cilíndricas ou arredondadas, variando as dimensões conforme a região e o tipo de renda a ser produzida. São confeccionadas de qualquer tecido, dependendo apenas das posses da rendeira. Medem aproximadamente 80 centímetros, e suas extremidades são costuradas formando um saco oco. Esses sacos são cheios de capim, palhas de bananeiras ou outros materiais disponíveis.

⁹⁵ Há relatos de rendeiras que após muitos anos de trabalhos na almofada, ficaram doentes com problemas de coluna, de vista e dores nas pernas.

⁹⁶ O papelão é também conhecido como pique. É um cartão grosso onde é perfurado o modelo da renda a ser confeccionada. Esse modelo pode ser copiado de outro papelão, de revistas, livros ou pode ser criado pela rendeira. Esse cartão pode ser feito de qualquer papelão e o seu tamanho varia de acordo com o modelo da renda. Muitas vezes o papelão é picado pela rendeira que vai executar a renda, mas existem rendeiras especializadas na tarefa. Modificam modelos, criam novos

criam peças belíssimas, que são utilizadas como adornos nas roupas ou nos móveis e utensílios da casa.

As conversas e as entrevistas que realizei foram embaladas ao ritmo descompassado produzido pelos bilros⁹⁷. A habilidade com que as rendeiras manejavam estes pequenos pedaços de madeiras, denominados bilros, conduzindo um emaranhado de fios, é uma visão agradável para quem já teve a oportunidade de presenciá-las em atividade.

Não raro, o discurso tradicional apresenta os trabalhos manuais, trabalhos esses que exigiam muita habilidade e paciência⁹⁸, como “*atividade habitual, pacata, intermediária de outros afazeres, essencialmente integrada ao “modus vivendi” feminino*”.⁹⁹

Esses trabalhos eram atividades realizadas no lar e considerados úteis e importantes, principalmente porque supriam as necessidades da família e preenchiam o tempo “ocioso” das mulheres. Esses trabalhos vistos pela historiografia tradicional como agradáveis ocupações femininas, apresentavam-se como um fator positivo para a economia da família e a possibilidade de um ganho extra, um requisito necessário a um bom casamento¹⁰⁰.

Com ou sem intenção de ser “prendada” e assim arranjar um bom casamento, provavelmente muitas mulheres ao se dedicarem aos trabalhos manuais deram vazão à imaginação e à criatividade, transformando essas ocupações em momentos de lazer, sociabilidade e convívio com os vizinhos, amigos e com a comunidade. Momentos esses que lhes permitiam fugir da lida

e são verdadeiras guardiãs desse saber. Algumas guardam esses papelões como verdadeiros tesouros.

⁹⁷ Os bilros são os instrumentos que conduzem os fios para formar a renda. São pequenos, feitos de madeira, com uma esfera no final (cabeça do bilro), para evitar que o fio escorregue. Podem ser feitos de duas peças ou inteiros, de uma peça só. Ao ser movimentados essas peças produzem um som agradável.

⁹⁸ O fato de o trabalho exigir muita habilidade e paciência era, portanto atribuído a mulher. Essa concepção do estereotipo de docilidade natural da mulher estava presente na historiografia tradicional como uma maneira de limitar a atuação da mulher às atividades domésticas ou àquelas que não exigisse racionalidade, visto que, a mulher era mais emoção. Sobre essa temática ver: NOVAIS Fernando A. História da Vida Privada no Brasil. São Paulo. Companhia das Letras. Vol.3, cap. 5, 1993.

⁹⁹ DE MENDONÇA. Maria Luiza Pinto. op. cit. P.39..

¹⁰⁰ Até pouco tempo atrás o casamento era a opção mais inteligente para a mulher. Desde criança, a mulher era educada para ser esposa, dona-de-casa e mãe em tempo integral. Os trabalhos manuais faziam parte dos predicados necessários a um bom casamento. Essas atividades transmitiam recato, já que eram realizados no lar, diminuía as despesas e evitava desperdícios com compras desnecessários. Ver: MALUF, Maria e MOTTA, Maria Lúcia. Recônditos do Mundo Feminino. História da Vida Privada no Brasil. Companhia das Letras. Vol. 3 cap. São Paulo, 1993.

diária dos serviços domésticos e dos problemas do dia-a-dia. Sobre essa realidade afirma Zenaide.

Às vezes a almofada da gente era a psicóloga da gente e continua sendo porque [...] às vezes a gente tá com um problema quer desabafar [então] a gente encontra, até as respostas [no som] do barulho dos bilros né? Aqui [na almofada] a gente se perde, enterte a mente da gente, depois a gente encontra a solução pro problema.¹⁰¹

“Se perder” ao som provocado pelos bilros certamente não lhe garantia a solução para os problemas, que provavelmente envolvia família, dinheiro e trabalho. Por outro lado, esses momentos de envolvimento e de intimidade com a almofada, somados aos belíssimos trabalhos produzidos pelas suas mãos, possivelmente tornavam os problemas mais simples e mais fáceis de serem resolvidos.

A oralidade é o caminho privilegiado para registrar a experiência dessas mulheres, pouco letradas, mas que guardam o aprendizado de uma atividade que ensinam mostrando como se faz, ou ensina fazer fazendo ou aprendem de olhar.

A gente aprende mais é no olho e quando já traz aquilo no sangue né, porque é uma coisa que, como se fosse uma herança”.....”Eu aprendi vendo mais minha avó fazer. Minha avó, ela teve mais paciência de deixar em mexer na almofada dela, nos bilros do que a minha mãe. Minha avó, quando ela não tava na almofada eu ia lá mexer e ela não dizia nada.¹⁰²

Em seu depoimento, a rendeira Elizete nos fala como acontece o aprendizado da renda, ressaltando a importância do apoio da família. No seu caso, a avó foi a pessoa que lhe ensinou a arte e os segredos do fazer renda. Mas esse aprendizado representa para ela “quase uma consequência”, pois ser filha e neta de rendeira é “trazer no sangue” um aprendizado que representa também uma herança.

Eu queria aprender a renda, ela (mãe) dizia que não, ela achava eu era muito criança, eu tinha sete anos. Quando ela saía, eu ia mexer nos bilros dela. Então, eu peguei um coco verde, peguei um caixãozinho de doce, fiz a

¹⁰¹ Entrevista realizada com a rendeira Zenaide, em 14 de janeiro de 2003.

¹⁰² Entrevista realizada com a rendeira Elizete, em 26 de novembro de 2005.

almofada, peguei os palitos de coqueiros e os coquinhos que eu tinha e fiz os bilros. Aí eu roubava linha dela, escondida né? Ía pra detrás da porta, e ela trabalhando do outro lado, eu ía perto dela olhava o que ela estava fazendo, chegava na minha almofada e fazia. Só que a minha tinha uma dificuldade muito grande porque eu tinha que enfiar o espinho e bater né, no coco, aí quebrava o espinho. Eu aprendi a fazer renda assim¹⁰³.

Como vimos no depoimento acima, o fazer renda, o aprendizado e tudo que representa a experiência vivida e transmitida a outras gerações passam pela observação e o treino, que representam saberes acumulados no cotidiano e nas lutas pela sobrevivência. Esse aprendizado pode ser feito não apenas pelo discurso, mas por rituais, gestos ou outras formas de expressão de uma determinada cultura.

Nessa perspectiva, a tradição familiar tem enorme peso no processo de aprendizagem da renda. Pertencer a uma família de artistas, ou crescer em meio artesanal é geralmente condicionante não só de dar continuidade à categoria, mas manter os vínculos afetivos, a memória, as trocas simbólicas e os elos de solidariedade, necessários à sobrevivência cotidiana de cada artesã.

Quando a rendeira Zenaide fala dos bilros, do coco e do caixãozinho de doce que se transforma em almofada, dos palitos de coqueiros e dos espinhos, ela nos revela aspectos interessantes e peculiares de uma cultura vivenciada dia-a-dia pelas meninas-rendadeiras da Prainha:

Eu aprendi a fazer renda assim: nessa época a gente aprendia assim. Tinha os coquinhos, os coquinhos caíam do coqueiro, porque tinha muitos, e a gente fazia a almofada daquele coquinho maior, os pequeninhos a gente fazia essa cabecinha de bilros, e os palitos a gente enfiava nos bilros. A gente fazia assim, até de caçoar, aqueles cascos de caranguejos, e foi assim que eu aprendi a fazer renda.¹⁰⁴

Dona Dica refere-se a um tempo em que o aprendizado da renda estava intimamente ligado ao processo de produção dos instrumentos de trabalho, e estes eram confeccionados com os materiais disponíveis na paisagem local. Confeccionar a almofada, os bilros, fazia parte de um ritual de iniciação comum entre as meninas-mulheres daquela comunidade.

A época por ela referida era a época da “Prainha antiga”, dos coqueirais e de muitos coquinhos. Em meio aos banhos nos rios e às brincadeiras

¹⁰³ Entrevista realizada com a rendeira Zenaide, em 14 de janeiro de 2003.

¹⁰⁴ Entrevista com a rendeira Dica, em 18 de fevereiro de 2003.

de crianças, muitos desses coquinhos eram transformados pelas mãos hábeis dessas meninas-rendadeiras em almofadas e bilros, onde elas confeccionavam suas primeiras rendas. Nesse universo das brincadeiras e do aprendizado da renda não havia resistências das mulheres da comunidade em deixar suas filhas aprenderem o ofício da renda, muito embora algumas delas fizessem restrições à pouca idade, talvez, sugestiva das dificuldades em manusear dos bilros.

A minha primeira almofada foi de coco, coco verde, com os palitos de palha do coqueiro. Os coquinhos que caíam, aqueles coquinhos pequeninhos com os palitos enfiados eram os bilros, e a linha, era o resto da linha que minha avó dava sobe? Aí eu fui aprendendo, aí foi onde eu comecei.¹⁰⁵

Outros depoimentos corroboram com essas afirmações.

Eu aprendi a fazer renda era com coco, coco do coqueiro, o coco maior, e os bilros era os pequeninhos e esses paus era os palitos. Pegava aqueles fundos de rede e puxava os fiapos e enrolava, e os espinhos era os palitos de coco. Aí eu fui aprendendo a renda assim¹⁰⁶

As respostas mais comuns quando indagadas sobre quem as ensinou a fazer a renda eram: “*Eu aprendi com minha mãe, que aprendeu com a mãe dela e eu aprendi brincando com minhas amigas*”. Essas mulheres esquecem o desconforto do espaço (ora reduzido, ora não apropriado) e da posição constantemente sentadas (no chão ou em pequenos bancos de madeira) e criam nas almofadas peças belíssimas como roupas, toalhas, paninhos, saídas de banho, colchas de cama etc.

O aprendizado do feitiço durante a infância revela aspectos interessantes sobre as brincadeiras com os próprios objetos utilizados na confecção da renda.

Nóis brincava, aí nós ia pra debaixo dos coqueiros, porque tinha muito coqueiro, agora não tem mais, porque foi cortado. Aí nós ia pra debaixo dos coqueiros, pegava os coquinhos, amarrava umas pernas de linha, assim no pau, botava uns palitos enfiados dentro dos coquinhos, aí amarrava umas pernas de linha e enfiava um bocado de espinhos nos coquinhos e ia

¹⁰⁵ Entrevista com a rendeira Elizete, em 26 de novembro de 2005.

¹⁰⁶ Entrevista com a rendeira Maria Helena, em 25 de novembro de 2005.

trabaiar. Aí pra fazer a barata, aí a minha mãe é que ensinava a nós, mas o trocado mesmo, nós é que aprendemos mesmo.”¹⁰⁷

Nesse processo de aprendizagem e transmissão da renda, a tradição familiar interfere de forma quase que determinante. Pertencer a uma família de rendeiras certamente influenciou a “menina” Estela a aprender o ofício. Esse aprendizado realizado entre as brincadeiras de criança é reforçado pelos ensinamentos da mãe. Fazer a “barata”¹⁰⁸ significava um passo mais difícil após o “trocado”¹⁰⁹. Nesse momento, o saber guardado pela mãe, que aprendeu com mãe dela, é posto em prática e passado a outras gerações.

Provavelmente a rendeira Estela, assim como as suas companheiras aprenderam o trocado, que se constitui basicamente na troca dos bilros por três movimentos: o de cruzar os fios torcê-los e traçá-los, em suas almofadas feitas com o coco e com os bilros de palitos de coqueiros.

O coco, muito comum nas zonas litorâneas, surge nas narrativas como elemento central no processo de confecção das primeiras almofadas das meninas rendeiras da Prainha. Esse aprendizado era motivo de diversão e acontecia em meio às brincadeiras, o que demonstra o caráter “livre” de se aprender o ofício da renda.

Todas as rendas têm um ponto inicial, o trocado, dele se origina a imensa variedade de pontos que compõem o universo da renda de bilros origina-se do trocado. Os pontos mais conhecidos são: trança, traça, tijolinho, pano, ponto solto, cordão, filó, coentro e grade. Os nomes dados a esses pontos podem variar de uma localidade para outra. Por exemplo: no Ceará, a traça é conhecida por barata ou baratinha; em Santa Catarina por bananinha e em Sergipe por palma.

À proporção que a rendeira faz a renda, a renda faz a rendeira, deixando claro que esse processo de autoconstrução é uma via de mão dupla, e que essas mulheres, *“enquanto responsáveis por suas próprias ações, realmente se tornam autoras de seus próprios conceitos; isto é, tomam a responsabilidade pelo que sua própria cultura passa a ter feito com elas”*.¹¹⁰

¹⁰⁷ Entrevista com a rendeira Maria Estela, em 18 de fevereiro de 2003.

¹⁰⁸ Aqui no Ceará, “Barata” é o nome dado à trança, um dos pontos que brota do trocado dos bilros.

¹⁰⁹ O trocado é o ponto básico da renda, a qualidade deste ponto depende da habilidade da rendeira e da linha utilizada. Do entrelaçamento dos bilros surge uma variedade de cruzados e torcidos que são conhecidos por pontos, como a trança, traça tijolo etc.

¹¹⁰ SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, cap.5, p.189.

O baixo custo para produzir a renda é um forte aliado dessas mulheres, visto que parte dos materiais necessários à sua fabricação são retirados da paisagem local, e os instrumentos de trabalho (almofada, bilros, espinhos) são normalmente confeccionados por elas.

Quanto ao fio, matéria-prima básica para o fabrico da renda, este era comprado. Entre as rendeiras entrevistadas nenhuma produzia o fio para o consumo. Elas adquiriam em Aquiraz, em Fortaleza ou compravam de eventuais vendedores que vinham oferecer na Prainha. O baixo custo para confeccionar a renda é explicada com detalhes:

Na semana que eu já sabia fazer renda, eu ia fazer na almofada dela. Ela chegou, perguntou a todo mundo quem tinha feito na almofada dela. Ninguém....todo mundo tinha medo de apanhar né, aí eu disse 'fui eu que fiz, fui eu mamãe que fiz'. Aí ela achou bonito, aí me disse: "então, amanhã vamos fazer sua almofada". Aí pegou fez a almofada para mim, foi mais eu nas bananeiras, tirou as palhas, fez o paninho pra mim fazer minha primeira almofada. Aí eu comecei a fazer minha renda.¹¹¹

Há nesse processo de transmissão da cultura da renda, saberes que são próprios a cada um. As rendeiras normalmente não faziam seus próprios desenhos no papelão.

Nessa época quem fazia o papelão era Maria Caetana, que já morreu. Às vez, a gente mandava ela pinicar os desenhos, ela pinicava. Eu tenho é muito papelão que ela pinicou. Ela morreu, mas eu tenho é muito papelão que ela pinicou.¹¹²

As palavras da Dona Estela anunciam indícios de uma organização informal e/ou espontânea e divisão cultural do trabalho realizado por essas mulheres. Na época descrita por ela, a Sra. Maria Caetana fazia o papelão. Ela era a guardiã desse saber e, quase todas as rendeiras mandavam-na pinicar os desenhos.

Como a Dona Maria Caetana aprendeu a fazer o papelão e quem a ensinou foram indagações que permaneceriam sem resposta, pois muito antes do início dessa pesquisa ela já havia falecido. No entanto, em meios às conversas e

¹¹¹ Entrevista realizada com a rendeira Zenaide, em 14 de janeiro de 2003.

¹¹² Entrevista com a rendeira Maria Estela, em 18 de fevereiro de 2003.

às entrevistas, obtive informações das companheiras de renda que na família dela era por tradição todas as mulheres saberem fazer o papelão. Esses papelões eram protegidos e guardados como verdadeiros tesouros.

No papelão, que é também conhecido por “pique”, o desenho guia os pontos da renda que se pretende confeccionar. Cada papelão contém um desenho. Guardados e colecionados pelas rendeiras podem ser utilizados por muitos anos, e muitos estão nas mãos de algumas famílias há gerações. Normalmente o papelão novo é reproduzido de um antigo, quando já danificado, ou criado ou cópia de tecidos, revistas ou roupas já prontas.

Dentre as rendeiras entrevistadas somente a Sra. Elizabete confecciona o papelão para uso próprio; as outras compram-no dela. O ganho financeiro dessa vendas é pouco significativo, uma vez que os preços dos modelos variam de um a cinco reais e uma papelão geralmente é usado por muito tempo. Sobre essa arte de fazer o papelão ela afirma:

Aprendi o papelão assim. Eu vejo um desenho, eu copio. Eu desenho, crio ou copio de outro papelão. Se alguém pedir pra eu desenhar, eu desenho, mesmo que traga só o tamanho e tudo, eu crio.¹¹³

A narrativa de Dona Dica reforça esse indício de uma relativa organização do trabalho.

Eu enchia, emendava trabalhos, fazia colcha, toalha, assim, para outras sebe? Elas faz as aplicações, faz 60, 70 e manda emendar toalhas, sabe? Aí eu fazia esse trabalho mais a minha mãe.¹¹⁴

Além de confeccionar renda, ensinada pela mãe, Dona Dica realizava o trabalho de emendar as aplicações¹¹⁵ para formar peças maiores como toalhas

¹¹³ Entrevista com a rendeira Elizabete, realizada em 25 de novembro de 2005, constituiu-se num desafio. A Dona Elizabete falava pouco e quase sempre respondia às minhas indagações com monossílabos, o que era necessário insistir, instigar e repetir as perguntas diversas vezes. Ao final, depois de muita conversa, ela falou da infância, da renda de bilros, ofício vivenciado pelas mulheres da sua família há gerações, e do papelão, arte que aprendeu sozinha e a diferencias das demais.

¹¹⁴ Entrevista com a rendeira Dica, em 18 de fevereiro de 2003.

¹¹⁵ As rendas são fabricadas de várias formas: o METRO (bicos ou pontas usadas para margear os tecidos e entremeios), em QUADROS (compondo quadros de diversos tamanhos que depois de prontos, são costurados e formam toalhas de mesa de tamanhos variados, cochas de cama, toalhinhos, guardanapos etc.), APLICAÇÕES (que podem ser em forma de flores, folhas corações, leques) e servem para enfeitar tecidos, roupas ou emendados se transformam em peças maiores, como toalhas de mesa, colchas de cama e peças do vestuário feminino, INTERIÇAS (uma só peça,

de mesa, colchas de cama. Essa habilidade não se estendia a muitas, fato que lhe garantia uma relativa admiração e respeito por parte das companheiras.

Nessa organização estavam presentes a solidariedade e o companheirismo. Quando alguma rendeira recebia encomendas, na maioria das vezes, dividia o trabalho para que outras também ganhassem. Quando iam à busca dos compradores na orla marítima levavam os produtos das companheiras que estivessem impossibilitadas de sair.

Veio uma moça de Londrina, aí ela me deu só o tamanho do sutiã e disse ‘eu quero assim, assim’, ficou lindo, lindo esse sutiã, com umas continhas aqui, outras continhas aqui. Aí eu vou mandar pra ela, pra Londrina. Aí ela vai encomendar mais outras coisas, aí a gente dá pra quem quiser fazer também.¹¹⁶

É interessante notar o envolvimento entre a rendeira e a almofada, seu instrumento de trabalho. Há uma relação de intimidade, companheirismo e cumplicidade, muito bem descrita na citação a seguir:

Algumas rendeiras costumam escrever nos bilros a sua vida íntima; noutro, o dia do batismo... em um terceiro, o nome do noivo, num, outro, ainda a data do casamento. E assim por diante, de modo que estas almofadas se tornam ainda mais estimadas pelas rendeiras, principalmente as que relatam todas as passagens tristes e felizes da vida íntima destas, num verdadeiro jornal sagrado,¹¹⁷

Refletir sobre as experiências dessas mulheres, que no espaço do lar desenvolveram um trabalho, ganharam dinheiro e adquiriram uma certa autonomia, é, sobretudo, buscar compreendê-las como sujeitos historicamente construídos em suas relações sociais. Esta busca remete-nos ao conceito de Experiência Social, em Thompson:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses como antagonismos, e em seguida “tratam” essa

considerada por muitas rendeiras como difíceis de fazer); pode ser utilizados como aplique no decote de camisolas, blusas, vestidos e roupas de crianças. Sobre tipos de rendas e aplicações ver: *Revista Brasileira de Folclore*, ano II n° 6, 1963.

¹¹⁶ Entrevista com a rendeira Elizabete, em 25 de novembro de 2005.

¹¹⁷ *Apud*: MALUF, Marina e Mott. op. cit, p.418.

experiência em sua consciência e sua cultura das mais complexas maneiras e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.¹¹⁸

Dessa forma a renda de bilros, tradicionalmente ensinada pelas mães às meninas-mulheres rendeiras da Prainha, influenciou no processo de construção e orientação, uma vez que assumiram desde cedo muitas responsabilidades. Nesse processo de auto e (re)construção, fizeram do aprendizado da renda uma profissão, um meio de vida, já que com os recursos adquiridos da venda dos produtos dividem e/ou sustentam as despesas da casa, financiam a escola dos filhos, constroem e reformam suas casas.

Na perspectiva do universo das rendeiras da Prainha, é importante perceber a cultura da renda de bilros como expressão das formas materiais e não-materiais pelas quais elas criam e recriam, fazem e refazem, elaboram e reelaboram o cotidiano, através dos trabalhos com as mãos. Trabalhos estes que, vendidos informalmente, garantiam a sobrevivência da família.

A relação entre trabalho, cotidiano e o meio está explicitada na própria nomenclatura dos trabalhos e, em geral, reflete o universo cultural das rendeiras: “palha de coqueiro”, “peixinho”, “pé de pinto”, “tijolo”, “meia lua”, “bico de pato”, “pata de caranguejo”, entre outros.

No universo cultural da Prainha, onde a renda e pesca se completam, seja no modo de vida, na sobrevivência da família, nos costumes e tradições, Dona Dica fala de um tempo de coisas simples e dos trabalhos realizados na almofada.

Naquele tempo não tinha essas coisas né? De fazer arroz, macarrão, não tinha essas coisas né? Era botar o peixe no fogo, aí a gente vinha e se sentava na almofada dela, aí começava a trabalhar, e trabalhava também nos coquinhos.¹¹⁹

A distância entre a Prainha e as comunidades vizinhas, o difícil acesso dificultado pela quantidade de mato nas estradas, feitas de “*bucha de coco, de palha de coqueiro e palha de cana*”¹²⁰ e a raridade de transportes possivelmente motivavam o encarecimento e a demora na chegada do “arroz” e do

¹¹⁸ THMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria*. Op. cit., p.13

¹¹⁹ Entrevista com a rendeira Dica, em 18 de fevereiro de 2003.

¹²⁰ Entrevista realizada com a rendeira Maria Helena, em 25 de novembro de 2005.

“macarrão” à mesa dos moradores da comunidade. Talvez por tais motivos, estes alimentos se constituíssem num “luxo” a que poucos tinham acesso.

“Essas coisas” das quais nos fala a Dona Dica revelam, além do entrelaçamento das culturas da renda e da pesca, um modo de vida que vem lentamente se alterando. As palavras da rendeira Zenaide oferecem-nos indícios dessas alterações.

Quando a gente é criança, a gente é filha de pescador e filha de rendeira, a gente....a primeira coisa que faz, os meninos aprende a pesca né? Hoje não, hoje tá tudo mudado. Eu tenho uma filha, ela sabe fazer renda, mas ela não quer fazer renda pra meio de vida.¹²¹

No tempo rememorado pela Sra. Zenaide, ser filho de pescador e de rendeira tinha um peso significativo no momento de escolher um ofício ou profissão. Provavelmente, as escolhas eram limitadas e as possibilidades profissionais fora do universo familiar, reduzidas.

A pesca e a renda sempre estiveram presentes no cotidiano da comunidade da Prainha, garantindo a sobrevivência da população. Essa realidade descrita pela rendeira Zenaide transforma-se. À medida que a Prainha se insere no mercado turístico, a população cresce, diversificam-se as oportunidades para as novas gerações, que não vêem mais na renda e na pesca as únicas alternativas de trabalho.

Na verdade, a produção de renda de bilros na Prainha se manteve por muito tempo restrita ao espaço do lar, em meio aos afazeres domésticos, como esclarecem algumas das narrativas citadas na pesquisa. A atividade da renda somente ultrapassava os limites do privado nos raros momentos de venda na orla marítima ou de porta em porta. Não obedecendo a horários, a padrões, a formas e a tamanhos preestabelecidos, as artesãs detinham a autonomia da própria produção.

O tempo de elaboração, assim como as cores, modelos, formas e tamanhos de cada peça refletiam o tempo disponível, a criatividade, o gosto e as escolhas de quem a fabricou. Assim, trabalho e cultura representavam um modo de vida, cujo ritmo era ditado pelas próprias artistas da renda.

¹²¹ Entrevista com a rendeira Zenaide, em 14 de janeiro de 2003.

O ritmo na produção e nas vendas informais dos artefatos de renda de bilros, bem como o ritmo da comunidade da Prainha como um todo, sofreram transformações significativas, a partir de 1979, com a construção do Centro das Rendeiras. A construção deste Centro interferiu de forma decisiva no universo de vida e de trabalho das mulheres artesãs, porque provocou alterações diversas nas relações familiares, e alargou as possibilidades de atuação delas na esfera pública. A intervenção das políticas públicas estaduais, na organização, produção e venda dos artefatos em renda, foi relevante para o processo de transformação das relações de compra e venda, bem como para importância desses produtos como bens de consumo no mercado turístico.

As transformações e conseqüências advindas da criação do Centro das Rendeiras e das influências das políticas públicas no trabalho e no cotidiano da comunidade da Prainha serão objetos de análise no segundo capítulo.

CAPÍTULO II

“CENTRO DAS RENDEIRAS”: TRABALHO E COTIDIANO DAS RENDEIRAS DA PRAINHA

O artesanato em geral e, em particular, a renda de bilros tem sido objeto de estudo de folcloristas, sociólogos e antropólogos¹²², por se caracterizar em atividade coletiva, representativa do local de origem, de cunho popular, chegando a identificar-se com o folclore e com o mundo simbólico que o rodeia. Também tem sido tema de estudo nas esferas governamentais representadas, por instituições ligadas à preservação cultural, como a Fundação Nacional do Arte (FUNARTE), ou mesmo por órgãos superiores da administração federal, como o Ministério do Trabalho. Esses estudos revelam uma preocupação além de cultural, socioeconômica.

Portanto, as atividades artesanais passaram a despertar também o interesse de alguns setores econômicos da sociedade, do turismo, por exemplo. De produto das manifestações culturais, como expressão folclórica ou de arte popular, passa a ser percebido como opção para melhoria de vida de populações de baixa renda.

Nesta perspectiva, este capítulo pretende abordar um panorama das políticas públicas de fomento às atividades artesanais no Brasil e no Ceará, o que propiciou a construção do Centro das Rendeiras da Prainha, e assim, ressaltar as importantes transformações ocorridas naquela comunidade.

2.1 Políticas Públicas e Trabalho Artesanal no Brasil.

¹²² O trabalho de Arthur Ramos – *Renda de Bilros e sua Aculturação no Brasil*, publicado em 1948, ano da sua morte, é pioneiro do ponto de vista antropológico. A Coleção de Rendas Luisa Ramos, que motivou o livro compreende renda de bilros do Brasil e de outros países. Luisa Ramos, mulher do antropólogo Arthur Ramos, é também co-autora do livro: *Renda de Bilros – Coleção Arthur Ramos*, de Valdelice Carneiro Girão, já mencionado nesta pesquisa.

A começar das primeiras décadas do século XX, foi se configurando no Brasil um modelo de desenvolvimento industrializante. Novos conceitos, novas idéias, e formas de produção relegaram o artesanato ao plano das atividades marginais, forçando o deslocamento de suas questões para a área do folclore. Possivelmente essa realidade colaborou para que os primeiros estudos sobre renda de bilros tenham sido realizados por folcloristas¹²³.

Somente a partir de 1950 os olhares do governo voltaram-se para o trabalho artesanal quando, então, foi incluído no planejamento econômico do Brasil e passou a integrar projetos e discussões regionais, que tinham por objetivo incrementar o desenvolvimento econômico onde essas atividades resistiram ao esquecimento e à falta de investimentos.

A criação do Instituto de Pesquisa e Treinamento do Artesanato (IPTA)¹²⁴ em 1957, na Bahia, foi a primeira experiência concreta de projeto direcionado ao artesanato. Embora o IPTA tenha encerrado as atividades três anos após sua criação, esta experiência foi positiva e parece ter influenciado outras tentativas nesse campo.

Para o Nordeste¹²⁵, região com grande concentração de artesãos, o incentivo ao artesanato representava, nesta perspectiva, um meio de equilíbrio econômico-social, uma vez que, as atividades artesanais absorviam a mão-de-obra de baixa qualificação. Essa preocupação estava explícita na mensagem presidencial, de outubro de 1951, que justificava a criação do Banco do Nordeste.

Não se pode desprezar, numa região subdesenvolvida, com população abundante e com longa tradição de indústrias locais e domésticas, o amparo

¹²³ Estudos desenvolvidos por pesquisadores do folclore como Francisco de Paula Leite Oiticica – *A Arte da Renda no Nordeste (1967)*, assim como outros, demonstram a estreita ligação entre artesanato, folclore e antropologia.

¹²⁴ O Instituto de Pesquisa e Treinamento do Artesanato (IPTA) foi criado com a finalidade de realizar estudos e pesquisa sobre o trabalho artesanal no Estado, suas condições técnicas e econômicas. Desenvolver projetos e elaborar planos que viabilizassem melhores condições de trabalho para os artesãos, assim como o escoamento dos produtos artesanais, eram preocupações primordiais desse programa. LIMA, Antônio Aquilino de Macedo e AZEVEDO, Ivanildo Mendes. *O Artesanato Nordestino: Características e Problemática Atual*. Fortaleza, BND/ ARTENE, 1982. Estudos Econômicos e Sociais, v. 14.

¹²⁵ No Nordeste do Brasil, ainda hoje encontra-se uma grande quantidade de artesãos. Pesquisa realizada pelo BNB em 1957, já se fazia uma estimativa de haver na “*Região 83.600 artesãos, sendo que 75% encontravam-se no Ceará, 21% na Bahia, 2% no Piauí e os restantes 2% nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Paraíba e Rio Grande do Norte*” Para informações mais detalhadas ver: LIMA, Antônio Aquilino de Macedo e AEVEDO, Ivanildo Mendes, obra já citada.

financeiro aos pequenos produtores a elas ligados. A organização desse esparso recurso econômico tem importância não desprezível para ampliar as oportunidades de emprego, sobretudo de mulheres, de que é legendaria a indústria das rendas do Nordeste, mas também dos homens nas épocas de paradeiro e crise e no tempo de lazer, propiciando assim um meio, frequentemente despercebido das estatísticas, de elevação dos níveis de vida.¹²⁶

O BNB (Banco do Nordeste do Brasil) e a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste) desempenharam papéis fundamentais na introdução de programas para estimular as atividades artesanais no país. No âmbito regional e estadual, estes órgãos enfatizam a importância destas atividades, proporcionando o surgimento de centros e pólos artesanais.

As primeiras ações se concretizaram após pesquisa realizada pelo BNB, em 1957, sobre o artesanato regional (Aspectos Econômicos do Artesanato Nordestino), que deu suporte à criação do I Plano Diretor¹²⁷ da SUDENE, elaborado em 1960, cujo objetivo era reconhecer as necessidades e dar assistência técnica e financeira ao numeroso grupo dos produtores artesanais. O programa apresentado pelo I Plano Diretor deveria:

Objetivar a melhoria dos padrões artísticos, o treinamento de aprendizes, orientação técnica para melhoria de rendimento dos processos adotados, adequação ao mercado, financiamento e garantia de preços. Com uma melhoria de acabamento artístico dos produtos e uma orientação técnica na confecção dos mesmos, dirigida de acordo com as preferências dos consumidores, tornar-se-ia possível a instalação de grandes bazares para a venda de produtos nos principais centros consumidores do País.¹²⁸

¹²⁶ LIMA, Antônio Aquilino de Macedo e AZEVEDO, Ivanildo Mendes. O Artesanato Nordestino: características e problemática atual. Fortaleza, BNB/ARTENE, 1982. p.103.

¹²⁷ Entendo que a importância do I Plano Diretor, elaborado na década de 1960, justifica-se por ser representativo de ações mais direcionadas e preocupadas com o planejamento e desenvolvimento das atividades artesanais no Nordeste. As ações desenvolvidas pela SUDENE compreendem também; o II Plano Diretor (1963-1965); o III Plano Diretor (1966-1968) e o IV Plano Diretor (1969-1973). É importante ressaltar que no período correspondente ao II Plano Diretor a ARTENE (Artesanato do Nordeste S.A) se firmou como órgão responsável pela assistência, organização e incentivos às atividades artesanais. É necessário também sublinhar a substituição, em 1972, do IV Plano Diretor pelo Plano de Desenvolvimento do Nordeste (PDA), bem como o desinteresse da SUDENE pelas atividades desenvolvidas pela ARTENE, uma vez que este órgão não estava desempenhando e nem atingindo os meios para os quais foi criado.

¹²⁸ Antônio Aquilino de Macedo Lima e Ivanilton Mendes de Azevedo, *op. cit.*, p 105. Esses autores eram economistas do Banco do Nordeste do Brasil. Esta publicação de 1982 é da série Estudos Econômicos e Sociais v.14, do Ministério do Interior – Banco do Nordeste do Brasil S.A. - Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE. Preparada e catalogada pelo setor de Documentação e Biblioteca do BNB.

A SUDENE, na perspectiva de firmar seus objetivos e promover o desenvolvimento do artesanato, através do I Plano Diretor propôs a criação e incorporação da ARTENE (Artesanato do Nordeste- S. A), uma sociedade de economia mista, dotando-a de recursos financeiros necessários. A ARTENE desempenhou papel fundamental no apoio às atividades artesanais, sobretudo no Nordeste, até ser substituído, EM 1977 pelo Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato - PNDA. Entre os principais objetivos da ARTENE, podemos citar:

Estimular a criação de cooperativas artesanais, promovendo a venda dos seus produtos; efetuar estudos de mercado nas praças nacionais e estrangeiras; realizar exposições, mostras e concursos de produtos artesanais; prestar assistência técnica e administrativa, inclusive proporcionar meios de aprendizagem e treinamento; instalar e manter agências, filiais, sucursais e depósitos em qualquer parte do território nacional ou no estrangeiro.¹²⁹

Embora incipientes e de frágil organização, os primeiros programas contribuiriam de forma decisiva para que, o artesanato renascesse e os artesãos, à margem da economia e da sociedade por muito tempo, conquistassem maior espaço, envolvidos que foram pelo processo de crescimento e desenvolvimento urbanos.

A partir de 1975, o Ministério do Trabalho passou a liderar as atividades artesanais. O Programa de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA), criado em 1977, deu a essas atividades outra dimensão. A criação de uma política governamental direcionada à valorização do artesanato, o PNDA, foi de certa forma influenciado pela experiência gaúcha. No período entre 1964 e 1966, quando Arnaldo Pietro ocupava a Secretaria do Trabalho deste Estado e Jorge Alberto Furtado era presidente da Fundação Gaúcha do Trabalho, foi realizado cadastramento dos artesãos atuantes do Rio Grande do Sul, bem como ocorreram vários encontros da categoria. Nesses encontros eram realizados:

Levantamento de problemas e debates acerca das soluções viáveis, promovidos cursos para formação e aperfeiçoamento de artesãos e

¹²⁹ Idem p.114.

patrocinadas Feiras de Artesanato, além de adotadas uma série de outras medidas práticas no sentido consolidar o Artesanato na economia gaúcha, situando-o, adequadamente, no sistema social do trabalho.¹³⁰

A experiência gaúcha expandida 1974, quando Arnaldo Pietro assumiu o Ministério do Trabalho, e Jorge Furtado, a Secretaria Geral, viabilizou a criação de um projeto de abrangência nacional, cuja *“idéias e proposições constituíram a razão de ter sido convocado o Primeiro Encontro de Artesanato, em 1975 e, depois, um Segundo Encontro, em 1977”*¹³¹. O objetivo central desses encontros era *“pesquisar a realidade do artesanato no âmbito nacional e estimular incentivos estaduais julgados promissoras nessa área”*¹³².

Das sugestões e das proposições resultantes desses encontros surgiu o decreto 80.098/77, que iria institucionalizar o Programa Nacional do Artesanato (PNDA), assinado pelo então Presidente de República, Ernesto Geisel, em 8 de agosto de 1977. O PNDA foi criado com a *“finalidade de coordenar as iniciativas que visassem a promoção do artesanato e a produção e comercialização do artesanato brasileiro”*.¹³³

O mesmo instituto legal que criou o Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA), organizou a Comissão Consultiva do Artesanato, envolvendo dez representantes dos seguintes órgãos: Ministério do Trabalho, Ministério do Interior, Ministério da Indústria e Comércio, Ministério da Educação e Cultura, Ministério da Fazenda, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Empresa Brasileira de Turismo (EMRATUR), Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Social do Comércio (SESC).

O objetivo da Comissão era definir as diretrizes e o programa de ação, fixar as normas e resoluções para o bom desenvolvimento do PNDA e estabelecer as áreas que seriam por ele abrangidas. Assim, foram analisadas várias questões como:

¹³⁰ PEREIRA, Carlos José da Costa. *Artesanato – definições e evolução: ação do Ministério do Trabalho*; Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato, Brasília, MTB, 1979, p. 116

¹³¹ Idem.

¹³² O II Plano de Metas Governamentais do governo Virgílio Távora – II PLAMEG, p. 182.

¹³³ Idem.

A inexistência de um organismo coordenador e disciplinador da atividade artesanal; carência de diretrizes adequadas que instruem, no seu todo, as ações executivas nos seus fins essenciais, tecnológicos, culturais, sociais, econômicos e legais; insuficiência de apoio a projetos de assistência técnica e econômica; desconhecimento ou inexistência de instrumentos legais regulamentadores das implicações trabalhistas; ausência de políticas e sistemas em termos de mercadologia; aviltamento da mão-de-obra artesanal pela presença de intermediários interessados na desvalorização do produto; falta de critérios adequados para conhecimento do artesanato etc.¹³⁴

Buscando justificar a implantação do Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA), Arnaldo Prieto, como Ministro do Trabalho (1974-1979), afirmava que:

A criação de um mecanismo orientador, no caso do Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato, se justifica sob dois aspectos básicos: aspecto social, ou seja, aquele que tem como objetivo o desenvolvimento do homem e melhoria de suas condições de vida, e o aspecto econômico, ou seja, aquele voltado para a rentabilidade econômica do setor na composição da riqueza nacional.¹³⁵

O trabalho desenvolvido pelo Governo Federal através do Ministério do Trabalho tratava da problemática socioeconômica. O livro de José Carlos da Costa Pereira (Artesanato – definições e evolução: ação do MTB – PNDA), publicado em 1979, apresenta um estudo sobre as questões que envolvem o artesanato brasileiro, procurando conceituá-lo, definí-lo e classificá-lo, especulando sobre seu futuro na sociedade atual e buscando uma nova política que estabeleça o conceito de artesanato e quem é artesão. Neste trabalho em que detalha a criação e as propostas do PNDA, José Carlos aborda a história do artesanato, abrangendo a indústria familiar ou doméstica, o trabalho autônomo, o mestre e o ofício, a empresa, a manufatura e a fábrica. Fala também sobre atividades artesanais dos povos da antiguidade (Egito, Babilônia, Grécia e Itália), do artesanato na Idade Média e das Corporações de Ofícios.

Com relação ao cenário brasileiro, o autor descreve desde o ambiente colonial à formação da mão-de-obra, passando pela organização dos

¹³⁴ PEREIRA, Carlos José da Costa. *op. cit.* p.117

¹³⁵ Idem. p.131.

ofícios artesanais até à transição do artesanato brasileiro. Ao falar do artesanato na atualidade, ele procura conceituá-lo, definí-lo e conhecer a realidade, na perspectiva de justificar a ampliação de uma política governamental.

Em decorrência da criação do Programa de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA) e da Comissão Consultiva do Artesanato, desencadearam-se, nos estados, ações que viabilizaram o desenvolvimento de programas em todo país. Segundo Costa Pereira, *“até o final do ano de 1978, 16 Estados já tinham aderido ao PNDA através de convênios, elaborados com o Ministério do Trabalho, além de outras ações integradas com os diversos órgãos que compõem a Comissão Consultiva do Programa.”*¹³⁶

De modo geral, os artesãos cearenses começam a sentir os efeitos das ações dos órgãos fomentadores das atividades artesanais no estado, a partir de 1979, no governo Virgílio Távora. A recém criada FUNSESCE – Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará, comandada pela primeira-dama, Luíza Távora, passou a gerenciar, desenvolver e incentivar essas atividades artesanais, inclusive promovendo a criação de centros e pólos em todo o estado.

2.1.1 II PLAMEG – Atuação das Políticas Públicas no Ceará.

O Ceará sempre se destacou como um dos grandes produtores de artesanato do país. A atividade é fonte de sobrevivência de significativa parcela da população de baixa renda, sendo reconhecida como expressão da identidade cultural e por sua importância no sistema econômico do estado.

As políticas desenvolvidas pelo BNB e SUDENE, iniciadas na década de 1950 destacaram a importância da atividade artesanal no Ceará. No entanto, desde a década de 1970 que o artesanato cearense testemunhou um incentivo jamais visto. A comercialização de rendas e bordados antes restrita ao Mercado Central de Fortaleza¹³⁷, expandiu-se pelos bairros da cidade, concentrando-se principalmente na Avenida Monsenhor Tabosa.¹³⁸

¹³⁶ Idem. p..118

¹³⁷ O Mercado Central de Fortaleza foi por muito tempo o principal centro de comercialização dos produtos artesanais do Ceará. Lá eram vendidas, (e continua sendo) as rendas, os bordados, os

Nos anos de 1970, a ação de fomento às atividades artesanais era exercida pelo Departamento de Artesanato e Turismo da Secretaria de Indústria e Comércio. Assim sendo, através da Empresa Cearense de Turismo (ENCETUR), foi elaborado, em 1975, o Primeiro Plano Piloto do Artesanato Cearense. Em 1976, apoiado pela Secretaria de Planejamento do Estado, pelo INCRA e pela SUDENE, deu-se início ao Programa Integrado do Desenvolvimento Artesanal (PIDART).¹³⁹

Foi também desta década, a fundação da Associação Brasileira de Artesãos – seção Ceará, em 1975, e a realização da ENXANOR – Exposição do Artesanato no Nordeste, sediada por quatro anos consecutivos em Fortaleza. Além disto, foi inaugurado o *“Centro de Turismo, instalado na velha cadeia pública de Fortaleza, e com a quase totalidade de suas salas ocupadas por lojas de artesanato”*.¹⁴⁰

Nesta perspectiva, a Secretaria de Indústria e Comércio, articulada com o INCRA, deu os primeiros passos para montar no Ceará a estrutura de produção e comercialização do nosso artesanato em moldes cooperativistas. As atividades de treinamento, promoção e comercialização foi o primeiro esforço do governo estadual nesse setor.

Essa iniciativa justificava-se, em parte, pela importância atribuída ao artesanato como uma atividade econômica, e também porque *“Segundo pesquisa realizada pela SUDENE na época, o estado do Ceará configurava-se como um dos maiores produtores de artesanato do Brasil, 75% das artesãs nordestinas seriam cearenses”*.¹⁴¹

No final da década de 1970, as diretrizes do Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA) foram implantadas pela Fundação dos Serviços Sociais do Estado do Ceará (FUNSESCE)¹⁴², criada em 1979, pelo

artigos em madeira, palha, cerâmica e outros artigos típicos da cultura plural que caracterizam a região Nordeste.

¹³⁸ A Avenida Monsenhor Tabosa, antiga Rua do Seminário, passou a ser referência para quem queria adquirir produtos artesanais. Foram construídas lojas de requintes especializadas em produtos artesanais locais. Nesta rua está situada também o Palácio da Microempresa do Serviço Brasileiro de apoio à Micro e Pequena Empresas (SEBRAE), que dá suporte econômico às pequenas empresas do Estado.

¹³⁹ PLAMEG II, *op. cit.*, p.183

¹⁴⁰ SAMPAIO, Dorian. *Anuário do Ceará*. O Ceará nos anos 70. p103

¹⁴¹ BARREIRA, Maria Holanda. *Perfil do artesão cearense*. In: HOLANDA, Violeta. *op.cit.*,, p.67

¹⁴² A FUNSESCE era subordinada ao Governo Estadual e atuava através da Coordenadoria de Desenvolvimento do Artesanato (CEDART).

governador Virgílio Távora e administrada por Luiza Távora. Dessa forma, no Ceará toda a ação de fomento ao artesanato passou a ser de responsabilidade desta fundação.

Segundo a FUNSESCE, no ano de 1979, já existiam 24.927 artesãos cadastrados. Nesse mesmo ano foram *“treinados 111 monitores e mais de 30 pessoas destinadas à gerência de cooperativas”*¹⁴³. Já havia, portanto, uma preocupação, a exemplo das políticas nacionais, com a atividade artesanal no Ceará. A FUNSESCE recebia recursos do Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho (PIPMO), da Fundação de Desenvolvimento do Ceará (FDC) e da Legião Brasileira de Assistência (LBA), sendo, porém, os recursos vindos do PNDA¹⁴⁴ mais significativos. Tais recursos viabilizavam a construção de centros artesanais, e investimento nos já existentes. Os centros em sua totalidade se apresentavam como possibilidades concretas de novas cooperativas. Foi deste período a construção do Centro das Rendeiras¹⁴⁵ da Prainha, em Aquiraz.

Foi também de responsabilidade da FUNSESCE a criação da Central de Artesanato (CEART) que, será analisada no capítulo três. Ela, que nasceu ainda no fim dos anos de 1970 e foi inaugurada em 1981, caracterizava-se como espaço de venda, exposição e oficinas de trabalhos artesanais produzidos no Ceará.

Na prática, os artesãos cearenses só se beneficiaram dessas ações governamentais, a partir de 1979, quando o governador Virgílio Távora, apoiado pelo Governo Federal através do Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA), elaborou, sob a coordenação de Luiz de Gonzaga Fonseca Mota, o II Plano de Metas Governamentais do Estado do Ceará. O II PLAMEG¹⁴⁶

¹⁴³ LIMA, Antônio Aquilino de Macedo e Azevedo.. *op. cit* p.121.

¹⁴⁴ No ano de 1978 foi elaborado um projeto de solicitação de recursos do PNDA no montante de 6 bilhões. Por sugestão da própria coordenadoria do PNDA, tal projeto deveria ser reformulado e, assim obter um montante maior.

¹⁴⁵ No ano de 1982 havia além do Centro das Rendeiras da Prainha, o Centro Artesanal São Vicente de Paula, no Bairro do Pirambu (Fortaleza); o Centro Artesanal São Vicente de Paula, em Aracati; o Centro Artesanal Feiticeiro, em Jaguaribe; o Centro Artesanal de São Gonçalo do Amarante (Centro Social Urbano); e o Centro Artesanal Nosso Lar, em Camocim.

¹⁴⁶ O II PLAMEG abrangia todas as áreas administrativas do Estado e determinavam as diretrizes de atuação do Governo. Nesta perspectiva, o artesanato como atividade economicamente promissora, fazia parte dos objetivos e prioridades desse Plano Governamental que se consolidava por três documentos básicos. O primeiro era o Diagnóstico Socioeconômico do Estado, *“compreendendo a análise dos componentes econômicos e sociais do Ceará, inclusive a participação do poder público em cada um deles.”* Em seguida seria a Programação que estabelecia *“as ações diretas a cargo do Governo Estadual e as indiretas em que o poder público age como incentivador ou até mesmo, catalisador.”* Por último um Diagnóstico e Proposições do Setor Público, destinado *“basicamente à*

para um período de cinco anos, 1979-1983, *“cobrindo, portanto todo o Governo do Cel. Virgílio Távora e um ano do seguinte, a exemplo da sistemática que vinha sendo seguida em planos semelhantes”*¹⁴⁷.

Procurando justificar o II PLAMEG, afirma o coordenador do Plano, Gonzaga da Fonseca Mota:

Na elaboração do Plano, procurou-se desenvolver um trabalho fundamentado na identificação dos problemas e das reais potencialidades do estado, evitando-se, assim, idéias preconcebidas ou uma abordagem de cunho nitidamente emocional. Ademais, deu-se ênfase à maior participação possível das Comunidades e dos Grupos de opinião do estado, através de um processo de consultas e negociações, como forma de se obter diretrizes e instrumentos de ação compatíveis com as reais necessidades estaduais.

¹⁴⁸

Inserido em um plano maior, o fomento ao artesanato cearense complementa as discussões políticas e econômicas do estado. As verbas para o artesanato do II PLAMEG, antes administradas pela Secretaria da Indústria e Comércio, passam à administração da recém-criada FUNSESCE (Fundação de Serviços Sociais do Estado do Ceará), a qual agregava todas as atribuições de Serviço Social, Ação Comunitária e Artesanato.

Conhecer a produção artesanal do Ceará, nas mais variadas expressões, os municípios de origem, as formas de comercialização e, principalmente, os reais obstáculos ao seu desenvolvimento, foram as preocupações primordiais dos órgãos públicos estaduais voltados ao incentivo deste setor econômico.

Cientes dos verdadeiros empecilhos à ampliação das atividades artesanais no Estado, diante da importância que vinham assumindo nos estados e no país nos últimos anos, as atenções voltaram-se para o artesanato e para o artesão. O estado, com o apoio do PNDA, desenvolveu uma política de estruturação e pólos artesanais.

futura equipe do Governo, contemplando modificações para a melhoria e aperfeiçoamento dos métodos e processos inerentes à máquina administrativa estadual.” Para maiores detalhes, ver a Apresentação do II PLAMEG.

¹⁴⁷ PLAMEG II. Apresentação. *Op.cit*, p.9

¹⁴⁸ Idem.

A fala da rendeira Olenir nos fornece informações sobre as negociações que antecederam à construção do Centro das Rendeiras, da Prainha, em 1979. Segundo ela, este Centro foi o primeiro a ser construído, inaugurando no Ceará a estruturação de centros artesanais a que o estado se propunha.

Tinha a FUNSESCE, né? Que veio a Dona Luiza Távora, né? Encomenda aqueles técnicos dela vêm aqui. Então compraram esse espaço, esse terreno que foi cedido. Aqui tinha tipo um sítio, era um cercado da Dona Ana Câmara e do Sr. Jorge Amaro Câmara. Dona Luiza Távora através da FUNSESCE veio aqui para comprar. E depois é que foi criado a CEART, porque aqui é a primeira Associação, nós somos ainda mais antiga que a CEART.¹⁴⁹

A interferência do Estado no universo de trabalho das rendeiras da Prainha transformou seus produtos em bens de consumo no mercado turístico. A importância da construção do Centro para as artesãs da renda e para toda a comunidade, será analisada detalhadamente nos tópicos seguintes.

2.1.2 A Construção do Centro das Rendeiras da Prainha

Com os recursos do Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato (PNDA), o governo Virgílio Távora (PLAMEG II), através da FUNSESCE, criou em 1979, o Centro Artesanal da Prainha, com o objetivo de valorizar o artesanato local, melhorar a renda das artesãs, diminuir a atuação do atravessador e ampliar as faixas de mercado para os produtos em renda de bilros. Nesse momento, nada foi mais expressivo que a atuação da primeira dama Luiza Távora, inclusive homenageada pelo próprio nome do local, Centro das Rendeiras

¹⁴⁹ Entrevista realizada com a rendeira Olenir, em 25 de novembro de 2005.

Luiza Távora. À frente da FUNSESCE, ela fundou o primeiro Centro de Atividades Artesanais no Ceará.¹⁵⁰



Foto: Imagem parcial do Centro das Rendeiras da Prainha. Terezinha Bandeira, 30 de setembro de 2006.

A construção do Centro das Rendeiras Luiza Távora, na Prainha, certamente não foi influenciada e tampouco determinada pela participação direta de nenhuma das rendeiras que ocupam seus quiosques desde a inauguração em agosto de 1979. Na verdade, um conjunto de acontecimentos favoreceram à construção desse Centro: a abertura da Prainha para a atividade turística, principalmente após a chegada da energia elétrica em 1968 e dos transportes, que intensificaram a procura pelas belíssimas rendas produzidas pelas mulheres da

¹⁵⁰ Em nenhum documento escrito encontrei referência sobre o Centro das Rendeiras da Prainha ser o primeiro do Ceará. No entanto, em quase todas as entrevistas realizadas, as rendeiras se referem a essa informação como verdadeira.

comunidade; o momento histórico-político de interferência do Estado nas atividades artesanais e a coincidência de Luiza Távora hospedar-se na Prainha na casa do cunhado Milton Morais Távora, o que favoreceu a aproximação dela com as rendeiras.

Intensificaram-se também nesse período as feiras e eventos regionais e interestaduais de artesanatos. Aos artesãos eram disponibilizados transportes e hospedagem para várias regiões do país, causando um impacto significativo nas vendas. Além de vender os produtos que levavam prontos, as rendeiras confeccionavam as rendas ao vivo, numa demonstração de habilidade e valorização do artesanato cearense.

Embora as ações implantadas por esse programa de incentivo ao artesanato incorporassem um caráter assistencialista, a criação do *Centro das Rendeiras* da Prainha provocou transformações, trouxe mudanças e melhorou a vida das artesãs e de todos moradores daquela comunidade. Segundo a rendeira Zenaide:

O Centro melhorou muito a vida da gente, porque a gente não tinha nada. Aqui quem fez foi a Dona Luiza Távora, que era a primeira dama do estado. Ela falou que ia fazer alguma coisa pra gente e fez um projeto. Não era assim, era de palha e carnaúba, depois outro projeto melhorou o Centro. Foi muito bom porque ela fez isso pra todas as rendeiras.¹⁵¹

Mais à frente reinteira:

A nossa vida melhorou. A renda de bilros deu uma melhoria de vida para todas nós, não só a renda de bilros, o local do nosso trabalho também. Graças a Deus nós temos esse lugar aqui. Daqui nós tiramos o sustento de nossos filhos e de nossa família. Tem vez, tem época que é muito ruim, mas sempre a gente vende. Mas graças a Deus eu adoro, eu tenho orgulho de fazer minha renda.¹⁵²

¹⁵¹ Foram realizadas duas entrevistas com a rendeira Zenaide Moisés de Sousa, nos dias 14 de janeiro e 18 de fevereiro de 2003, na Prainha. Rendeira desde os sete anos, a Sra. Zenaide participou do processo de construção do Centro das Rendeiras da Prainha e foi líder por oito anos.

¹⁵² .Idem.

Pelas narrativas fica evidente que a construção do *Centro* trouxe melhorias de vida para as rendeiras, excluiu em parte a figura do atravessador, garantiu maior lucro e contribuiu significativamente para o desenvolvimento da comunidade da Prainha como um todo.

Na verdade, o atravessador não desapareceu, mas passou a se apresentar com outra roupagem, como guia de ônibus de turismo e bugueiro. Os guias turísticos¹⁵³ e os bugueiros¹⁵⁴ faziam parte desses “novos” personagens que iam surgindo e/ou ganhando visibilidade em meio às novas relações sociais que se estabeleceram com e em torno do Centro.

Com lugar certo para expor os produtos, fica para trás o tempo de muitas dificuldades. Tempo este em que *“era muito difícil de vender, muito difícil mesmo. A gente andava vendendo....aí... ‘eu não quero’, ‘eu não quero não’... ia na casa da outra.....‘eu não quero’... aí nós vendia pelo preço que eles queriam”*.¹⁵⁵

Para a rendeira Helena, as dificuldades terminam quando elas conquistam o local de trabalho. *“Naquela época (construção do Centro das Rendeiras) que eu vim pra cá, eu ganhei muito dinheiro. Melhorou a vida de todo mundo. A comunidade toda se beneficiou com a construção do Centro”*.¹⁵⁶

Não raro, o nome de Dona Luiza Távora surge nas narrativas como a responsável pela construção do Centro e, portanto, pelo fim das dificuldades enfrentadas pelas rendeiras para venderem seus produtos. A rendeira Olenir faz uma leitura sobre as ações da então primeira dama:

A Dona Luiza Távora se hospedava aqui na Prainha na casa do cunhado dela, o Sr. Milton Moraes Távora. Ela vendo as rendeiras com aquela necessidade, com as caixas na cabeça, ela teve pena, né? Teve dó delas. Ela achava aquilo humilhante. Ela resolveu criar o Centro das Rendeiras,

¹⁵³ Os guias turísticos determinavam uma comissão de 10% sobre todas as mercadorias vendidas, o que ocasionou muitas confusões e sérios conflitos. Algumas rendeiras entrevistadas afirmam que esses conflitos foram responsáveis pela expulsão dos ônibus de turistas que vinham com muita frequência fazer compras no Centro, principalmente da década de 1980.

¹⁵⁴ Os bugueiros eram proprietários de bugues que agiam e ainda agem como guias turísticos. Pega os turistas nos hotéis e nas pousadas e os levam para os quiosques do Centro. A ação dos bugueiros gera conflitos, pois muitos deles privilegiam os quiosques das rendeiras da família, causando descontentamento entre o grupo.

¹⁵⁵ Entrevista realizada com a rendeira Maria Helena, em 25 de novembro de 2005.

¹⁵⁶ Idem.

quando o Virgílio Távora era governador, né? Ela era a primeira dama, então ela criou o Centro das Rendeiras.¹⁵⁷

No mesmo tom completa a rendeira Dica:

O Centro, quem fez foi a Luiza Távora. O pessoal vendia na praia. Na década de 60 ficou muito ruim, a gente deixou até de fazer renda. Aí a Dona Luiza Távora disse que ia fazer esse Centro pra gente ter aonde vender, aí ela fez.¹⁵⁸

De acordo com as narrativas, Luiza Távora “deu” o Centro para as rendeiras da Prainha porque tinha “pena” de vê-las andarem ao sol quente, carregando caixas pesadas, cheias de produtos, na cabeça. Esta visão expressa um caráter emblemático e matriarcal (mães das artesãs) à atuação e às ações empreendidas por Luiza Távora, como administradora da FUNSESCE: *“Ela ajudava a gente bastante, comprava nossas rendas. Ela fez uma bolsa junto com os ricos da marca dela, ajudou o dinheiro e fez as barracas. Era só cinco, depois ela arranhou mais dinheiro e fez mais”*.¹⁵⁹ A fala da rendeira Auristela nos permite inferir que, antes da criação do Centro das Rendeiras, Luiza Távora já conhecia os trabalhos em renda de bilros das mulheres da comunidade da Prainha, bem como as dificuldades e limitações relacionadas à venda dos produtos. À frente da administração da FUNSESCE, a ela foi mais oportuno e viável “criar” nesta comunidade um espaço onde as rendeiras, reunidas, confeccionassem e vendessem suas rendas diretamente aos consumidores e revendedores.

A exemplo dos trabalhos manuais desenvolvidos pelas mulheres ao longo da História, que ora servia de entretenimento e recato, ora de ajuda no orçamento doméstico, a renda, antes da existência do Centro das Rendeiras, era confeccionada ao decorrer e ao fim do dia e não atrapalhava as atividades domésticas, e nem comprometia os cuidados com o marido e os filhos. Cumpridas as tarefas rotineiras, as rendeiras da vizinhança se reuniam nos arredores da casa de uma delas para confeccionarem a renda. Enquanto trabalhavam, conversavam,

¹⁵⁷ Entrevista com a rendeira Olenir, em 25 de novembro de 2005.

¹⁵⁸ Entrevista com a rendeira Dica, em 18 de fevereiro de 2003.

¹⁵⁹ Entrevista com a rendeira Auristela, em 14 de janeiro de 2003.

trocavam confidências e contavam as novidades. No entanto, havia algumas que preferiam trabalhar na almofada, à noite, após ter servido o jantar, lavado a louça e colocado os filhos para dormirem.

Tradicionalmente este trabalho era realizado no espaço do lar, entre os afazeres domésticos, cujos produtos eram informalmente vendidos de porta em porta ou aos poucos compradores locais, que os revendiam principalmente no mercado de Fortaleza.

O pessoal vendia nas casas, né? Aqui tinha muita compradeira. Nezinha, Joana do Damião, finado Telvino, esse era o pessoal que comprava a nossa renda, do meu tempo, 40, 50 até 60, esse era o pessoal que comprava. Tinha também o mercado em Fortaleza, o mercado velho que foi derrubado. Lá tinha muito compradeira. A mamãe ia vender. Nós fazia e a mamãe ia vender no mercado.¹⁶⁰

A fala da Dona Dica revela outras possibilidades de vendas. Dependendo das condições, as próprias rendeiras podiam se deslocar e fazer as vendas diretamente no mercado de Fortaleza, eliminando assim o atravessador e garantindo maior lucro. Somam-se a estas estratégias de vendas, as saídas aos domingos pela orla marítima da Prainha. Levando os produtos em caixas de papelão na cabeça, elas anunciavam os preços e os tipos da renda. Suas vozes misturavam-se às dos banhistas e às dos vendedores ambulantes, característicos da beira da praia, e ainda, aos chamados das mães, sempre atentas às voltas com os filhos.

Até 1979 este era o cenário comercial do artesanato da Prainha, quando então foi construído e inaugurado em agosto do mesmo ano, o Centro das Rendeiras – misto de oficina caseira e centro comercial, que veio a estabelecer um novo tempo para as mulheres artesãs e para todos os moradores daquela comunidade.

Foi muito bonito (a inauguração do Centro). A população, ela ficou toda muito contente quando isso aconteceu, porque a Prainha que nunca tinha tido uma praça, a partir daquele dia também ia ter uma praça, além do

¹⁶⁰ Entrevista com a rendeira Dica, em 18 de fevereiro de 2003.

Centro das Rendeiras né? Além de ter um local para as rendeiras ficar, era uma praça bonita para a localidade da Prainha. Aqui a gente tinha uma televisão, aqui no Centro onde todo mundo assistia sentado nos bancos de carnaúba. Tudo muito bem talhado, envernizado. Tinha um parquinho das crianças. Antes era um jardizinho bonitinho hoje não existe mais o jardim. ¹⁶¹

A narrativa da rendeira Elizete, que nasceu e sempre morou na Prainha, indica-nos alguns pontos para discussão. O Centro, além de espaço de trabalho, passa a representar o lugar de lazer e sociabilidade para toda a comunidade. Possivelmente, as rodas de conversas, as paqueras, os bate-papos, as pequenas reuniões de amigos, as rifas e os bingos aconteciam na Praça do Centro.

Há também, em sua narrativa, uma denúncia do abandono. A manutenção do Centro, que deveria contar com o apoio da prefeitura de Aquiraz e da FUNSENSE e com o zelo e cuidado exercido pelas rendeiras, deixou de ser feita com o tempo.

O Centro das Rendeiras da Prainha foi construído no lugar de uma lagoa e encontra-se numa localização estratégica, na passagem dos banhistas para a praia. Inicialmente era formado por cinco quiosques – um deles destinado à venda de lanches, todos feitos de palha de carnaúba, de esteiras de palha e cobertos com palha de coqueiro, produtos encontrados na região.

¹⁶¹ Entrevista com a rendeira Elizete, em 26 de novembro de 2005.



Foto: Imagem do interior de um dos sete quiosques do Centro das Rendeiras da Prainha. Rodrigo Alves Ribeiro, 30 de setembro de 2006.

Os quiosques são contornados por um balcão onde são expostas as peças à venda, que também ficam pendurados em cabides presos na estrutura do teto. Bailando ao som das ondas do mar e acariciadas pela brisa que vem da praia, as rendas esperam pacientemente seus admiradores. Na parte interna dos balcões existem algumas subdivisões para guardar os equipamentos de trabalhos e alguns objetos pessoais das rendeiras.

A mobília do Centro se restringe a alguns poucos assentos de madeiras sem encostos, conhecidos como “tamboretetes”, utilizados para apoiar as almofadas na hora de tramar os fios. No entanto, a maioria das rendeiras prefere trabalhar sentada no chão em pequenos grupos de duas ou três. Para evitar que as rendas se sujem, elas estendem um pano no chão e sentam-se sobre ele. Raramente trabalham sozinhas. Moram quase sempre nas proximidades do Centro. A existência do quarto de uso comunitário, onde elas guardam seus produtos ao fim do dia e os retira no dia seguinte, facilita a ida e vinda das rendeiras, que chegam por volta das dez horas e encerram as atividades às dezoito horas.

A bem da verdade, início e término das atividades e os preços dos produtos não são fixados com rigor. Cada uma faz (respeitando os limites) sua hora de chegada e saída. Assim como a hora, os preços são diferenciados. Observei,

nessa variação de preços, certo tino comercial mais aguçado em umas e em outras não.

A jornada de trabalho caracterizava-se também como momentos de lazer e de sociabilidades. Enquanto tramavam os fios na feitura da renda, elas contavam as novidades, as fofocas, falavam das novelas, da falta de compradores e dos mais variados assuntos.

Através da FUNSESCE, órgão responsável pela criação do Centro, foi estruturado uma liderança para a administração interna do espaço de trabalho. Na prática, a administração ficava a cargo das rendeiras. Era escolhida uma líder por votação. Somente as ocupantes dos quiosques podiam votar. Ao final de um ano era realizada nova eleição, que referendaria um novo mandato para a líder em exercício ou a escolha de uma outra.

Por conta de ser cada um por si houve a necessidade de criação dessa pessoa que gerenciasse o Centro né? Aí começou. Foi exatamente a FUNSESCE que começou a ter líder, vice-líder, como se fosse a diretoria de uma Associação, mas sem nada documentado.¹⁶²

Pela fala da rendeira Elizete, a liderança¹⁶³ foi criada para manter a ordem e a organização necessária ao bom funcionamento do Centro. As obrigações de líder iam desde a manutenção da limpeza do Centro à administração dos conflitos internos.

Após dois anos de funcionamento, o Centro foi reformado e foram construídos mais dois quiosques – o destinado à venda de lanche foi retirado. No total, o Centro comporta setenta rendeiras e, existem normas e regras para assegurar o ingresso e a ocupação dos quiosques por uma nova artesã. Essas normas e regras foram estabelecidas no Regime Interno, quando o Centro passou a ser administrado pela Associação das Rendeiras, objeto de análise do terceiro capítulo.

Reconstruídos em alvenaria e cobertos com telha, os quiosques perderam a aparência rústica e artesanal que tanto agradava às rendeiras. Processo similar aconteceu com as casas dos pescadores, que eram feitas de palha e chão batido. Sobre essa transformação afirma a rendeira Elizete:

¹⁶² Entrevista com a rendeira Elizete, em 26 de novembro de 2005.

¹⁶³ A primeira líder do Centro das Rendeiras foi Lúcia Conceição Moisés.

A estrutura dele (Centro) não era essa né? O formato dos quiosques era o mesmo, só que era todo rústico, todo no artesanato mesmo. Era carnaúba, palha, sabe? E esteira. Os balcões eram feitos de esteira e em cima era tábua, bem talhada, bem bonita mesmo, sabe?¹⁶⁴

Em seguida completa a rendeira Maria Helena:

Esses quiosques eram feitos de palha de carnaubeira. Os balcões era de carnaúba, a alvenaria de baixo era de esteira. Ele era todo artesanato. Não tinha nada de alvenaria, só artesanato.¹⁶⁵

Dona Elizete e a Dona Helena, ao relatarem as transformações ocorridas na estrutura física do Centro, revelaram também indícios de descaracterização do universo cultural em que vivem. Em alguns momentos suas narrativas pareciam queixas, em outros, saudade do tempo em que construídos artesanalmente, os quiosques agradavam aos olhos delas próprias e dos turistas.

Além da renda de bilros, que é o principal produto, podemos encontrar também peças em crochê, labirinto, filé, palhetão, ponto cruz, ponto cheio, bordado à mão e o bordado à máquina. Todos estes produtos enriquecidos com as mais variadas cores e fios (grossos, finos, brancos, coloridos....). A diversidade de cores e fios não afeta a delicadeza nem a beleza dos produtos comercializados no *Centro*. Todas elas são rendeiras. Algumas fabricam também outros produtos demandados pela freguesia. Outras compram de terceiros tais peças para revendê-las.

A construção do Centro das Rendeiras da Prainha possibilitou às mulheres daquela comunidade “romperem” com o universo do espaço doméstico e assumirem o trabalho fora de casa.

Na verdade, o trabalho sempre esteve presente na vida das rendeiras da Prainha. Ora fazendo renda entre os afazeres domésticos, ora pescando, ora fazendo bolos e doces para aumentar o orçamento da família, essas mulheres trilharam por caminhos, onde vida e trabalho se confundiam. O espaço de trabalho para essas mulheres representou novas possibilidades e alargou o campo de atuação delas, uma vez que, o universo doméstico da renda de bilros adentra ao

¹⁶⁴ Entrevista com a rendeira Elizete, em 26 de novembro de 2005.

¹⁶⁵ Entrevista com a rendeira Maria Helena, em 25 de novembro de 2005.

espaço público, modificando e alterando as relações sociais e interferindo de forma decisiva na vida de todos na comunidade.

Nesta perspectiva, a expressão “eu faço renda” percorreu um longo caminho, superou difíceis obstáculos e transformou-se no “eu sou rendeira”, e como me afirmou a Dona Dica, “*tem muita coisa pra contar*”.

2.2 Modo de Vida, Cultura e Trabalho no Centro das Rendeiras.

Sentada à sombra de um dos quiosques do Centro das Rendeiras, ouvi relatos de experiências, de vivências e de situações as mais diversas, que hoje fazem parte de uma memória guardada e lembrada num misto de saudade e orgulho.

Iniciadas no aprendizado da renda por volta dos sete anos de idade, elas rememoram o universo onde vida e trabalho se confundiam e se entrelaçavam na tessitura das relações sociais que compõem suas histórias de vida. Histórias que se transformam após a conquista do espaço de trabalho.

A construção do Centro das Rendeiras – espaço de produção e venda do artesanato local, principalmente da renda de bilros, em 1979, representou além de uma conquista e um marco na vida das mulheres rendeiras da Prainha, o deslocamento de uma atividade que era realizada em ambiente domiciliar para uma estrutura única de trabalho. Esse fato trouxe consigo múltiplos significados deu uma nova dimensão à vida dessas mulheres, oficializou o trabalho delas fora do universo doméstico e transformou os artefatos de renda em produtos, ao lhes atribuir valor de troca na perspectiva mercadológica.

O Centro alterou a organização do trabalho, interferiu e modificou as relações sociais, alargou as possibilidades de vendas e melhorou a vida de todos. Nessa perspectiva, passou a representar, além do local de trabalho, uma referência para toda a comunidade, principalmente porque contribuiu para inclusão da Prainha no roteiro turístico do Ceará.

O Centro também delimitou o surgimento de dois grupos distintos de rendeiras: as que lá comercializam, ocupando os quiosques, e as que

comercializam indiretamente com o Centro. Dessas, algumas deixam seus produtos para serem vendidos por outras, numa relação de amizade; outras preferem vendê-los diretamente às rendeiras do Centro, e outras ainda mantêm as vendas por encomendas ou informalmente aos eventuais compradores locais como aconteciam no tempo de suas mães e avós.

A narrativa da rendeira Estela indica como essas relações comerciais acontecia:

Eu tenho outras duas (filhas) que sabem fazer (renda), elas trabalham mesmo em casa. Às vez elas me dão pra vender. Vem gente de fora, as vez vender a gente aqui, toalhinha de bandeja, as vez, os porta copo, um caminho de mesa, uma toalha. Vem vender aqui a nós, mas renda. Uma peça de bico, uma camiseta, uma saia de renda, tudinho a gente compra. Porque o trabaio da gente é renda né? Aí a gente compra, a gente tendo o dinheiro. Eu compro, às vez eu tendo o dinheiro eu compro.¹⁶⁶

Comprar peças prontas de suas filhas ou de “gente de fora” é uma estratégia utilizada pela maioria das rendeiras para manter seus balcões sortidos, ajudar outras rendeiras, ampliar as relações comerciais através do Centro e utilizar o tempo de produção, economizado na compras das peças prontas, em outras atividades.

O trabalho no Centro, o trabalho em casa e a própria lida diária envolvem as rendeiras em diversas funções e, principalmente, em complexas redes de relações. Nada foi mais significativo na vida das mulheres rendeiras da Prainha do que a “conquista” do espaço de trabalho. Esse espaço provocou transformações que iam muito além do aumento das vendas e do conforto de não sair para vender de porta em porta.

O Centro marcou um momento de ruptura e inaugurou na vida dessas mulheres e de todos na comunidade um tempo diferenciada para a família e para o trabalho. Essa temporalidade, em que vida e trabalho não se confundiam mais, refletiu-se em nova estrutura e organização familiar. Espaços e comportamentos definidos e determinados diluem-se em meio às novas funções da mulher. Essa nova mulher acrescenta às suas obrigações domésticas de mãe e dona-de-casa, a de trabalhadora, profissional da renda com horários a cumprir. Horários

¹⁶⁶ Entrevista com a rendeira Maria Estela, em 18 de fevereiro de 2003.

influenciados, modificados e adaptados de acordo com a baixa e a alta estação de vendas, quando o fluxo de turistas à comunidade representa a garantia de bons negócios.¹⁶⁷

Embora o Centro não apresente o rigor de uma fábrica, com cobranças de horários e cartão de ponto, existiam e existem responsabilidades e regras a ser cumpridas e aceitas, o que significava trabalhar fora do espaço do lar e permanecer determinadas horas ausentes da família.

As diferenças entre as operárias da renda e as operárias das fábricas¹⁶⁸ são tantas e tão complexa que seria difícil e desnecessário enumerá-las aqui. No entanto, o que as aproxima é o ser mulher e trabalhadora¹⁶⁹, condições que por si revelam imposições, normas e papéis determinados e definidos no tempo e no espaço. No tocante a estes aspectos é necessário estar atento às diferenças e às especificidades e ter a clareza de que as mulheres trabalhadoras da Prainha se definem por condições sociais, culturais e econômicas próprias e que não podem ser compreendidas com base em generalizações e parâmetros de conceitos morais e comportamentais.

O Centro como espaço de trabalho, ampliou o campo de atuação das rendeiras – mulher-trabalhadora, valorizou os produtos da renda numa perspectiva mercadológica e lhes possibilitou a entrada delas em cena para desempenharem o papel principal no palco do trabalho, da História e da vida. No entanto, o ingresso das mulheres artesãs no cenário trabalhista da Prainha somente foi possível porque a cortina se fechou para alguns atores principais que se mantiveram por muito tempo, em cartaz nos palcos da História. Assim afirma Thompson:

¹⁶⁷ Os meses de janeiro, julho e dezembro são considerados pelos órgãos agenciadores do turismo e pelas rendeiras como os mais promissores para as vendas, e caracteriza-se como a alta estação. Neste período a Prainha recebe muitos turistas seduzidos pelo sol e belezas da praia, aumentando assim a movimentação nos quiosques e garantindo bons negócios para todos.

¹⁶⁸ Sobre a inserção da mulher na força de trabalho, ver: BRUMER, Anita. *O Sexo da Ocupação: Considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina na força de trabalho*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, 1988. V.3 Nº 8

¹⁶⁹ O texto de Elizabete Rodrigues da Silva – *As Charuteiras no Palco da Vida* reflete sobre a inserção da mão de obra feminina nas fábricas de charutos na Bahia, nas primeiras décadas do século XX, ressaltando as dificuldades e as incertezas de ser mãe e trabalhadora inuma realidade que não se propôs reconhecer as mulheres como sujeitos economicamente ativos. Segundo a autora “*Em 1955 a Fábrica de Charutos Suerdieck de Maragogipe, empregava 2.052 trabalhadores, sendo que 70% eram mulheres e o setor de charutaria formado por um grupo predominantemente feminino*”, p. 166. Para uma leitura mais aprofundada ver SARDE, Nberg. CÉLIA, Maria Bacellar., VANIN, Iole Macedo e ARAS, Lima Maria Brandão (orgs)- *Fazendo Gênero na Historiografia Baiana*, Núcleos de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. NEIM, Mestrado em História, FFCH/UFBA, 2001.

À medida que alguns atores principais da história – políticos, pensadores, empresários, generais – retiram-se da nossa atenção, um imenso elenco de suporte que suponhamos ser composto de simples figurantes, força sua entrada em cena.¹⁷⁰

O que mudou na vida dessas mulheres que pelo viés do trabalho passaram de figurantes ao papel principal na história de suas vidas? O que significou para elas produzirem e/ou comercializarem seus produtos no Centro? Como as relações foram sendo tecidas? Como suas experiências no espaço de trabalho e em torno dele foram sendo construídas e alargadas? Estes questionamentos, assim como o “fazer a renda no espaço doméstico” e o “ser rendeira no Centro”, englobam um universo de significados, de vivências e de experiências do exercício de se fazer rendeira cotidianamente.

2.2.1 Organização do Trabalho: o que mudou?

Poucos antes das dezoito horas, Dona Estela arruma seu material de trabalho, recolhe as peças de sobre o balcão e retira as que estão penduradas no teto do quiosque. Parte desse material fica guardado no quarto de uso comunitário; leva para casa somente a almofada e aquela peça por terminar que espera pacientemente na almofada, presa por espinhos de mandacaru¹⁷¹. Antes de deixar o Centro, olha para trás e verifica se não esqueceu alguma peça, linha, ou bilro. Certifica-se que tudo está arrumado, para então deixar o local de trabalho rumo à sua casa. Às vezes o filho dela vem ajudá-la com o peso da almofada, outras vezes ela realiza sozinha essa tarefa.

A rotina de um dia de trabalho, entretanto, esta longe de terminar. Ao chegar à casa por volta das dezoito horas, encosta a almofada no chão e vai “cuidar da vida”.

¹⁷⁰ THOMPSON, E.P. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas-SP Editora UNICAMP, 2001. *Folclore, Antropologia e História Social*. P. 254

¹⁷¹ Os espinhos de mandacaru são partes do universo da renda desde o tempo das mães e das avós das rendeiras da Prainha. Esses espinhos eram normalmente coletados nas matas pelas próprias rendeiras, mas, hoje, dada à dificuldade de encontrá-los, existem pessoas que os colhem e vendem às mulheres do Centro e às demais rendeiras.

Eu só venho pra cá (Centro) depois que eu faço o almoço. Aí eu faço o almoço, eu almoço em casa. As vez eu trago pra almoçar, boto o almoço lá tudinho, deixo tudo botado, aí venho pro cá, aí só vou me bora seis horas. Eu chego lá, só tomo banho depois que eu faço tudo. Quando eu chego seis horas, a primeira coisa que eu faço, boto a almofada no chão e vou cuidar da vida. As vez eu deixo o peixe, o feijão encaminhado e vou cuidar da mistura e ajeitar a janta.¹⁷²

“Cuidar da vida” para a rendeira Estela é antes de tudo, fazer o jantar. Certamente terminado o momento da família reunida à mesa, cada um segue com a sua rotina. O marido, evangélico¹⁷³ desde criança, veste-se “adequadamente” e vai para o culto, tarefa que se repete cotidianamente; os filhos quase sempre ficam em casa vendo televisão, ou nos arredores de casa às voltas com os vizinhos.



Espinhos de Mandacaru utilizados na confecção da renda.
Foto: Rodrigo Alves Ribeiro, 30 de setembro de 2006.

¹⁷² Entrevista realizada com a rendeira Maria Estela, em 18 de fevereiro de 2003.

¹⁷³ A rendeira Estela é casada com o pescador Francisco de Sales Almeida, o Mestre Sales, como é conhecido na comunidade. Criado pelos avós maternos, recebeu influência protestante da Assembléia de Deus. Todas as noites, numa rotina que se repete há mais de quarenta anos, após o jantar ele vai ao culto.

Na verdade, é muito comum em comunidades pequenas, os laços estreitos de amizade, de trocas, de favores e de empréstimos, numa relação de ajuda e companheirismo.

Dona Estela, responsável pelas tarefas da casa, certamente ao levantar-se da mesa recolhe a louça para ser lavada, varre as migalhas caídas embaixo da mesa, deixa tudo arrumado e só depois toma banho. Possivelmente, após ao banho, ela apanha a almofada do chão, recomeça aquela peça inacabada e lá permanece tramando os fios, embalada pelo som dos bilros, até o cansaço vencê-la.

A experiência de vida e de trabalho da rendeira Estela, que aprendeu a fazer a renda desde menina, foi marcada ao compasso dos bilros. A sua experiência se confunde e se mistura às experiências de suas companheiras Auristela, Maria, Helena, Raimunda e tantas outras rendeiras daquela comunidade, que construíram suas histórias de vida com a trama dos fios da renda.

Estes novos hábitos passaram a se estabelecer no cotidiano das rendeiras após a construção do Centro, quando a renda passou a ser confeccionada não somente no espaço do lar e a mulher, mãe dona-de-casa veio a assumir uma rotina de trabalho fora do universo doméstico.

No entanto, a preocupação e o compromisso dessas mulheres para com a família, bem como para com as “obrigações” domésticas, não foram modificados pela rotina de trabalho. Isso está expresso no “fazer o almoço e deixar tudo botado” antes de ir para o Centro, e na preocupação em preparar o jantar logo que retorna do trabalho. O que aconteceu foi uma reorganização dos horários e das tarefas por elas realizadas, o que levou a um ampliação de suas jornadas de trabalho. Normalmente elas são as primeiras que acordam e as últimas que se recolhem.

O trabalho, antes realizado em casa entre os afazeres domésticos, e as eventuais ausências para vender os produtos seriam substituído por uma rotina diária envolvendo hora de saída e de chegada. Além da responsabilidade com as vendas locais, havia também as feiras e os eventos em outras cidades e estados, os quais exigiam a presença da mulher rendeira.

A professora Tânia, e também rendeira por tradição, já que é filha e neta de rendeira, relata em seu depoimento algumas situações novas enfrentadas pelas mulheres após a construção do Centro.

Depois que aconteceu a fundação do Centro das Rendeiras, que a mulher não passou mais a sair só no período de férias ou nos fins-de-semana e sim, passou assim a ser uma rotina mesmo, diária, do cotidiano e quando a mulher casada, mãe de filhos tinha uma feira em outro Estado, tinha que ir com outras rendeiras, havia brigas, discussões e ciúme de seus companheiros.¹⁷⁴

Oficializada essa rotina de trabalho, as ausências eram sentidas e cobradas pelo companheiro, em alguns casos, como abandono do lar.

Meu marido dizia que eu tinha trocado a família pelo Centro. Ele estranhava, ele achava ruim, dizia que eu vivia muito aqui porque eu não perdia um seminário, uma reunião, nada. Aí ele dizia que faltava em casa pra vim pro Centro.¹⁷⁵

A Dona Olenir descreveu em poucas palavras a nova realidade assumida pela maioria das rendeiras da Prainha, que tinham conquistado lugar no Centro. O estranhamento do marido dela, provavelmente era o mesmo da maioria dos pescadores daquela comunidade que viam suas companheiras saírem para trabalhar. Não era a atividade que causava estranhamento, uma vez que elas confeccionavam renda de bilros desde criança, era o fato de este trabalho ser realizado fora do espaço do lar.

O pescador acostumado a vê-la quase sempre em casa ocupada, ora com os afazeres domésticos e com os filhos, ora com a almofada, possivelmente encontrou dificuldade em se adaptar à nova realidade, em que o tempo do trabalho não era mais o mesmo tempo do lar, nem da família. Dessa forma, para a maioria desses homens estar no trabalho era faltar em casa.

Discussões, conflitos e tensões passaram a fazer parte o dia-a-dia da rendeira. O marido e/ou companheiro, antes oficialmente o provedor do lar, encontrava dificuldade em conviver e aceitar essa nova mulher.

¹⁷⁴ Entrevista realizada com Tânia Moisés de Sousa, em 22 de março de 2003.

¹⁷⁵ Entrevista com a rendeira Olenir, em 25 de novembro de 2005.

O pescador, ele sempre é muito ciumento né? Eu vi passagens assim... de algumas pessoas, de dentro de casa, de cobranças. Não que ele (marido) viesse aqui proibir, ou alguma deixasse de vim vender por proibição do marido. Na época que começou, até que eles gostavam porque melhorou e muito a vida, a condição de vida de algumas pessoas. Mas o pescador, ele é muito desconfiado. O ciúme sempre existiu.¹⁷⁶

É muito comum ouvir de outras rendeiras narrativas iguais a essa da Dona Elizete. Embora o dinheiro ganho por essas mulheres provesse o sustento da casa, as cobranças geravam conflitos familiares. Cobranças de abandono do lar não se justificavam principalmente porque, a mulher, ao ausentar-se, deixava sempre uma parenta próxima à família, cuidando de todos da casa.

Por outro lado, os conflitos não visavam impedir a companheira de trabalhar, nem disputar com ela poder aquisitivo que, muitas vezes, superava o do homem. O que existia e continua existindo, porém com menor intensidade, era o ciúme, o medo e a insegurança ante o universo de relações e novas situações que se apresentavam para a mulher.

A saída diária para trabalhar, bem como a participação das rendeiras em feiras e eventos fora da Prainha, geravam desconforto e desconfiança nos companheiros. Casados há muitos anos, estavam acostumados a tê-las sempre por perto arrumando a casa, lavando, passando e cuidando da alimentação da família. Por outro lado, não havia, disputa pelo papel de chefe da família, nem pelo de provedor do lar, uma vez que as mulheres sempre contribuíram economicamente em casa.

Na verdade, renda e pesca na Prainha eram duas atividades que se completavam culturalmente e economicamente. Nas desconfianças, brigas e conflitos passados e atuais, quase sempre o ciúme era motivo gerador.

Num contexto geral, o Centro foi positivo pra rendeiras e pra toda a comunidade como um todo, porque não? Porque elas tiveram a oportunidade de ter uma local respeitável certo? Digno ta entendendo? Do trabalho delas. Foi assim em termos de dignidade da mulher rendeira, foi uma homenagem linda, uma grande, enorme conquista. Havia no início muito preconceito e alguns conflitos familiares, porque **o pescador é um**

¹⁷⁶ Entrevista com a rendeira Elizete, em 26 de novembro de 2005.

homem rústico, tem suas qualidades como homem, como homem do mar, que é uma profissão muito digna, difícil e perigosa, mas que também no aspecto social, na sua cultura, vê sua esposa sair de casa para prover o sustento da família, isso tocava a índole machista dele, né? Pra ele, como ele ficaria perante os amigos, os colegas né? Foi assim. Tinha algumas que era uma verdadeira batalha até pra sair de casa, trabalhar. Deixava já o almoço pronto antes de sair.¹⁷⁷

Discussões, brigas, conflitos. Fragmentos de histórias de vida relatados por Tânia, na época da criação do Centro, uma menina de doze anos. Filha de rendeira, ela acompanhava sua mãe ao local de trabalho. Tânia relembra histórias de força e perseverança dessas mulheres simples, pobres e culturalmente marginalizadas que, por meio do artesanato, conseguiram ingressar no mercado de trabalho informal e/ou informal e, dessa forma, se posicionaram como mulheres trabalhadoras, como sujeitos históricos. Mulheres que travavam verdadeiras batalhas diárias para sair de casa. Era preciso deixar o almoço pronto, a roupa lavada, a casa arrumada. Com pouco ou quase nenhum estudo, venceram a batalha do preconceito, impuseram aos companheiros o direito delas de sair de casa para trabalhar, de poder sonhar com uma profissão, de ter uma vida melhor, de colocar seus filhos na escola.

Ao assumir lugar no Centro, a mulher estava consciente dos desafios e das batalhas a serem vencidas. Desafios e batalhas que se materializavam nas tarefas domésticas a serem administradas porque continuavam sob sua responsabilidade, no ciúme e na insegurança do companheiro. Somem-se a isto as próprias inquietações a cerca do papel de ser boa mãe, boa dona-de-casa e boa esposa. Uma vez que sempre trabalhou em casa, dividindo-se entre os cuidados com a casa e com os filhos, essas inquietações se desdobrariam em dúvidas e incertezas. Conseguiria ela administrar tantas funções sem se deixar dominar por sentimentos de remorso e descaso, de está ou não abandonando o lar?

As ações da mulher trabalhadora, como *“um sujeito (individual ou coletivo), que se propõe finalidades claras e distintas, e que põe suas ações como*

¹⁷⁷ Entrevista com Tânia Moisés de Sousa, em 22 de março de 2003.

*meios permitindo atingi-las*¹⁷⁸, revelam dentro de um repertório de possibilidades suas condições materiais, culturais e afetivas; revelam, também, como interage, pensa e age sobre o mundo, transformando-se e transformando todos a sua volta.

Na verdade, a luta das mulheres pela conquista de espaços e de autonomia revela um “fazer-se” permanente e mutável. Esse “fazer-se” representa a *“instituição de uma nova realidade, de um novo mundo e de um novo modo de existência social-histórica”*.¹⁷⁹

Embora o universo que compõe a renda de bilros continue, com características domésticas e o espaço de trabalho se assemelhe e se apresente como extensão da casa, visto que muitas levavam os filhos pequenos para o Centro das Rendeiras e algumas crianças tenham passado os primeiros anos de vida embaladas embaixo dos quiosques, foi através do Centro que a renda de bilro conquistou efetivamente o espaço público.

Eu trazia meu filho. eu crie um filho amarrando a rede aqui, naquela barraca, de um pano pro outro. O menino novinho que eu tinha, pra poder eu vim vender aqui. Eu trazia ele pra cá, meu menino, já com o mingau feito. Novinho...trazia uma rede, amarrava segurado nas barracas.¹⁸⁰

A fala da rendeira Helena anuncia as estratégias por ela utilizadas para vencer cotidianamente as dificuldades de ser mãe e ao mesmo tempo se firmar como trabalhadora e por este caminho assegurar a sobrevivência. Essa realidade estendia-se à maioria das rendeiras daquela comunidade. Para garantir seu lugar no Centro e, conseqüentemente, boas vendas e melhoria de vida, a Dona Helena não se curvava às dificuldades impostas pela responsabilidade de um filho pequeno. Foi certamente com as vendas que ela garantia a sobrevivência e a escolaridade do filho e dos outros membros da família.

Na verdade, a fronteira entre público e privado é muito tênue. Uma vez que as rendeiras da Prainha, a exemplo das demais mulheres dos segmentos populares, sempre trabalharam para garantir a própria sobrevivência e a de sua

¹⁷⁸ CASTORIADIS, Cornelius. Introdução: A Questão da História do Movimento Operário. A experiência do movimento operário. Brasiliense, 1985, p.64.

¹⁷⁹ IDEM, p.44/45.

¹⁸⁰ Entrevista com a rendeira Maria Helena em 25 de novembro de 2005.

família, elas circulavam e se faziam presentes no espaço público, desempenhando as mais variadas atividades. Nesta perspectiva destaca-se o livro de Maria Odila Leite da Silva Dias, *Cotidiano e Poder em São Paulo no século XIX*. Neste estudo a historiadora dá relevância à força, à perseverança e à resistência de mulheres pobres, chefes de famílias, sobrevivendo na informalidade do artesanato doméstico e do comércio ambulante. Vivendo na linearidade das relações sociais, a autora ressalta ainda a capacidade dessas mulheres de reinventar o cotidiano e de elaborar formas multifacetadas para resistirem e sobreviverem apoiadas às redes de solidariedade e de vizinhança, utilizando-se das brechas existentes e/ou construídas nos sistemas sociais.

O espaço de trabalho foi para as mulheres da comunidade da Prainha um instrumento de conquista da profissão. Respeitando o próprio campo de possibilidades e driblando as dificuldades, elas foram se fazendo rendeiras, conquistando seus espaços, relativa autonomia, respeito e admiração dos companheiros. Respeito exemplificado na fala do Pescador Oliveira quando se refere à Dona Auristela, sua companheira há mais de trinta anos: *“ela era muito esperta. Ela trabalhava na renda, ela pescava aculá no rio, ela vendia ovos, ela vendia renda fora. Ela andou por aí por fora, pelas cidades grandes.”*¹⁸¹

É inegável o respeito e a admiração do pescador Oliveira pela “esperteza” da rendeira Auristela. Essa admiração, no entanto, não se estende às tarefas domésticas desempenhadas por ela. Esperta porque fazia renda, pescava e vendia ovos e não porque cuidava da casa, lavava, passava e cozinhava. Isto se explica, em parte, porque *“as mulheres devem atender às necessidades dos outros, ser responsável pelo bem-estar de sua família, pela felicidade e sucesso de seus filhos”*.¹⁸²

Essa realidade transformou-se a partir da década de 1970,¹⁸³ momento em que surgiu um conjunto de estudos preocupados em encontrar os rastros da presença das mulheres no cotidiano da vida social. No entanto, o mesmo

¹⁸¹ Entrevista com o pescador Oliveira, em 14 de janeiro de 2003.

¹⁸² COUTINHO, Maria Lúcia Rocha. *Tecendo por Trás dos Panos*. São Paulo. Editora Rocco, 1994. p.59.

¹⁸³ Sobre esses estudos que buscam os rastros das mulheres na vida social ver: RAGO, Margareth. *As Mulheres na Historiografia Brasileira*. In: SILVA, Zélia Lopes (org) *Cultura e História em Debate*. São Paulo, 1995; DEL PRIORE, Mary *História do Cotidiano e da Vida Privada*; SOIHET, Raquel, *História das Mulheres* In: CIRO, Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*, Rio de Janeiro, Campus, 1997.

discurso social que se encarregou de incorporar o papel de trabalhadora à identidade feminina e, até certo ponto, questionou a maternidade e o enclausuramento da mulher no lar, continua a atribuir a ela os encargos com a casa e com os filhos.

A década de 1970 para as rendeiras da Prainha tem um significado que vai além do discurso social e dos estudos sobre as mulheres. Distante dessa realidade acadêmica, essas mulheres construíram suas histórias de vida através do trabalho desenvolvido cotidianamente, garantindo, assim, a sua sobrevivência e da família.

Bem antes da conquista do espaço de trabalho, ajudavam em casa com o “dinheirinho” que ganhavam, como elas afirmam. Após a construção do Centro muitas delas assumiram a responsabilidade quase total pela manutenção da casa e a educação dos filhos, como verdadeiros chefes de famílias. Dona Helena nos fala da sua realidade:

Criei meus filhos daqui e ainda crio. Eu trabalho, ajudo a comprar o de comer na minha casa, eu vivo daqui. O Centro ajudou a melhorar a vida de todo mundo.¹⁸⁴

Na verdade, mulheres provendo o sustento da família e chefiando domicílios “*apareceu como um fenômeno na sociedade brasileira, especialmente no século XIX*”¹⁸⁵. Segundo Paulo Eduardo Teixeira, numa realidade social em que o poder masculino era legitimado pela família patriarcal, mulheres destoavam do imaginário social, época em que “*predominavam os senhores de escravos e seus casarões*”.¹⁸⁶ Este autor trata da temática das mulheres chefes de família, na perspectiva da história do povoamento da Capitania de São Paulo, ocorrida em 1765.

A seu modo a rendeira Zenaide quando diz “*a minha mãe sustentava mais a casa do que o próprio pai*” está se referido à realidade compartilhada por

¹⁸⁴ Entrevista com a rendeira Maria Helena, em 25 de novembro de 2005.

¹⁸⁵ TEXEIRA, Paulo Eduardo. *O Outro Lado da Família Brasileira*. Campinas, São Paulo. Editora da UNICAMP, 20004, p.27.

¹⁸⁶ Idem. p.27

rendeiras da Prainha e por muitas mulheres ao longo da História, principalmente as dos segmentos populares.

2.2.2 Renda de Birros: De Expressão Cultural à Condição de Mercadoria.

À primeira vista, o trabalho das rendeiras da Prainha, parece um labor feminino que ao longo dos anos sobreviveu às transformações pelas quais as sociedades vêm passando. Mas, sob olhar mais atento, é possível perceber novas e antigas práticas que ora se aproximam e ora se distanciam no cotidiano das profissionais da renda. Mulheres que, a exemplo de suas mães e avós, ensinaram às filhas, desde o trocado dos fios à fabricação dos instrumentos de trabalho, mas também aprenderam que *“uma cultura não pode sobreviver se não se renova”*¹⁸⁷.

Por ser transmitido pela tradição oral, passado de geração a geração, a cultura da renda de bilros tem origens ainda um tanto obscuras, apesar das inúmeras tentativas históricas de estabelecer o marco de chegada e desenvolvimento no Brasil.

¹⁸⁷ JUNIOR, M. Diegues. *Cultura e Comunidade*. Revista Brasileira de Folclore. Ano XIV. Nº 41, maio/agosto 1976. p.8



Demonstrativo da técnica de confecção da renda de bilros. Foto: Terezinha Bandeira, 30 de setembro de 2006.

A renda de bilros, introduzida na Prainha, foi afeiçoando-se ao lugar e às pessoas, adaptando-se ao ambiente e tornando-se a expressão cultural da comunidade. Desde o tempo de suas avós e mães as mulheres criam e recriam com as mãos este saber manual passando-o às gerações futuras, o qual caracteriza o modo de vida de seu povo.

Um exemplo dessa adaptação são os nomes das peças produzidas por elas como: peixinho, palha de coqueiro, pé de pinto, tijolo, pata de caranguejo etc. São, portanto, nomes que expressam a realidade concreta e o cotidiano das rendeiras e pescadores daquela comunidade. Assim, ser rendeira na Prainha não significa o mesmo que ser rendeira no Iguape, em Aracati ou em Santa Catarina. Cada região guarda especificidades e diferenças.

No livro *Coroas de Glórias, Lágrimas de Sangue: a rebelião dos escravos de Demerara em 1823*, a historiadora Emilia Viotti da Costa chama a atenção para o cuidado que se deve ter ao trabalhar com categorias. Segundo a

autora, é preciso estar atento para perceber que as categorias “*são construídas historicamente e não essências imutáveis e primordiais das quais se possam deduzir as idéias e o comportamento das pessoas*”¹⁸⁸. Ser rendeira na Prainha, produzir e comercializar no Centro das Rendeiras com apoio e parceria do Estado tem significado diferente de ser rendeira há quarenta anos quando a produção era exclusivamente doméstica e as vendas muito raras.

A exemplo de outras manifestação culturais ou folclóricas, a renda é dinâmica, adapta-se ou modela-se às novas exigências. As influências externas são sentidas com maior determinação após a construção do Centro das Rendeiras e das interferências do Estado implementadas pela CEART - Central de Artesanato. Assim, a cultura da renda entrou em contato com um universo mais amplo, a ganhou novos admiradores, novos compradores e diferentes utilidades.

A CEART (Central de Artesanato) foi criada no final dos anos de 1970, por incentivo de Luiza Távora. Inaugurada em agosto de 1981, dois anos após a construção do Centro das Rendeiras, a sede da CEART ocupou o espaço antigo do Palácio do Plácido¹⁸⁹, localizado na Aldeota, bairro nobre da capital cearense.

Os incentivos governamentais representados na Prainha pela CEART objetivavam, sobretudo, induzir, incentivar e centralizar a produção dos artefatos de renda de bilros, aperfeiçoando a mão-de-obra e padronizando a feitura dos produtos, para satisfazer o mercado turístico.

As estratégias de intervenção estabelecidas pela CEART pautavam-se, portanto, no ciclo completo – produção, comercialização e consumo. Equipes especializadas visitavam o Centro das Rendeiras, promovendo, através de cursos, oficinas, treinamentos e palestras, incentivo à novas criações, bem como um aprimoramento das técnicas de produção.

Ao promover a capacitação das artesãs os cursos e demais atividades procuravam introduzir novos designs, cores e padrões para melhorar a qualidade e aceitabilidade dos produtos comercializados. Para tais propósitos eram tomadas

¹⁸⁸ VIOTTI, Emília da Costa. *Coroas de Glórias, Lágrimas de Sangue: a rebelião dos escravos em Demerara em 1823*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998, p.15.

¹⁸⁹ O Palácio do Plácido era a “antiga residência do casal Plácido de Carvalho, no bairro aldeota, demolido na década de 70”. In: FLEURY, Catherine Arruda Ellwanger. *Renda de Bilros, Renda da Terra, Renda do Ceará. A expressão artística de um povo*. São Paulo: Annablume. Fortaleza: Secult, 2002. p.191.

medidas como: ajuda de custo para aquisição de matéria-prima principalmente do fio, para participações em feiras e eventos fora da comunidade, bem como para garantir a presença de técnicos em controle de qualidade e de pessoas capacitadas em relações humanas e técnicas de vendas.

O design, e a padronização dos trabalhos das rendeiras consistiam em estratégias de melhoramentos do produto final, voltado ao mercado externo. Os treinamentos visavam, portanto, obedecer a padrões de exigências, inclusive para estabelecer diferença com os artefatos produzidos sem nenhuma orientação.

Se antes as rendeiras se restringiam basicamente a produzir toalhas, paninhos de bandeja e portas-copo para serem vendidos esporadicamente aos eventuais compradores e revendedores locais, como foi citado anteriormente, a partir da construção do Centro e das ações da CEART, elas passaram a produzir biquínis, bijuterias e peças completas do vestuário feminino. Nessa união entre tradição e modernidade surgem novos e interessantes produtos.

O trabalho da CEART é um trabalho diferenciado, um trabalho de qualidade, diversificado. Porque quanto melhor o trabalho, mais vendável, até porque tem que diversificar. Nós temos uma imensidade de diversificações de trabalhos aqui, mas nós temos que atender o mercado, a exigência do mercado. É juntar a cultura com a exigência do mercado, é a modernização.

¹⁹⁰

Na avaliação da Dona Olenir, a atuação da CEART quanto à exigência na qualidade dos produtos a serem comercializados garantia diversificação e melhoria no acabamento das peças por elas produzidas, interferia na mesmice das peças encontradas sobre os balcões do Centro e unia a tradição de um saber milenar à modernidade, imposta pelo mercado consumidor.

A sociedade transforma-se, e a transformação vai atingindo todos os valores culturais. É necessário estar atento às inovações e transformações da cultura da renda, para desse modo perceber como ela se manifesta pela recriação de novos modelos e pelas novas formas de utilização.

¹⁹⁰ Entrevista com a rendeira Olenir, em 25 de novembro de 2005.

De modo geral, a realidade na comunidade da Prainha, após a construção do Centro, vinha lentamente se transformando. As transformações aconteciam, em parte, pela interferência externa, com a chegada de turistas e banhistas que, em busca de sol e mar entravam em contato com a arte das mulheres da comunidade e, também, pelos anseios e necessidades internas do grupo.

Além do grupo familiar, elas passaram a pertencer também ao grupo de rendeiras do Centro. As relações sociais que se estabeleceram no espaço de trabalho, e vindo de novos personagens à Prainha, ampliaram o campo de atuação dessas mulheres, diversificaram suas atividades e modificaram-lhe o comportamento.

A interferência do Estado nesse processo de estruturação de pólos e centros artesanais provocou alterações significativas na produção, comercialização e o consumo das rendas da Prainha, os quais imprimiram outras características à sistemática de trabalho e às relações sociais daquela comunidade. A noção de valor material e monetário atribuído às peças de renda alterou substancialmente as relações sociais entre os integrantes do grupo, assim com a relação pessoal de cada uma com o trabalho.

Na produção doméstica destinada a atender as necessidades imediatas da família, como por exemplo, “*vender uns biquinhos para comprar a mistura*”¹⁹¹, as artesãs detinham autonomia quanto ao tempo de produção e ao que deveriam produzir. Embora, o objetivo final fosse a venda para ajudar nas despesas domésticas, não havia nesse momento clareza quanto ao valor monetário das peças produzidas entre as tarefas rotineiras de uma dona-de-casa. Essas peças simbolizavam um aprendizado que se perpetuava pela tradição e garantiam ajuda à sobrevivência diária da família.

Naquela época, que eu vinha pra cá (centro), nós vendia muito, vinha de dez, vinte ônibus de turistas. Eu ainda tava fazendo o café minha amiga vinha me chamar, que os ônibus já tava. A gente pegava era as caixas e rasgava, aí não ficava nenhum trabaio. Era muito turistas.¹⁹²

¹⁹¹ Em muitas narrativas ouvir essa expressão. Nessa perspectiva, a produção nesse momento visava a suprir as necessidades imediatas da alimentação diária da família.

¹⁹² Entrevista com a rendera Maria Helena, em 25 de novembro de 2005.

Dona Helena rendera filha e neta de rendeira, faz um relato sobre o início das atividades no Centro, fornecendo-nos muitas informações. Primeiro sobre o companheirismo que existia entre elas, exemplificada pela atitude da amiga que ia chamá-la logo cedo para não perder as vendas; em seguida, sobre as mudanças que ocorreram nas vendas, no ganho monetário e no modo de vida.

As vendas aumentaram ao ponto da oferta “quase” não suprir a procura, pois, segundo ela “*não sobrava nenhum trabaio*”. Mas essa nova realidade que se instalou no cotidiano das rendeiras, alterara-lhe o modo de vida. O café matinal, provavelmente saboreado com calma e em companhia da família é interrompido pela chegada dos novos compradores. Dessa forma, elas passaram a obedecer à lógica mercadológica e a cumprir horários.

Quando a renda de bilros passa a ser produzida também¹⁹³ no espaço público (Centro), e entra em contato com o mundo do consumo, a ter valor de troca como mercadoria, a criação que, antes era relativamente livre, passa a obedecer a um ritmo de produção.

Mesmo nesse período de intervenções externas, é possível perceber relativa autonomia das rendeiras, que ora obedecia a lógica da produção, ora a da criação. Muitas rendeiras que ocupavam os quiosques do Centro criavam dificuldades e empecilhos quanto a produzirem em série as “encomendas” que recebiam da CEART ou de compradores particulares.

A rendeira Olenir nos esclarece com essas encomendas aconteciam. “*Você tem que se comprometer a um tipo de trabalho, por exemplo, ela (CEART) vai querer um trabalho x, em cor tal. Você tem que fazer aquilo que ela (ceart) pede e não o que você quer fazer.*”¹⁹⁴ Muitas rendeiras resistiam a produzir modelos e padrões e em cores por elas considerados difíceis, feios e esquisitos, e a cumprir prazos de entregas. Uma vez que, o tempo do trabalho estava entrelaçado à vida familiar, os prazos interferiam diretamente no dia-a-dia dessas mulheres.

¹⁹³ É importante deixar bem claro que a renda de bilros em momento algum deixou de ser produzida no espaço do lar, entre as atividades domésticas, mesmo depois da construção do Centro das Rendeiras.

¹⁹⁴ Entrevista com a rendeira Olenir em 25 de novembro de 2005.

Quando começou só era a FUNSESC, só era o governo do estado que gerenciava. Eu até acho que na época existia assim um melhor acompanhamento sabe? Por ser o governo do estado, por ser também o primeiro local de artesanato a ser criado. Então a preocupação estava só em tona do Centro das Rendeiras. Aí era muito bem assistidas as rendeiras, muito bem assistidas mesmo. Existia elas que viajam por conta própria, pra vender artesanato em outros locais do Brasil, em outros Estados. Era, digamos que era a época das vacas gordas, sabe? Uma época muito boa pra rendeiras e pro artesanato local¹⁹⁵

Embora essa resistência provocasse um entrave na relação entre elas e a CEART, 1980 foi, para estas mulheres, a década de ouro. Nas palavras da rendeira Elizete foi “*o tempo das vacas gordas*”. Após a construção do Centro e com todo apoio que elas recebiam, as vendas aumentaram e a vida de muitas rendeiras e das famílias melhorou. Na verdade, sendo o Centro um empreendimento pioneiro graças a importância que o artesanato local vinha ganhando nacionalmente, a Prainha tornou-se roteiro turístico obrigatório para os que queriam levar para suas cidades peças de rendas de bilros produzidas pelas mãos hábeis das rendeiras cearenses.

A época de ouro, descrita pela rendeira Elizete, em virtude da boa assistência concedida pelo Estado às rendeiras, e das vendas em abundância com a chegada dos ônibus de turistas, representou a curto prazo melhoria financeira para as envolvidas comercialmente com o Centro. Um exemplo disto foram as reformas das casas, quase todas em palha ou taipa, para casas de alvenaria. As palavras da rendeira Raimunda reafirmam esse momento vivido por elas, “*naquela época era boa, tinha muito turista e a gente vendia bastante. O Centro aqui já foi muito bom de venda.*”¹⁹⁶

Com o fluxo de turistas, o Centro passou a funcionar como ponto de produção e comercialização dos artefatos de renda e, posteriormente, de outros, como artigos em madeira, em telha, garrafinhas de areia colorida etc. A partir desse momento ampliou-se a inserção dos trabalhos das rendeiras na esfera pública,

¹⁹⁵ Entrevista com a rendeira Elizete, em 26 de novembro de 2005.

¹⁹⁶ Entrevista com a rendeira Dica, em 18 de fevereiro de 2003.

reduzindo a atuação do atravessador, e aumentando o número das que comercializavam seus próprios produtos.

A procura desenfreada pelos artefatos de renda exigia produção ágil e interferiu diretamente no tempo de trabalho. Essa realidade impôs nova organização do trabalho e da produção, o que mobilizou rendeiras das comunidades vizinhas como, por exemplo, do Tapera e do Japão. Inseridas no mercado capitalista, elas passam a obedecer às exigências quanto à mercadoria a ser produzida e ao tempo gasto, uma vez que os produtos deveriam estar prontos sobre os balcões, a espera do comprador.

Se o ritmo de produção mudou, interviu diretamente no processo de criação das rendeiras. Esse ritmo, antes regulado pela vida familiar, passa a ser ditado pela procura dos banhistas, dos ônibus de turistas e pela alta estação. As rendas ganham outros espaços, invadem outros ambientes e entra em contato com outras culturas através das mãos de novos admiradores.

No entanto, as exigências das encomendas realizadas pela Ceart quanto à padronização dos modelos, cores, fios e tamanhos desencadeiam um movimento avesso no Centro. De um lado, as rendeiras buscavam o apoio da CEART, em termos de incentivos, cursos, ajuda financeira para participação em feiras e eventos fora da comunidade e compra de linha, do outro lado elas criavam restrições quanto a obedecerem as normas estipuladas para as vendas e as confecções das peças.

Ante às necessidades cotidianas do grupo, muitas delas resistiam em levar seus produtos para serem vendidos nas lojas da CEART. Segundo elas, as vendas em consignação não lhes forneciam nenhuma garantia, a mercadoria ficava muito tempo parada, sem vendas, e elas viviam de ganhos diários.

Sobre as relações comerciais com a CEART, afirma a rendeira Auristela: *Na Ceart eu deixava também trabalho, mais depois, a gente é pobre precisa de vender, e lá ficava e não vendia*.¹⁹⁷ Completa a rendeira Helena: *A Ceart? Eu já vendi, eu já fiz, já fiz pra lá sabe? Mais eu não vou fazer mais não*.¹⁹⁸

Antes do Centro, quando as vendas aconteciam esporadicamente, não havia uma sistematização da produção. Essas mulheres criavam suas peças

¹⁹⁷ Entrevista com a rendeira Auristela, em 14 de janeiro de 2003.

¹⁹⁸ Entrevista com a rendeira Helena, em 25 de novembro de 2005.

objetivando a venda, mas o ritmo era ditado pela vida familiar, pelos cuidados com os filhos e com a casa. Havia, portanto, um distanciamento do mercado de trocas e da individualização do trabalho. Nesse período havia uma relação mais harmoniosa, um companheirismo que vai se alterando quando os produtos entram no mercado de consumo, como um produto de grande procura pelos turistas.

Assim, à medida que o Estado interferiu de forma decisiva na produção artesanal, com a construção do Centro, ampliaram-se as vendas e aumentava também a disputa entre as rendeiras pelo próprio espaço. A liderança foi estabelecida principalmente para controlar as disputas e os conflitos internos. Sobre esse tempo, afirma a rendeira Helena: *“Era nós mesmos, nós mesmo, não tinha líder. Era muito diferente naquele tempo”*.

Uma vez construído e inaugurado, o Centro contava com quarenta rendeiras, ou seja, todos os quiosques foram ocupados pelas artesãs. O quinto quiosque foi destinado à venda de lanches.

O Centro ficou sob a responsabilidade das próprias rendeiras, tendo, portanto, a FUNSESCE como órgão de apoio para orientá-las e, assim, evitar desentendimentos, disputas e conflitos internos. No entanto, a ação desse órgão não foi suficiente para evitar as desavenças e o desgaste nas relações entre as mulheres da comunidade.

Nas entrevistas realizadas com as rendeiras, não ficou muito claro quando foi instituída a liderança no Centro, no entanto, os motivos pelos quais foi necessária e urgente essa liderança eram recorrentes em quase todas as narrativas. A rendeira Elizete faz um relato sobre esses motivos.

Existe uma coisa chamada concorrência e uma coisa chamada posse né? Porque aqui é o Centro das rendeiras, não é da rendeira, é das rendeiras. Mas muitas rendeiras pensam que Centro é seu ‘eu faço isso porque eu quero porque é meu, eu vou brigar porque é meu, eu vou discutir porque é meu’. (Assim), por conta de ser cada uma por si, havia a necessidade de criação dessa pessoa que gerenciasse o Centro né? Aí começou. Foi exatamente com a Funesce que começou, a líder, a vice-líder. Era como se fosse a diretoria de um, associação, só que sem nada que fixasse, como uma papelada, como uma coisa que registrasse, que deixasse registrado. Não era nada documentado. Eu não lembro bem se era um ano, dois anos ou se era mais de dois anos, eu lembro que era bastante tempo. Depois

havia uma nova eleição, as vez permanecia até a mesma sabe? O pessoal achava por bem continuar a mesma ou então mudava.¹⁹⁹

Ao ser instituído o sistema de liderança²⁰⁰ na Organização Social do Centro, ficou determinado que a líder escolhida ficaria no cargo por dois anos. A substituição seria ao final desse período, podendo a líder permanecer ou não no cargo, dependendo do seu desempenho. A primeira líder do Centro das Rendeiras foi Luzia Conceição Moisés.

Em linhas gerais, a líder desempenhava o papel de organizadora, de conselheira e mediadora das relações internas no Centro. Uma vez que o espaço de trabalho delas não era legalizado, não havia da liderança compromisso nem responsabilidade em representar o grupo, suas ações restringiam-se basicamente à limpeza e organização interna do Centro.

O artesanato da renda como atividade de sobrevivência, como um saber passado pela tradição de uma geração a outra está permeado de continuidades e mudanças, que se misturam no dia-a-dia das rendeiras da Prainha. Continuidade e mudanças próprias não somente da dinâmica da cultura, mas também das exigências do mercado e da ação do homem.

A todas essas transformações e adaptações pelas quais as rendeiras passaram, ainda hoje detêm todas as etapas desse aprendizado, passado pela tradição, na fabricação das peças. Embora elas comprem peças feitas de amigas, de membros da família ou de rendeiras de comunidades vizinhas para suprir a procura, elas não deixam de participar de todas as etapas da produção, desde a fabricação dos objetos de trabalho que aprenderam a fazer com suas mães e avós, até o acabamento final e à venda das peças. Essa participação revela uma resistência, uma relativa autonomia em relação ao saber que garante a sobrevivência de muitas famílias.

As rendeiras certamente enfrentaram tensões e contradições próprias da passagem de um ofício artesanal, produzido domesticamente, com o intuito de

¹⁹⁹ Entrevista com a rendeira Elizete, em 26 de novembro de 2005.

²⁰⁰ A primeira liderança aconteceu por indicação da Assistente Social da CEART e não por votação.

ajudar no sustento da família, para um produto que ganha preço como mercadoria de consumo.

Essa tensão que se dá na prática de um ofício que se destina a atender as necessidades internas de um grupo e passa a ser exposto no mercado de troca para ser comercializado, acontece, sobretudo, a partir dos anos de 1970, quando os efeitos do planejamento estatal sobre o trabalho artesanal se fizeram presente e a indústria cultural passa a transformar bens de cultura em mercadoria.

A instalação do Centro de Rendeiras, sem dúvida alguma, proporcionou às mulheres artesãs da Prainha aumento significativo da participação delas no processo de comercialização dos artefatos de renda e conseqüente intervenção técnica no processo de estruturação do trabalho da categoria. No entanto, a longo prazo, não proporcionou a essas trabalhadoras o reconhecimento, nem a elevação real do padrão de vida.

Conflitos internos, proliferação de centros artesanais e resistências em se adequar às exigências da CEART, foram alguns dos motivos que levaram à queda das vendas, e a conseqüente procura pela legalização do espaço de trabalho..

A Associação das Rendeiras da Prainha, criada em 1989, dez anos após a fundação do Centro constituiu-se, portanto, numa tentativa de buscar junto aos órgãos públicos atenção, parcerias e incentivos financeiros que revertissem esse quadro de “quase” abandono em que o Centro se encontrava após a ausência dos compradores.

CAPÍTULO III

TECENDO VIDAS

3.1 Associação das Rendeiras da Prainha: Experiência Social e Organização do Trabalho

Renda de Bilros: objeto expressivo que adquiriu através da história características diversas, adaptando-se e transformando-se, sem, contudo, perder utilidade como fator econômico, seu caráter decorativo e ornamental, persistindo até hoje seu uso no vestuário, principalmente, no feminino, na ornamentação da casa e na roupa de cama.

Entre a tradição e o progresso, os trabalhos executados pelas mãos hábeis das rendeiras da Prainha, contam a história de mulheres que, ao tecer os fios da renda na feitura das peças, foram tecendo também relações sociais, construindo dia-a-dia suas histórias de vida e de trabalho. Mulheres que se organizaram mediante a existência do Centro das Rendeiras e buscaram coletivamente, desenvolver múltiplas estratégias para perpetuar esse saber, que sobreviveu e se reproduz, representando uma atividade de inequívoca importância econômica para muitas famílias da comunidade.

Histórias de almofadas, outrora descansando à sombra de uma árvore, nas salas ou portas entreabertas e nos terreiros das casinhas de palha, de onde se podia ouvir a música produzida pela dança dos bilros no entrelaçamento dos fios. Música testemunha dos bate-papos, das cantigas e das prosas que certamente amenizavam as dificuldades de quem tomara para si a obrigação de cuidar da casa e alimentar os filhos.

Histórias de almofadas que invadiram outros espaços, romperam a barreira entre o público e o privado, conquistaram outros admiradores, resignificaram seu valor mercadológico e resistiram às transformações e à concorrência imposta pelo moderno.



Peça em processo de elaboração sobre o desenho no papelão. Foto: Rodrigo Alves Ribeiro, 30 de setembro de 2006.

O trabalho das rendeiras da Prainha, a exemplo de outras atividades artesanais²⁰¹ no estado do Ceará, sobreviveu às transformações que ocorreram no Brasil nas primeiras décadas do século XX, momento do processo industrializante no país e da euforia do “novo”.

O artesanato, então, conotado com a idéia simplista de um manualismo empírico, não constitui fator ou função a ser efetivamente incorporada ao nosso modelo econômico. Ficou relegado ao plano das atividades marginais, constituindo tema do folclore ou campo para o diletantismo assistencial às chamadas classes menos favorecidas – não raro estigmatizado como trabalho de presidiários ou atividades de *hippies*. O ciclo da industrialização não o contemplou como instituto social e nem econômico, omitindo-o dos esquemas de estímulos econômicos creditícios e

²⁰¹ As loiceiras em Limoeiro do Norte, os trabalhos em palha em Aracati, as rendeiras do Iguape são exemplos de grupos que vem resistindo às transformações que tendem a mecanizar até as relações sociais.

nos planos de desenvolvimento global, como não o considerou na esfera jurídica de trabalho.²⁰²

Essa realidade, da qual nos fala o autor, transforma-se somente a partir da década de 1950. Como foi explicitado no capítulo anterior, foi somente a partir dessa década que surgiram as primeiras políticas públicas voltadas para o reordenamento da produção artesanal brasileira.

O Centro das Rendeiras da Prainha, criado em 1979, período da efervescência do apoio às atividades artesanais no Estado, é testemunha de um saber que sobrevive, transforma-se e vem ao longo dos anos sendo transmitido pela oralidade de geração em geração. A resistência e/ou transformação desse saber manifesta-se pela recriação e/ou reformulação de modelos, cores, fios e tamanhos, pois, é isto que enriquece a cultura, uma vez que, “*cultura estática é cultura morta, inexistente*”.²⁰³

As rendeiras da Prainha, envolvidas com os novos ensinamentos e novidades trazidas pelos cursos ministrados especialmente pela CEART, entraram em contato com o *glamour* e o imediatismo do mundo da moda. Na perspectiva de manter esta cultura de caráter tradicional e familiar e representa suporte econômico para a sobrevivência do grupo, elas vão aceitando e adaptando suas peças aos novos gostos e às novas exigências. Sem perceber, talvez sem a real dimensão dessas mudanças, vão transformando o conceito de costume em conceito de moda.

Se a cultura para se perpetuar carece de mudança e de renovação, o mudar e o renovar para as rendeiras da Prainha direcionam para o senso profissional, que é indicado pela necessidade de atender às exigências reclamadas pelo mercado.

²⁰² PEREIRA... *Op.cit* p. 71 O livro *Artesanato – Definições e Evolução: Ação do Mtb – PNDA* do professor José Carlos da Costa Pereira, obra já citada, faz parte da coleção XI – Planejamento e Assuntos Gerais e foi publicada pelo Ministério do Trabalho, Brasília em 1979. Entre suas experiências na área do artesanato podemos citar: Professor de História do Artesanato e de História da Arte Brasileira no Curso de Artes Aplicada do SENAI (1952-1954); Diretor Executivo do Instituto de Pesquisas e Treinamento do Artesanato (IPTA), da Bahia (1958-1960); Coordenador do Programa de Assistência ao Artesanato Brasileiro (PAAB) do MEC, do qual foi organizador, implantando sua fase experimental (1961); Diretor Técnico do “Artesanato do Nordeste S.A” (ARTENE) – subsidiária da SUDENE(1964-1966); Assessor do Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato(PNDA), requisitado pelo Ministério do Trabalho ao SENAI, entre outros.

²⁰³ JUNIOR, M. Diegues... *op.cit.* p. 08

Os cursos determinavam o tipo de linha e as cores que deveriam ser usadas nas peças, como afirma a rendeira Olenir:

Cada trabalho tem um “q”, se você vai trabalhar com roupa feminina, você vai trabalhar com linha fina, um trabalho mais delicado... é também na questão de cores. Não é que a gente não saiba combinar, é que as vezes não fica bem, então se você vai fazer um trabalho pra sala, o pessoal quer usar rosa, rosa não se usa em sala, se usa em quarto, porque a gente fez um curso de designer, de coloração e tem que estudar quais cores que usa.”²⁰⁴

As determinações desses cursos, somadas às exigências do mercado turístico, foram e continuam sendo os responsáveis diretos pelas alterações nos produtos comercializados no Centro. Embora as rendeiras manifestem relativa resistência a se adequar aos modelos, cores e padrões exigidos pelos cursos e pela procura externa, observam-se hoje nos balcões dos quiosques uma variedade de peças como: biquínis, bijuterias, apliques para blusas femininas, bolsas e brincos, todos fabricados cuidadosamente seguindo a lógica das combinações de cores e modelos, que refletem mais a preferência do cliente do que o gosto e a criatividade da artesã.

Uma vez surgido o senso profissional, lidar com a dinâmica do mercado requer reformulações de práticas até então convencionadas. O labor artesanal confrontado com a racionalização da técnica do fazer renda, foi paulatinamente exigindo das artesãs da comunidade visão organizacional do trabalho. Algo não percebido por elas antes da criação da Associação das Rendeiras da Prainha.

É pertinente esclarecer que antes da construção do Centro das Rendeiras da Prainha, quando as vendas eram realizadas prioritariamente através dos revendedores locais como a Sra. Joana, a Dona Ricardina, a Dona Lurdes e Sr. Etelvino, havia a intervenção e/ou exigência dos compradores. As rendeiras que se prontificavam a atender determinadas encomendas não estavam livres das preferências de cores, modelos, tamanhos e linhas, exigidas pelos clientes, representados pelos atravessadores.

Tendo como base os ensinamentos de suas mães e avós, essas mulheres produzem as mais diversas e modernas peças, obedecendo aos pontos

²⁰⁴ Entrevista com a rendeira Olenir, em 25 de novembro de 2005.

básicos aprendidos na infância. Dessa forma, tradição e modernidade se confundem e estão presentes nos antigos e novos modelos das peças comercializadas no Centro das Rendeiras.

Todas as rendas têm um ponto inicial – o trocado, que consiste em três momentos principais: cruzar os fios, torcê-los e traçá-los. O trocado é, pois, o movimento ritmado dos bilros, e se caracteriza com ponto inicial do emaranhado de cruzados e torcidos, denominados pontos. A qualidade da renda depende da habilidade e da experiência da rendeira, e também da qualidade da linha utilizada.

Desse emaranhado de fios conduzidos pelos bilros surge a trança, técnica básica na feitura de todos os outros pontos, que no Ceará é conhecido por “barata” ou “baratinha”. Essa denominação se justifica pela semelhança do ponto “*com um microleptidoptro conhecido, a traça comum que dá nas roupas e papéis*”.²⁰⁵ Ultrapassando as terras cearenses, este ponto recebe nomenclatura variada como bananinha, em Santa Catarina; tijolo, em Alagoas e sapinho em Sergipe etc.

As rendas apresentam-se, pois, como o testemunho de “*um passado presente, embora com novas características que o tempo lhe dá*”.²⁰⁶ As novas peças produzidas pelas rendeiras, notadamente àquelas ligadas ao prazer estético, à delicadeza e ao caráter ornamental como os biquínis, apliques para roupas finas e bijuterias, conservam características de ensinamentos que, transformados em saber pelas mãos das rendeiras da Prainha, constituem-se numa cultura sobrevivente e testemunha do modo de vida de um povo.

O trabalho artesanal sempre esteve presente nas sociedades através dos tempos, caracterizando-se como uma atividade informal, de sobrevivência e de cunho doméstico. Avaliar e classificar estas atividades como “informal” reflete a visão de quem as qualifica segundo a perspectiva capitalista das relações do

²⁰⁵ DE MENDONÇA.. *op.cit*, p. 66. O texto: *Algumas Considerações sobre Rendas e Rendeiras do Nordeste*, da antropóloga Maria Luiza Pinto de Mendonça, publicado pela Imprensa Universitária do Ceará, em 1961, obra já citada faz parte da Separata do Boletim da Universidade do Ceará. Constitui-se num texto didático, que pontua as origens das atividades peculiares aos homens e atividades próprias às mulheres. Para falar da renda de bilros no Brasil e no Ceará, a autora faz um passeio pelas origens dessa atividade, enfocando lendas e contos que narram de forma poética seu surgimento. Chegando ao Brasil pelas mãos das mulheres portuguesas, essa arte adaptou-se ao clima e às especificidades de cada região, encontrando terreno fértil principalmente no litoral, e também no sertão. Em seguida a autora lista o material necessário à fabricação da renda, detalhando os bilros, as almofadas, os papelões, as linhas utilizadas, as nomenclaturas, próprias a cada região. Por fim cita o folclore da renda dentro da literatura, segundo ela ainda não devidamente estudado.

²⁰⁶ JUNIOR, M Diegues. *Op. cit.* p.09

trabalho. Segundo José Carlos Costa, na obra já citada, *Artesanato – Definições e Evolução: Ação do Mtb - PNDA*:

As mais remotas manifestações do Artesanato como sistema de produção podem ser encontradas entre os povos primitivos, quando a divisão do trabalho facilitou o desenvolvimento de habilidades operativas e gerou um processo empírico de adestramento ocupacional. Então, surgem os grupos que mais se destacam no desempenho de atividades específicas como a cerâmica, a modelagem, a fabricação de armas, a construção de canoas etc. Todo o sistema de produção do homem primitivo se enquadra na categoria de indústria doméstica, pois o indivíduo estava preso à família e a comunidade doméstica era o núcleo da estrutura econômica – o clã econômico. O trabalho se distribuía pelas comunidades e algumas delas se especializavam em certos tipos de produtos.²⁰⁷

As artes manuais e o saber transmitido às gerações mediante à oralidade garantiram a sobrevivência e reprodução/ transmissão social de um ofício, representativo do modo de vida de uma parcela significativa das sociedades. Nas cidades, o trabalho artesanal amenizava as tensões sociais, absorvendo a mão-de-obra excedente no sistema industrial. Nas zonas litorâneas ou no sertão, sujeito as variações climáticas, os ganhos adquiridos através da atividade artesanal completavam a renda familiar, geralmente escassa, e amenizavam as dificuldades da sobrevivência diária.

Para compreender o cotidiano de comunidades que vivem das atividades artesanais, é preciso estar atento a peculiaridades e condições sócio-históricas. No caso das rendeiras da Prainha, estar atento às peculiaridades é, sobretudo, mergulhar no dia-a-dia delas para perceber como vivem, trabalham, experimentam e vivenciam as relações sociais e, assim, entender como e porque decisões são tomadas e caminhos são escolhidos.

Para seguir os caminhos escolhidos, superar dificuldades e entraves, como queda nas vendas, falta de turistas, concorrência com outros pólos artesanais e conflitos internos, as rendeiras da Prainha organizaram-se em Associação.

Considerar o campo de possibilidades apresentado às rendeiras antes e durante a institucionalização do trabalho por elas exercido na qualidade de associadas é perceber a inquietude dessas mulheres frente à falta de qualificação e

²⁰⁷ PEREIRA, José Carlos da costa... *op. cit.* .p.21

à conquista efetiva de um conhecimento específico e necessário à superação dos problemas de ordem social e econômico.

Na busca por qualificação, as rendeiras procuram sanar questões de cunho social, a exemplo dos conflitos internos que impossibilitavam o espírito cooperativista (uma ordem prevista pela Associação), e os de caráter econômico constatados na ausência dos compradores e concorrência com outros pólos artesanais.

As palavras da Dona Dica fornecem informações sobre queda nas vendas.

Naquela época (início das atividades no Centro em 1979) era boa, tinha muito turista, a gente vendia bastante, mas hoje, não tem mais turista não. Hoje tem em todo canto (lugar para vende renda de bilros). Na época que nós, que aqui foi fundado, não tinha em canto nenhum, esse foi o primeiro. Aí depois daqui fizeram no Iguape, depois do Iguape, na Tapera começaram a vender, depois da Tapera botaram na Beira-Mar, aí você sabe? Quando só tem um canto tem muita venda, né?²⁰⁸

Quando Dona Dica fala da queda nas vendas, relaciona-a à falta de turista na Prainha, uma vez que a proliferação de centros artesanais afastou os compradores do Centro das Rendeiras. A relação entre Prainha, Centro das Rendeiras e turista, percebida na narrativa acima, reflete ambigüidade. O turista, antes qualificado como “invasor”, responsável pela descaracterização da comunidade, pela construção de mansões à beira da praia, com costumes e hábitos diferentes e “estranhos”, representava, agora, personagem principal nas vendas internas do Centro das Rendeiras e o elo com o mercado externo.

No final da década de 1980, a ampliação dos pólos de venda artesanais em todo o Ceará, os conflitos internos e as brigas²⁰⁹, inclusive presenciadas por turistas, e a escassez de recursos financeiros promoveram uma queda acentuada nas vendas, e o Centro das Rendeiras da Prainha conheceu momentos difíceis. Os conflitos, parcialmente responsáveis pela desestruturação e a desunião do grupo de rendeiras que comercializavam no Centro, marcam as

²⁰⁸ Entrevista com a rendeira Dica, em 18 de fevereiro de 2003.

²⁰⁹ Na maioria das narrativas que realizei na comunidade da Prainha, ouvir relatos de brigas sérias, inclusive com ameaças explícitas, que ocorreram no Centro logo após a sua construção. Algumas dessas brigas entre as rendeiras foram presenciadas pelos turistas, o que para muitos delas justificou, em parte, o comprometimento da imagem do Centro e o afastamento do turista.

disputas por espaço de trabalho e por liderança. Marca também e, notadamente, um momento caracterizado pela concorrência e por “atropelo”²¹⁰ na corrida por compradores, bem como o afastamento do apoio técnico-administrativo experimentado por elas no momento da conquista do espaço de trabalho, o que comprometeu o espírito coletivo de quando o Centro das Rendeiras foi criado.

Vender e manter as vendas implica obedecer a uma ordem que exigia das rendeiras espaço, infra-estrutura, habilidades com os turistas, assim como a resolução dos conflitos interpessoais.

O impacto gerado na rotina das artesãs proporcionado pela conquista do espaço físico do trabalho, Centro das Rendeiras é refletido no papel social exercido por elas na comunidade. Este espaço é carregado de peso simbólico, porque sugere alterações comportamentais e de apresentação social. O primeiro indica aproximação da mulher-mãe com as regras do trabalho fora de casa, o segundo, por sua vez, confere a esta mulher o *status* de “profissional da renda”.

No afã de conquistar vendas imediatas, envolvidas pela crença do turista endinheirado, as rendeiras envolveram-se em situações de disputas e intrigas internas pela atenção dos compradores, pouco ou nada refletiram acerca da importância da infra-estrutura e da qualificação profissional, fundamentais para a manutenção da clientela e dos ganhos.

As narrativas abaixo nos permitem perceber um pouco dessa realidade e da inversão de valor relacionado ao turista, elemento fundamental na vida do Centro. Para a rendeira Auristela, o cenário comercial da Prainha era o seguinte: [O] *Ônibus encostava em frente às barracas. Era muita gente, apuremo muito dinheiro*²¹¹. A rendeira Santa completa: *Ali [centro] era muito bom, vinha muito turista. O que mais nós precisa ali é turista pra comprar o trabaio da gente.*²¹²

Por fim a rendeira Elizabete ressalta a importância dos turistas para a vida comercial do Centro afirmando: *“A gente quer que melhore, traga os turista, que é muito pouco.”*²¹³

²¹⁰ Durante as entrevistas e as conversas informais essa expressão “atropelo” surgia como que justificando alguns conflitos que, segundo a maioria delas deixaram uma marca, uma nódoa na imagem do Centro. Algumas se sentiam atropeladas por suas companheiras na hora de vender seus produtos, e muitas vezes perdiam a venda.

²¹¹ Entrevista com a rendeira Auristela realizada em sua casa no dia 14 de janeiro de 2003.

²¹² Entrevista com a rendeira Santa, realizada em sua casa no dia 26 de novembro de 2005.

²¹³ Entrevista realizada com a rendeira Elizabete no quiosque em que trabalha, no dia 25 de novembro de 2005. Ao falar da arte de fazer o papelão, segundo ela aprendida sozinha, a partir de reprodução e adaptação de papelões antigos, bem como de cópias retiradas de desenhos, sua

Apesar de o Centro das Rendeiras da Prainha, apresentar-se como espaço de organização do trabalho dos artesãos da comunidade, os mecanismos de organização e reorganização do trabalho dessas mulheres remontam ao tempo de suas mães e avós, quando elas se reuniam em grupos para confeccionar e vender seus produtos.

Organização e/ou costume salientado na fala rendeira Auristela *“eu ia trabalhar com minha prima, em frente à casa, trabalhava junta”*²¹⁴, e reforçado pelas palavras da rendeira Firmina; *“o pessoal vendia na praia, botava tudo na caixinha e ia vender na praia”*²¹⁵ Assim, os produtos em renda de bilros confeccionados ao longo da semana, em meio às atividades domésticas, bem como suas vendas, não se constituía numa tarefa solitária.

A Central de Artesanato Luiza Távora, já atuava neste setor junto às rendeiras da Prainha, desde 1981, quando de sua criação. Era propósito da CEART dar apoio, gerenciar e desenvolver políticas de melhoramento dos produtos comercializados no Centro. De modo geral, as políticas de assistências desenvolvidas justificavam-se, em particular por seu envolvimento com as atividades artesanais no Estado, e tinham como propósito final a qualificação dos produtos disponibilizados ao promissor mercado turístico do momento.

A CEART - Central de Artesanato Luiza Távora, inaugurada no final de 1980, era uma edificação toda construída em carnaubeira, abrangendo além das lojas, um restaurante de “comidas típicas” e oficinas onde os artesões podiam trabalhar na produção e comercialização de suas peças.

A exemplo do Centro das Rendeiras, construído em 1979, a CEART²¹⁶ era uma construção rústica e artesanal, cuja estrutura de carnaubeira comprometida por cupins, necessitava de reforma geral. Em sua nova estrutura, o restaurante foi substituído por um espaço de vendas e nas antigas lojas funcionam a administração, o setor de cadastro para novos artesãos, oficinas, inclusive para

narrativa é acrescida do orgulho em sua voz e em seus gestos, quando mostra as balsas, as roupas e as rendas produzidas com papelões de sua autoria.

²¹⁴ Entrevista realizada com a rendeira Auristela, em 14 de janeiro de 2003.

²¹⁵ Entrevista com a rendeira Firmina, em 26 de novembro de 2005.

²¹⁶ Muitas dessas informações foram colhidas na CEART durante visitas realizadas, e em conversa com as rendeiras que participavam de palestras, cursos e oficinas realizadas pelos técnicos deste órgão. Para um melhor detalhamento sobre a estrutura antiga e nova da CEART ver: FLEURY, Catherine Arruda Ellwanger. *op.cit.* p. 188

demonstração ao vivo das habilidades dos interessados em ter seus produtos expostos na CEART²¹⁷, e um espaço para reunião, cursos e oficinas.

A conquista do espaço de trabalho e todas as implicações peculiares às atividades desenvolvidas em grupo, bem como o contato direto com o turista, impuseram às rendeiras da Prainha um aprendizado adquirido à custa da convivência diária e da busca pela qualificação. Os cursos, oficinas e palestras ministradas pela CEART apresentavam-se, pois como possibilidade de qualificação, diversidade, novidade, conquistas, obrigações e respeito aos artefatos em renda e às relações interpessoais.

O setor de comercialização e de design da CEART mantém funcionários treinados e encarregados de contactarem com artesões, quando houver necessidade de orientação. É também da responsabilidade desse setor os cursos, oficinas e palestras que são ministradas nos centros artesanais que mantém relações comerciais com a CEART.

A narrativa da rendeira Olenir esclarece um pouco sobre as ações desse setor e das intervenções desses técnicos, o que caracterizava segundo ela a diferença nas peças produzidas sob essa orientação.

Nós tamos criando agora, entende? Um grupo de produção, para produzir um trabalho especial para a CEART, Porque agora nós fizemos tipo um projeto piloto né? Fizemos um curso que tinha vinte e cinco artesãs. Quando terminou, só terminou vinte e três, das vinte e três, eu acho que no máximo dez estão produzindo do jeito que a Ceart quer, que é um padrão de qualidade, cor, medida, design né?”²¹⁸

Entretanto, as artesãs da Prainha, detentoras do saber fazer renda e da autonomia no modo de trabalhar, impuseram resistência em se adequar à política de trabalho da CEART. A resistência era manifestada ao tipo de capacitação (modelos, cores, padrões e tamanhos), e ao sistema de comercialização (regime de consignação), incompatível com a fragilidade econômica do grupo. As ações comerciais do Centro voltaram-se para o mercado local, cuja clientela é formada basicamente por banhistas de fins-de-semana e por turistas hóspedes do complexo hoteleiro circunvizinho. Adotaram esta postura contrária aos interesses da CEART porque, embora estivessem inseridas na perspectiva capitalista e seus produtos expostos no mercado de troca, os ganhos

²¹⁷ A nova sede da CEART funciona no mesmo local, na Avenida Santos Dumont, 1589, Aldeota.

²¹⁸ Entrevista com a rendeira Olenir, em 25 de novembro de 2005.

diários eram utilizados para suprir as necessidades imediatas de suas famílias. A rendeira Zenaide fala dessa realidade.

A CEART às vez até ajuda a gente aqui, só que pra gente trabalhar com a CEART não dá certo, porque custa muito o dinheiro vim para nossa mão. Hoje a gente vai na bodega e compra um quilo de frango de três reais e sessenta centavos, quando for amanhã ele tá de quatro reais, e a gente bota os trabalhos na CEART, quando é um mês é que chega dinheiro, então não dá certo pra nós aqui.²¹⁹

Algumas questões podem ser discutidas diante da entrevista da rendeira Zenaide. Ao falar do preço do frango e da demora do dinheiro chegar às suas mãos, ela nos põe em frente a pelo menos dois problemas enfrentados pela maioria dos trabalhadores: o processo inflacionário no país e a desvalorização da moeda, que atinge em especial as camadas mais carentes da população.

Somada a essa desvalorização monetária, podemos perceber também uma obstinação em manter o costume de ir à “bodega” todos os dias, rotina própria das pequenas comunidades. Costume que se caracteriza como uma resistência em se adequar aos moldes de comercialização da CEART.

A rendeira Olenir contra-argumenta com suas companheiras, ressaltando o modo de trabalhar da CEART.

A CEART trabalha em consignação né? Nós deixamos o produto, só que não deixamos de produzir, são as rendeiras que não se acostumam com o jeito da CEART. Elas querem assim: na hora que entregar o produto, receber. Elas não sabem que aqueles produtos, mesmo que sejam vendidos na hora que chega lá, vai pra uma conta grande, a conta do Estado. Depois daquela conta grande, vai pagando os órgãos tudinho, e quando vem para CEART a parte dela, ela vai ainda passar um cheque pra os artesãos. É isso que elas não se acostumam.²²⁰

“Não se acostumar com o jeito da Ceart trabalhar”, como afirma a rendeira Olenir, suscita resistência a não perder a autonomia da sistemática de produção, e, principalmente, não perder o controle do que ganha e gasta diariamente, uma vez que a realidade das rendeiras da Prainha não condizia com a

²¹⁹ Entrevista com a rendeira Zenaide, em 18 de fevereiro de 2003.

²²⁰ Entrevista com a rendeira Olenir, em 25 de novembro de 2005.

lógica mercadológica. Produzir, chegar ao produto final, vendê-lo, lucrar e respeitar custos e benefícios, etapas próprias da dialética do mercado não combinavam com as condições materiais das artesãs da renda. Responsáveis pelo complemento e/ou sustento da família, essas mulheres viviam e vivem dos ganhos diários, o que impossibilitavam manter seus produtos parados sobre os balcões das lojas da CEART, em regime de consignação.

Ouvindo as falas das rendeiras, conversando com elas, observando e participando de diálogos e ações travadas no espaço de trabalho e no próprio cotidiano, pude perceber contradições no posicionamento resistente e/ou de rejeição às relações comerciais delas com a CEART.

A CEART, ao mesmo tempo que significava apoio financeiro em forma de cursos, oficinas e palestras, cujos objetivos eram qualificar as rendeiras, garantindo, a qualidade dos produtos comercializados nos quiosques, ajudá-las na administração de seus trabalhos e nas relações pessoais, como afirma a rendeira Helena *“tinha cursos, teve cursos, teve muitos cursos. Teve cursos de relações humanas, teve muito curso mesmo, de administração,”*²²¹ por outro lado, fazia imposições que resultavam em perda da autonomia quanto o que produzir e o tempo de produção e a invasão de novos modelos e cores que desagradavam à maioria das rendeiras.

Esta rejeição em trabalhar nos moldes da CEART, a queda nas vendas, os desentendimentos internos e a falta de apoio institucional levaram as rendeiras, no fim da década de 1980, a se unirem e se organizarem para salvaguardar a estabilidade do trabalho, os benefícios da profissão e protegerem-se da concorrência. Dessa forma, viabilizando apoio financeiro e objetivando ampliar e melhorar as condições de trabalho, elas criaram a Associação das Rendeiras da Prainha.

No dia primeiro de novembro de 1989, dez anos após a construção do Centro, as rendeiras reuniram-se no Centro das Rendeiras da Prainha – Aquiraz, com a finalidade de fundarem *“uma entidade, com personalidade jurídica própria, filantrópica, sem fins lucrativos, objetivando unir os esforços das rendeiras que atuam nesta área de Aquiraz”*²²². Participaram dessa solenidade quarenta e nove rendeiras associadas, ocasião em que foi lido o termo abaixo transcrito:

²²¹ Entrevista com a rendeira Maria Helena, em 25 de novembro de 2005.

²²² Ata de fundação da Associação das Rendeiras da Prainha. Folha 1

TERMO DE ABERTURA DO LIVRO DE ATAS

Serve o presente livro, com 200(duzentas) folhas tipograficamente numeradas e de 01 a 200(um a duzentos), para fim de registrar a presença dos sócios fundadores da Associação das Rendeiras da Prainha, para lavrar a ata da Assembléia de Fundação, bem como as atas das reuniões ordinárias extraordinárias da Associação, cuja Diretoria Provisória será presidida pelo membro abaixo assinado.

Fortaleza, 1º de novembro de 1989

Raimunda de Sousa Cunha
Presidente da Comissão Provisória²²³

A certidão de registro da Associação das rendeiras da Prainha esclarece a finalidade de sua criação.

A Associação das Rendeiras da Prainha é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e fórum na cidade de Aquiraz, fundada em 1º de novembro de 1989. Tendo por finalidade a promoção humana através de aprimoramento, coordenação, proteção e divulgação do artesanato regional desenvolver atividades sociais, culturais e de trabalho com valorização da pessoa humana como um todo; bem como realizar atividades que possibilitem o aprendizado, o aprimoramento do artesanato através de cursos, escolas, exposição, festas ou quaisquer outras iniciativas. É administrada por uma Diretoria e um Conselho Fiscal, cabendo ao presidente a representação ativa, passiva, judicial e extrajudicial com relação a terceiros.²²⁴

A rendeira Raimunda de Sousa Cunha, conhecida na comunidade como D. Dica, foi a responsável direta pela criação da Associação das Rendeiras da Prainha, tornando-se em seguida, a primeira presidente.

A primeira presidente fui eu, fui eu que fundei. Teve primeira a dos pescadores (Associação). A dos pescador começou mais ou menos em 86,

²²³ A rendeira Raimunda de Sousa Cunha, assim com o restante da diretoria só poderia tomar posse oficialmente após termino do processo de fundação da Associação, constituindo-se nesse momento como Comissão Provisória.

²²⁴ Certidão de registro da Associação das Rendeiras da Prainha. Essa certidão consta no Livro A do Registro de Pessoas Jurídicas desta Comarca, folha 105, número de ordem 98. Cartório Florêncio, 2º Ofício, Aquiraz-Ce. Alcione Martins Florêncio era a tabeliã oficial do registro de imóveis e de títulos e documentos da comarca e cidade de Aquiraz.

aí as rendeiras queriam ser sócias dos pescador, mas não era certo, rendeira ser sócia da Associação dos pescador. Aí eu disse 'vou fazer essa Associação'. Aí umas dizia que eu não fazia. Aí eu conheci uma senhora, ela era empregada da LBA, o nome dela era até Ilka, em Fortaleza, lá onde era a LBA, na Piedade, hoje não é mais. Aí ela disse que eu podia ir que ela tinha uma conhecida que ia mandar me ajudar, que era a Dona Terezinha da LBA, aí eu lutei e fiz sozinha. Aí as rendeiras tinha carterinha de artesãs e pagava cinquenta centavos por mês, era a caixinha.²²⁵

No entanto, é relevante citar a participação da rendeira Maria Cleide, afilhada da Dona Dica, como colaboradora direta nesse processo de legalização da categoria.

Entrei aqui já tinha o Centro. Nós duas (refere-se a ela e Dona Dica) fizemos mungunzá. Logo quando chegou uma senhora amiga dela mandando nós fazer uma associação, porque de primeiro era só líder. Aí uma senhora amiga dela disse que era melhor fazer uma associação, pra ter os recursos, pra vim os recursos. Aí ela foi, ela me convidou pra nós fazer muncunzar. Aí a gente fazia o muncunzar, vendia e ela juntava o dinheiro pra poder passar os papel no cartório né? Precisa de dinheiro, essas coisas tudo precisa de dinheiro, e eu sempre ajudei ela. Aí nós fomos fazer a associação e eu era a tesoureira.²²⁶

A LBA (Legião Brasileira de Assistência), era um dos órgãos que fomentava as atividades artesanais. A FUNSESCE desenvolveu pesquisas e cursos de treinamentos destinados à gerência de cooperativas. Os recursos financeiros chegavam, portanto, de vários órgãos, e entre eles estava a LBA. Em 1979, ano de criação do Centro das Rendeiras da Prainha, a ajuda financeira da LBA representou 2,9%²²⁷ do total das arrecadações.

No ano seguinte, em 1980, a LBA novamente entrou com recursos financeiros para apoiar os projetos da FUNSESCE, para criar novas cooperativas a partir de núcleos artesanais existentes e, entre eles, o Centro das Rendeiras. Para este ano o fomento destinado pela LBA às atividades artesanais no Ceará, representou 5,4% do total arrecadado.

Embora a Associação das Rendeiras da Prainha tenha sido criada com o apoio de uma funcionária da LBA, e este órgão participasse dos fomentos às

²²⁵ Entrevista com a rendeira Dica, em 18 de fevereiro de 2003.

²²⁶ Entrevista com a rendeira Maria Cleide, em 30 de setembro de 2006.

²²⁷ Para ver mais sobre esses órgãos que fomentava as atividades artesanais no Ceará e sobre esses dados percentuais ver: *O Artesanato Nordeste: características e problemática atual. op. cit* , p.121,122

atividades artesanais no estado, sua atuação era indireta, não havendo, portanto, nenhuma intervenção na organização, no funcionamento e nos gastos iniciais com a legalização desse espaço de trabalho.

Por ser o Centro das Rendeiras da Prainha uma experiência pioneira de organização das atividades artesanais no Ceará, constituiu-se, pois, numa porta aberta às ações da FUNSESCE no apoio à legalização da atividade dessas artesãs.

Para entender a participação das rendeiras Raimunda de Sousa Cunha e Maria Cleide no processo de criação da Associação das Rendeiras da Prainha, é necessário relacionar as ações de ambas a um conjunto de acontecimentos favoráveis: a existência da Associação dos Pescadores, a queda nas vendas, a falta de apoio institucional, a desorganização interna, o que levou ao afastamento do turista, e a “coincidência” do encontro e do “conselho” da funcionária da LBA, amiga da rendeira Dica.

A Associação das Rendeiras inaugurou, portanto, para as artesãs da comunidade da Prainha, um tempo político. Amparadas legalmente, elas passaram a reivindicar ajuda financeira para o melhoramento das instalações do Centro, para compra de linha, matéria-prima básica para o trabalho com renda, para projetos e cursos. Inaugurou, também, um tempo de disputas acirradas pelo espaço de trabalho e pela liderança do Centro e da Associação.

A legalização da categoria das rendeiras por intermédio da Associação, era instrumento pelo qual tornou legítima as suas reivindicações. Trouxe também alterações na administração do Centro e nas responsabilidades atribuídas à presidente. A substituição da líder pela presidente foi significativa da valorização e das disputas políticas pelo espaço de trabalho, das obrigações e dos compromissos assumidos à frente de uma Associação, cujo objetivo era transformar as feições domésticas do Centro num espaço das ações e das conquistas das trabalhadoras da renda.

Sobre a ação de Dona Dica na criação da Associação, afirma a rendeira Elizete.

Em 1989 foi criado a Associação e tudo foi legalizado. A Associação, ela entrou como um suporte para buscar o que era legal para as rendeiras né? A gente sentiu necessidade de criar a Associação, por conta dessas coisas que aconteciam. A gente ficava meio que no suspense, a gente não sabia

que tava hoje aqui, e amanhã talvez não, então a gente sentiu a necessidade de criar a Associação das Rendeiras. E te digo que isso tudo veio mais da parte de uma rendeira chamada Raimunda de Sousa, é a Dona Dica. Ela trabalhou, e ela praticamente sozinha, ou totalmente sozinha, ela procurou e conseguiu. Aí eu já estava aqui e sou uma das sócias fundadoras da Associação²²⁸

Dentre essas “coisas que aconteciam”, como fala a rendeira Elizete, foi uma disputa provocada pela Prefeitura de Aquiraz envolvendo os comerciantes e rendeiras da Prainha, quanto à ocupação dos quiosques do Centro das Rendeiras em sistema de rodízio. Este fato fez nascer o temor pela perda do espaço de trabalho e influenciou na criação da Associação das Rendeiras como medida para resguardar o direito exclusivo de uso e ocupação daquele espaço.

Para a rendeira Olenir a Associação nasceu com a responsabilidade de administrar os conflitos internos, responder juridicamente pelo grupo, além de buscar parcerias, incentivos e cursos que viabilizassem a melhoria dos trabalhos comercializados no Centro.

Com a necessidade de liderança né? Para administrar os conflitos, e até porque pra necessidade de angariar alguma coisa e pra ter força, nós criamos a Associação, pra ser uma entidade, como se diz, de cunho jurídico né? Que tivesse a oportunidade de arranjar a implantação de uma organização melhor, pra que as rendeiras ficassem agrupadas, então nós criamos a Associação. Foi essa a necessidade, e com isso as rendeiras se sustentam, ajudam seus maridos, seus filhos.²²⁹

Frente à fragilidade do poder da líder do Centro anterior à Associação, que, na maioria das vezes só fazia o que as rendeiras queriam e não o que era melhor para o grupo, ela justifica:

A função da presidente tem mais encargos né? Porque a líder são coisas simples, não tinha, você não respondia juridicamente pela Associação. Na Associação você tem que responder pelo grupo, pela Associação juridicamente.²³⁰

Por outro lado, a rendeira Elizete completa:

²²⁸ Entrevista com a rendeira Elizete, em 26 de novembro 2005.

²²⁹ Entrevista com a rendeira Olenir, em 25 de novembro de 2005.

²³⁰ Idem.

Quando era a líder, a líder, ela mandava entre aspas, ela dirigia entre aspas, porque na realidade a líder só fazia na maioria das vezes o que as rendeiras queriam. E com a Associação continua a mesma coisa, mas só que a presidente tem que ter mais pulso para frear certas atitudes das rendeiras em prol do bem de todas, porque se isso não for feito, aí pra que serve a Associação né?²³¹

Após a criação da Associação, os recursos financeiros começaram a fluir com maior frequência, justificando seu objetivo principal, qual seja, angariar fundos, criar parcerias, fazer projetos que viabilizassem, desde a melhoria da estrutura física do Centro, até o retorno dos turistas e o aumento nas vendas.

A fundadora da Associação Dona Dica, nos fala das suas primeiras ações como presidente.

Existe a Associação prá projeto, fazer projeto. Aí não tinha aonde colocar os bancos, nem as almofadas, nem as caixas, aí colocava no banheiro, aí quando ia lavar o banheiro jogava os bancos e quebrava né? Aí, a primeira coisa que eu fiz com três meses de Associação, já tudo certo, tudo legalizado foi esse quartinho ali. Eu fui lá na Ceart e eles lá deram um projeto de cento e cinquenta cruzeiros, e fizemos aquele quartinho. Aí depois, um ano, eu recebi outro projeto para fazer as reformas dessas colunas, que não era coluna assim, era carnaúba. Aí eu recebi outro projeto para reforma dos quiosques todinho, aí depois ainda veio outro para terminar de fazer a praça.²³²

A atuação da presidente, assim como a própria Associação sugere mudanças no comportamento das rendeiras, na organização do trabalho, na busca de apoio institucional, no compromisso delas com a atividade desenvolvida pelo grupo e a preocupação com o espaço de trabalho, que a partir desse momento adquire um significado especial.

Assim, a criação de projetos, a construção do “quartinho”, a reforma nos quiosques e a construção da praça, representaram, pois, ações de uma diretoria que aos poucos vai adquirindo experiência, para administrar o espaço de trabalho, numa perspectiva de vê-lo se desenvolver e assim promover o crescimento e o reconhecimento da categoria.

²³¹ Entrevista com a rendeira Elizete, em 26 de novembro de 2005.

²³² Entrevista com a rendeira Dica, em 18 de fevereiro de 2003.

A partir de 1989, com a criação da Associação, o Centro das Rendeiras da Prainha passou a ser administrado por uma diretoria composta pela: presidente, vice-presidente, primeira-secretária, segunda-secretária, primeira-tesoureira e segunda-tesoureira, para o mandato de dois anos. Ao final desse período é convocada nova assembléia geral ordinária para a escolha, por votação pessoal e secreta de nova diretoria, podendo a presidente ser reeleita, dependendo de suas realizações e do bom relacionamento com as associadas.

Essas eleições eram registradas em atas, e algumas delas presidida por uma funcionária da CEART. A presença dessa funcionária justificava-se pela necessidade de um controle maior no momento da apuração, visto que, em algumas eleições para a escolha da nova diretoria houve falhas na contagem dos votos, ou seja, não coincidiam com a quantidade de assinaturas das rendeiras votantes.

As atas eram escritas manualmente e contavam com as assinaturas da nova diretoria, do conselho fiscal e de todas as rendeiras associadas que participaram do processo eleitoral.

A eleição da diretoria para o biênio 1999 a 2000 diferenciou-se das demais. Normalmente só duas rendeiras disputavam o cargo de presidente, mas naquele ano apresentaram-se quatro candidatas, o que já indicava uma crescente disputa política pelo espaço.

A partir daquela eleição mais mudanças ocorreram no processo de escolha da diretoria da Associação. A escolha para presidente, cargo superior da Diretoria assemelhava-se a campanhas eleitorais, com panfletos, promessas, compromissos assumidos e histórias que denegriam a imagem da adversária. Um exemplo disto foi a última, realizada em 2004, na qual se envolveram-se até políticos vinculados à prefeitura de Aquiraz.

A eleição de 2004 foi, porque, embora já existisse no Centro das Rendeiras uma disputa declarada pelo poder, naquela ocasião ficaram esclarecidas a abrangência e a proporção do pleito. Segundo relatos das rendeiras, foi uma disputa eleitoral propriamente dita. Além de promessas e de envolvimento de pessoas externas ao Centro, houve distribuição de panfletos, cujo conteúdo era carregado de ameaças intimidadoras.

O momento atual no Centro das Rendeiras caracteriza-se por um impasse entre a diretoria da Associação, representada na pessoa da presidente, a

rendeira Elizete, e o poder público em Aquiraz, representado pela prefeita do município. Ao Centro das Rendeiras, foram destinados recursos financeiros provenientes do Governo Federal, para uma reforma geral nos quiosques. Para a maioria das rendeiras, esses recursos significavam melhoria na infra-estrutura e a possibilidade do retorno dos turistas.

No entanto, na perspectiva da prefeita de Aquiraz, para que esses recursos chegassem à Associação, o terreno onde está construído o Centro, até então não documentado, necessitava ser reconhecido como terreno da prefeitura. Por outro lado, segundo em informações colhidas pelas rendeiras junto ao patrimônio da União²³³, o terreno do Centro pode ser registrado em nome da Associação, o que lhes trariam maior autonomia quanto à administração do espaço de trabalho e barraria consequentemente a interferência de qualquer órgão externo.

Buscando essa autonomia, a rendeira Elizete, atual presidente da Associação, representa o grupo de rendeiras que comercializam no Centro, e suas atribuições vão além dos cuidados, da manutenção e da busca de parcerias. Entre suas atribuições podemos citar:

- a) Supervisionar e auxiliar no desenvolvimento das atividades das artesãs do Centro e o atendimento as normas deste regimento.
- b) Manter a ordem e o bom relacionamento entre as artesãs ocupantes dos quiosques do Centro.
- c) Articular-se com a Central de Artesanato do Ceará – CEART para resolução de problemas referentes a produção e comercialização de artesanato.
- d) Articular-se com as artesãs para a resolução de problemas pessoais que estejam interferindo no desenvolvimento e as atividades do Centro das Rendeiras.
- e) Fornecer a CEART as informações referentes as atividades do centro.
- f) Solicitar e acompanhar a orientação dos técnicos da CEART ou de outros órgãos interessados.
- g) Acompanhar, auxiliar e controlar a participação das artesãs do Centro em atividade de promoção de vendas.
- h) Realizar outras atividades de comercialização e de desenvolvimento do artesanato.²³⁴

²³³ Em respeito à decisão da rendeira Elizete, atual presidente da Associação das Rendeiras da Prainha, não foram gravados trechos das entrevistas realizadas nos dias 26 de novembro de 2005 e 30 de setembro de 2006. Trechos importantes que tratam do impasse enfrentado pelo grupo de rendeiras, na luta pela posse do terreno onde o Centro está construído. Procurando garantir seus direitos, elas entraram em contato com o Patrimônio da União, de onde obtiveram informações decisivas e preciosas para o futuro do espaço de trabalho delas. Segundo resposta do Patrimônio da União, o terreno onde o Centro foi construído há 27 anos pode ser registrado em nome da Associação das Rendeiras da Prainha.

²³⁴ Regime Interno do Centro das Rendeiras. Capítulo II. Da Administração do Centro. Art. 3º.

Há empenho da presidente e de toda a diretoria em cumprir as determinações acima listadas. No entanto, o individualismo, a indisciplina, a resistência em se adequar à cultura cooperativista, bem como as dificuldades em mudar hábitos e costumes adquiridos ao longo da vida, provocam entraves e muitas vezes, desestabilizam e desestruturam pontos fundamentais da administração do Centro.

O Estatuto de fundação da Associação das Rendeiras da Prainha determinava: a finalidade, sua administração, as obrigações e compromissos dos membros da diretoria e de todas as associadas, e também os direitos, deveres e poderes da presidente como: convocar assembléia geral ordinária e extraordinária²³⁵, e também o conselho administrativo e conselho fiscal²³⁶.

O Conselho Fiscal foi criado com o objetivo de se reunir há cada três meses para apresentar as contas e fiscalizar as ações da diretoria. No entanto, dependendo das atividades diárias e das desconfianças das rendeiras quanto às contas, esse Conselho pode ser convocado a qualquer hora. Isso acontecia, sobretudo, quando o Centro recebia cursos, pois era necessária uma maior fiscalização do material usado e não usado, das peças produzidas, das rendeiras envolvidas e dos ganhos provenientes da produção. As peças produzidas durante os cursos eram vendidas e os lucros, a exemplo das sobras de material, eram divididos entre as rendeiras participantes. Era de competência do Conselho Fiscal:

Fiscalizar as despesas realizadas pela Diretoria; convocar a Diretoria para apresentar as contas e o balanço anual da entidade; emitir parecer sobre contas e o balanço apresentado pela Diretoria; convocar a Assembléia Geral sempre que houver dúvidas sobre contas apresentadas pela Diretoria ou que esta se negue a prestar os esclarecimentos solicitados e devidos.²³⁷

O Estatuto determinava que as decisões que envolvessem o grupo deveriam ser tomadas em Assembléias, com a participação da maioria; e ainda que o mandato da presidente seria de dois anos, podendo ser reeleita se fizesse um bom trabalho. Assim afirma a rendeira Elizete:

²³⁵ A Assembléia Geral Ordinária era convocada para eleger a nova diretoria a cada dois anos e a Assembléia Extraordinária para votação aberta sobre assuntos gerais.

²³⁶ O Conselho Fiscal composto por três membros efetivos e três suplentes, é eleito em Assembléia Geral, concomitantemente com a Diretoria para o mandato de dois anos.

²³⁷ Estatuto da Associação das Rendeiras da Prainha. Capítulo VI – Do Conselho Fiscal. Artigo 26.p. 05

Faz-se assembléia. Tudo a gente decide em assembléia. A proposta da Associação é fazer de comum acordo com a maioria, que é a assembléia geral, né? Quando a gente não consegue na Ordinária, vem uma Extraordinária e isso envolve todas as rendeiras né, no processo. Só é tomado certos tipos de atitudes com a aprovação da maioria.²³⁸

De acordo com o depoimento acima, a Diretoria procurava respeitar as especificidades que permeiam o universo da cultura cooperativista, respeitando a decisão da maioria e pondo em prática o que realmente seria melhor para o grupo.

Para eleger a nova diretoria e esta tomar posse era preciso a presença de mais de 50% das rendeiras associadas, podendo votar as que não comercializava no Centro. A rendeira Elizabete, por exemplo, por muito tempo não comercializou pessoalmente no Centro. Apenas levava seus produtos para ser vendidos por sua mãe. O espaço que hoje ela ocupa foi “herança” materna. Mesmo assim sempre participou do processo decisório no Centro: *“Participei, todas que tem (eleição) eu participo, sempre fui sócia. Quando eu não estava aqui, eu era sócia, eu vinha votar.”*

Baseado no Estatuto de Fundação da Associação foi criado o Regime Interno do Centro, que deveria obedecer aos preceitos do Estatuto. Segundo esse regime, o objetivo básico do Centro das Rendeiras da Prainha era concentrar as rendeiras em um determinado local onde elas pudessem: *“Produzir renda de bilro, demonstrar ao vivo a realização de seu trabalho, expor as peças artesanais de sua autoria, vender as peças artesanais de sua autoria diretamente ao consumidor.”*²³⁹

A partir da criação do Regime Interno, o Centro como uma instituição legalizada, tomou para si a responsabilidade de fazer cumprir os objetivos pelos quais foi instituído. A finalidade era tornar o espaço de trabalho um ambiente onde florescessem a cultura da renda, o companheirismo, as relações pessoais e o respeito mútuo.

No entanto, a ata da Assembléia para a aprovação do novo Regime Interno²⁴⁰, realizada em 10 de junho de 2002, na gestão da presidente Francisca

²³⁸ Entrevista com a rendeira Elizete, em 26 de novembro de 2005.

²³⁹ Regime Interno da Associação das Rendeiras da Prainha. Capítulo I – Da Finalidade.

²⁴⁰ A documentação da Associação das Rendeiras da Prainha fica sempre aos cuidados da diretoria. Quando iniciei a pesquisa, a presidente em exercício era a rendeira Zenaide Moisés de Sousa, responsável por uma parte significativa das fontes as quais tive acesso. No entanto, com relação ao Regime Interno do Centro ficou uma lacuna; e o antigo Regime Interno? Uma vez que a Associação

Olenir, é sugestiva da ineficácia do anterior, uma vez que o fechamento dessa ata afirma: *“com a aprovação do novo regimento interno esperamos que a Associação encontre o desenvolvimento comercial e o caminho da fraternidade e da paz”*.²⁴¹ Essas palavras de encerramento sugerem que a Centro enfrentava problemas financeiros, conflitos e desavenças internas que comprometiam o ganho monetário e o bom relacionamento do grupo. Segundo esta ata *“diariamente participam do cenário interno do Centro no máximo de trinta e cinco a quarenta artesãs da exposição nos quiosques”*.²⁴²

O novo Regime Interno instituído e aprovado pela maioria das rendeiras associadas é composto de sete capítulos que tratam respectivamente: “da finalidade do Centro”; “da administração”; “da ocupação dos quiosques”; “da produção artesanal”; “da venda do produto artesanal”; “do afastamento das artesãs ocupantes dos quiosques” e “das disposições gerais”. Segundo esse regime, a administração do Centro passa a ser feito através do Conselho Administrativo da Associação das Rendeiras da Prainha.

Os capítulos que compõem o Regime Interno²⁴³ foram pensados na perspectiva de que, articulados entre si, dessem conta da administração do universo da renda de bilros produzida e comercializada no espaço do Centro das Rendeiras.

foi criada em 1989, e o novo regime interno foi aprovado somente em 2002, o Centro por treze anos foi regido sob as normas do antigo regime. Como comparar antigo e novo regime, como perceber as mudanças e com quais propósitos elas foram articuladas não pude responder, visto que não tive acesso a essa documentação. O período de eleição e de substituição de Diretoria no Centro constitui-se, em sua maioria, momentos de conflitos, desentendimentos e disputas pessoais, o que pode suscitar perdas, descasos e omissão no momento de repassar às mãos da nova diretoria a documentação da Associação.

²⁴¹ Ata da segunda chamada para a aprovação do Regime Interno do Centro das Rendeiras da Prainha. Essa aprovação somente aconteceu numa segunda tentativa, pois, na primeira Assembléia convocada para tal propósito, não compareceram rendeiras suficientes para efetivar a votação.

²⁴² Idem.

²⁴³ A pesquisa histórica, se comparada a uma aventura é testemunha de momentos inesquecíveis e hilários. Entrar em contato com a documentação da Associação foi relativamente fácil, difícil foi tirar as cópias. Primeiro porque na Prainha não existia nenhuma máquina de xérox (hoje já tem), sendo necessário se deslocar até Aquiraz. Segundo, porque a Dona Zenaide, presidente e responsável pela documentação não podia deixar que eu sozinha levasse esses documentos. Essa atitude suscitaria fofoca e críticas por parte de suas companheiras, e ela pretendia ser reeleita à presidência da Associação. Para resolver esse impasse, ela marcou o dia e a hora e foi comigo à Aquiraz, levando ela própria os livros para que eu pudesse tirar as tão sonhadas cópias. A situação, de cuidado e de “medo” por parte dela causou-se em determinado momento um mal estar, como se eu estivesse fazendo algo ilegal e a qualquer momento fosse descoberta. Em contato com essa documentação pude perceber entre seus capítulos, artigos, parágrafos e linhas, uma tentativa de resolver as desavenças e os conflitos internos, que estavam refletindo nas vendas por elas promovidas.

O primeiro capítulo, que trata da finalidade, não deixa espaço para nenhuma outra artesã, senão rendeiras. Estas deveriam produzir e comercializar seus produtos prioritariamente no Centro, salvo os momentos das idas às feiras e eventos fora da comunidade. Essa atitude possibilitaria a essas mulheres uma maior autonomia sobre os seus produtos e um relativo afastamento da figura do atravessador.

A administração do Centro explicitado no capítulo dois, trata da normatização do trabalho, da postura, do comportamento e dos relacionamentos internos e externos. Trata, também, da possibilidade concreta de ampliação dos conhecimentos e dos espaços de atuação das artesãs, através de cursos, feiras e eventos fora do universo da Prainha. Assim como, também determina a relação direta do Centro com a CERAT “*para resolver problemas pessoais que estejam interferindo no desenvolvimento e as atividades do Centro das Rendeiras*”.²⁴⁴ Além disso, prever que as rendeiras considerem a “*orientação dos técnicos da CEART ou de outros órgãos interessados*”²⁴⁵ em assistir as atividades do Centro.

As exigências para dispor um dos quiosques, ressaltado no terceiro capítulo, são claras e objetivas. As rendeiras deveriam, portanto, preencher requisitos considerados indispensáveis como:

Fazer renda de bilro, ser portadora da carteira de artesã emitida pela CEART, ser residente na comunidade da Prainha município de Aquiraz, não ter acesso a nenhum local de exposição e venda de artesanato na Prainha, ser associada e estar em dia com suas obrigações com a Associação das Rendeiras da Prainha²⁴⁶.

Essas exigências protegiam as rendeiras da comunidade e valorizavam como artesãs. Por outro lado, impunham a elas limitações, fidelidades e compromissos como, por exemplo, o ingresso aos quiosques estava condicionado ao período considerado de baixa estação, que compreendem os meses de fevereiro a junho e de agosto a novembro. Estava condicionado, também, ao consentimento do Conselho Administrativo e ao limite da capacidade de cada quiosque, como afirma a rendeira Elizete: “*nós temos nosso regime interno, a alta e a baixa estação, e pra que ela (rendeira) entre no Centro das*

²⁴⁴ Regime Interno do Centro das Rendeiras da Prainha. Capítulo II - Da Administração do Centro. Arti. 3º item D.

²⁴⁵ Idem. Item F.

²⁴⁶ Regime Interno do Centro das Rendeiras da Prainha. Capítulo III – Da Ocupação dos Quiosques.

Rendeiras, mesmo sendo sócia, tem que entrar na baixa estação”.²⁴⁷ Para o ingresso nos quiosques não havia necessidade de pagamento, uma vez que todas as associadas possuem carteira de artesão e pagam o valor de um real por mês.

Ao relatar sua entrada no Centro, a rendeira Elizabete reafirma as exigências das quais nos fala sua companheira:

Eu me associei, aí quando passou mais ou menos um ano, aí a presidente disse que quando eu fosse entrar era na época da baixa estação né? Tinha que esperar a baixa estação pra eu poder entrar, aí eu entrei.²⁴⁸

Essas determinações e/ou exigência, nada inocentes e despreziosas, mostram como o Centro estava em sintonia com o universo do turismo, caracterizado pela alta estação, momento em que a Prainha, assim como todo o litoral cearense, recebiam e recebem muitos visitantes. Dessa forma, as rendeiras mais antigas, representadas pela diretoria da Associação, vetavam a entrada de novas artesãs nesse período, pois significava concorrência e quedas em suas vendas.

O Centro das Rendeiras da Prainha é, por excelência, um espaço de produção e venda de produtos artesanais. Logo, peças de origem industrial não podem ser comercializadas nesse espaço. Essa determinação sugere, portanto, a preservação das características do espaço de trabalho das artesãs, bem como a preservação da cultura da renda.

O Regime Interno é, sem dúvida alguma, um instrumento de organização e disciplinamento do trabalho e das relações pessoais e sociais das artesãs da renda que comercializam no Centro. No entanto, as determinações, as cobranças, os limites e as punições que passeiam pelos seus capítulos e artigos são passíveis de infrações, desobediências e interpretações. Possivelmente essas infrações e/ou desobediências são próprias do universo das redes de solidariedades desenvolvidas por essas mulheres, representativo do modo de vida de muitas comunidades pequenas.

O artigo oito do capítulo cinco que trata das vendas do produto artesanal afirma: “*os produtos expostos à venda nos quiosques do Centro das*

²⁴⁷ Entrevista com a rendeira Elizete, em 26 de novembro de 2005.

²⁴⁸ Entrevista com a rendeira Elizabete, em 25 de novembro de 2005.

*Rendeiras Luiza Távora deverão ser de autoria das ocupantes dos mesmos e demais associados.*²⁴⁹

Dialogando com essa fala, a rendeira Zenaide afirma:

Nós temos um grupo de bordadeiras, digamos lá de Aquiraz né? Aquele grupo de bordadeira, ela borda o ponto “X”, ela vem aqui, traz as peças sobe? A gente ajuda, dá linha, às vezes dá a fazenda, elas fazem aqueles trabalhos. Quando não é assim, elas traz os produtos delas e dá pra gente vender. O preço que a gente vende, só tira a comissão de 10%, que a gente dá o bugueiro.²⁵⁰

É possível perceber na narrativa acima, o modo de vida, a solidariedade e o companheirismo burlando as normas, resistindo à normatização e à organização social do trabalho. Por trás desse companheirismo e solidariedade pode haver interesse no ganho monetário e na diversificação dos produtos oferecidos nos quiosques. Interesse que não necessariamente desqualifica o modo de vida característico de pequenas comunidades, onde as trocas, os favores, os empréstimos e os apadrinhamentos compõem as cores de uma aquarela peculiar e diferente dos quadros representativos das grandes cidades.

O capítulo seis que trata do afastamento das artesãs ocupantes dos quiosques é outro exemplo de interpretações e/ou resistências das rendeiras em se adequar às normatizações peculiares ao universo do trabalho organizado. Desde a criação do Centro, em 1979, não foi registrado o afastamento de nenhuma artesã dos quiosques. Foi registrada, sim, a entrada de novas associadas, a troca de lugares de mães para filhas e de avós para netas. Essa realidade é representativa da tolerância, do respeito às individualidades e da tentativa de resolver conflitos internos, evitando assim a expulsão ou as punições mais severas.

Os artigos décimo terceiro e décimo quarto do capítulo final do Regime Interno são sugestivos de análise, principalmente porque revelam possibilidades múltiplas de apropriação pelas artesãs. O artigo décimo terceiro diz:

²⁴⁹ Regime Interno do Centro das Rendeiras da Prainha. Capítulo V - Da Venda do Produto Artesanal.

²⁵⁰ Entrevista com a rendeira Zenaide, em 18 de fevereiro de 2003.

*“O Centro das Rendeiras Luiza Távora será aberto ao público das 9:00 hs às 17:00hs de segunda a domingo, inclusive feriado”.*²⁵¹

Embora o Regime Interno seja sugestivo de sistematização e rigor ao horário de trabalho, na prática, as rendeiras “impõem” ou têm liberdade de fazerem seus próprios horários. Horários estes ditados muitas vezes pelos afazeres domésticos e os cuidados com os filhos. No entanto, elas não devem ausentar-se do Centro por mais de três dias, sem uma justificativa ou sem mandar uma amiga ou parenta para ocupar o seu lugar no quiosque. Não sendo cumprida essas exigências há possibilidade de ser considerada abandono, o que possibilitaria a entrada de uma nova associada e um processo de espera pelo período da baixa estação para o seu retorno.

As exigências contidas no artigo décimo quarto referentes aos uniformes e crachás, assemelhando-se a um código de postura, a rigor nunca foram cumpridos, basta chegar a quiosques e vê-las trajando roupas comuns, às vezes surradas pelo tempo e sem nenhuma identificação. As Marias, as Helenas, as Franciscas, e tantas outras que ocupam o espaço do Centro, são conhecidas como rendeiras da Prainha há mais de trinta anos e, possivelmente, acham desnecessária uma identificação pendurada em suas roupas. Muito embora a identificação por meio de crachás é considerada pelo Regime Interno como um recurso relevante nas relações comerciais rendeiras *versus* turistas.

Compõe, também, do regime interno a prestação de contas feita pela diretoria, cujo conselho fiscal se responsabilizava em verificar se tudo estava de acordo com as normas estabelecidas. Essas prestações de contas eram geralmente sobre a venda de linhas, arrecadações da caixinha, o pagamento da associação e a limpeza do Centro.

As atas consultadas, notadamente àquelas que tratam das prestações de conta sobre a linha, revelam lacunas e imprecisões sobre o envolvimento do Centro no fornecimento e comercialização dessa matéria-prima imprescindível ao processo de feitura da renda, junto às rendeiras do Centro e da comunidade²⁵². Essas imprecisões referem-se também ao término dessa atividade, visto que na

²⁵¹ Regime Interno. Capítulo VII – Das Disposições Gerais.

²⁵² Essa decisão de vender a linha também para as rendeiras da comunidade que não comercializavam no centro está registrada na ata do dia 14 de novembro de 1990.

atualidade essa prática não é percebida no cotidiano das atividades das rendeiras no Centro.

O governo, não lembro se era [FUNSESCE], porque eu não sei ler. Eu sei que eu recebi um projeto, aí fomos ajeitar as barracas, aí eu trabalhava com a linha. Nesse tempo não era Associação, era líder no centro. Eu trabalhava com a linha três anos e seis meses. Eu fui líder nesse centro. Então eu fui ser líder. Recebi um pouco de dinheiro e de lá pra cá eu vinha trabalhando. Eu recebi o dinheiro pra comprar linha e vual prá fazer camisola. Eu vendia (linha) as mesmas rendeiras do centro e algumas lá de fora, mas aqui mesmo da Prainha. Então deixava o nome delas, o dia que era pra pagar, aí com o dinheiro comprava mais linha. Digamos, se eu vendesse hoje dois quilos de linha, amanhã eu ia comprar os dois quilos novamente, e aí eu ia levando minha vida²⁵³

A fala da rendeira Enedina revela que a atuação do centro na comercialização da linha se dá antes da criação da Associação, portanto, antes da legalização da categoria. Mesmo não lembrando do órgão responsável pela ajuda em dinheiro que elas recebiam a rendeira Enedina sabe que veio do governo e sabe também, da importância dessa ajuda no dia-a-dia delas como trabalhadoras.

Essa comercialização no Centro era importante por vários motivos, entre eles, a possibilidade de comprar fiado quando elas não tivessem dinheiro; a falta de uma loja nos arredores que vendesse a linha; a autonomia do centro, que podendo comprar em quantidade, negociava, preço e qualidade e o capital de giro que essa atividade proporcionou ao Centro e posteriormente à Associação.

Corroborando a narrativa da rendeira Enedina e ressaltando sua importante participação no processo de comercialização da linha no Centro, declara a rendeira Elizete:

Isso foi antes da Associação, mas eu não tenho bem lembrança, mas eu acredito que ela [linha] tenha vindo até Associação né, que veio por mãos da Enedina, que foi a pessoa que mais, é.... fez com que essa linha, é continuasse. Veio o projeto, da FUNSESCE, a fundo perdido né, que vinha o projeto, a gente ganhava o material. Nunca vinha em espécie, vinha em matéria-prima, aí a gente ganhava, mas não tinha que pagar. A gente vendia a linha e ficava como se fosse um capital de giro da Associação, que infelizmente não foi pra frente.²⁵⁴

²⁵³ Entrevista com a rendeira Enedina, em 30 de setembro de 2006.

²⁵⁴ Entrevista com a rendeira Elizete, em 30 de setembro de 2006.

A rendeira Cleide completa:

Já existia essa linha aqui. A tesoureira tomava de conta da linha, mas também tinha outras rendeiras. Essa linha foi uma doação do fundo perdido do Governo Federal, aí a gente vendia e comprava de novo. Quando a gente tava com o estoque já pouco, aí aquele dinheiro que tava junto, comprava outras pra nunca morrer né?²⁵⁵

A linha que chegava por intermédio de projetos governamentais transformou-se em capital de giro, acompanhou e assistiu o processo de legitimação da categoria com a criação da Associação das Rendeiras da Prainha e testemunhou um capítulo na vida do Centro pontuado por desavenças, desconfianças e conflitos. Capítulo que se encerra com descompromissos e perdas exemplificadas pela rendeira Enedina quando diz: *“hoje nós procura um cabelo de linha pra comprar aqui no centro, não tem”*.²⁵⁶

Sobre o fim da comercialização da linha no Centro das Rendeiras afirma a rendeira Elizete:

A linha deixou se der vendida. Na época, era a fundo perdido, a gente não ia ter que pagar (a linha), então na mentalidade de muitas rendeiras era: cada uma tinha que ficar com a sua parte. Então teve muito prejuízo, porque muita gente comprou e não pagou. Aconteciam muitas brigas, até que foi decidido numa reunião que tinha que acabar com a linha sabe? Por motivo que fez gente chorar, fez gente sair daqui e não voltar sabe? Então acharam todo mundo por bem, de comum acordo que devia que ser rachado, nem que cada uma ganhasse um novelo de linha, mas aquela linha tinha que ser rachada. Então foi um doce engano, porque no final é, todo mundo ganhou linha, mas que não colocaram nada prá frente. A linha acabou realmente por conta da ambição.²⁵⁷

Como se vê, o fim da comercialização da linha no Centro demonstra despreparo das rendeiras em relação à cultura cooperativista, ou “talvez” inocência em não perceber a importância em o grupo administrar essa matéria-prima, cujo objetivo era gerar dinheiro que seria convertido novamente em linha para o uso de todas (na Associação). Perpassa, em particular, pela atitude individualista tomada por algumas rendeiras e principalmente pela falta de um apoio técnico-

²⁵⁵ Entrevista com a rendeira Maria Cleide, em 30 de setembro de 2006.

²⁵⁶ Entrevista com a rendeira Enedina, em 30 de setembro de 2006.

²⁵⁷ Entrevista com a rendeira Elizete, em 30 de setembro de 2006.

administrativo²⁵⁸ dos responsáveis pelas verbas a fundo perdido disponibilizadas pelo Governo Federal.

Com base nessas atas pudemos perceber certa indisciplina, talvez resistências, por parte de algumas rendeiras em cumprir as determinações tomadas nas reuniões e logo registradas. Um exemplo é a ata de sete de janeiro de 1991, que definia e determinava punições como:

Quem não lavar o banheiro no dia, fica 8 dias de suspensão; quem ficar 6 meses fora do Centro só poderá retornar nos períodos de inscrição (Março e Agosto); quem não pagar a caixinha e a Associação fica fora do centro; a taxa da associação e caixinha será R\$ 20,00; a rendeira que agredir a outra terá uma suspensão de 15 dias; retorno de uma rendeira ausente ao centro. Ficou discutido que se ela sai não terá mais volta.²⁵⁹

Nessas reuniões, além de prestar conta, elas discutiam também sobre projetos e cursos que o Centro recebia. Um exemplo, é a ata da assembléia extraordinária de novembro de 2001, em que as rendeiras receberam os técnicos do IBRAES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Tecnológico, Educacional e Associativo). O objetivo desta visita era repassar às rendeiras informações sobre o Projeto de Desenvolvimento de Gestão Solidária e Coletiva²⁶⁰, da qual a Associação das Rendeiras da Prainha foi contemplada com um financiamento de recursos para a compra de matéria-prima (linha e tecido). No entanto para receber esses financiamentos, as artesãs deveriam estar cumprindo as determinações da Assembléia Geral, de novembro de 2000. Entre essas determinações constavam uso do uniforme, etiquetas, embalagens etc.

Cumprir destacar que as atas, em geral contêm informações variadas acerca dos procedimentos do Centro das Rendeiras. Atas, por sua vez, paginadas em livro pautado, e escritas manualmente por associadas (quando no exercício de secretária), e assinadas pela presidente em exercício. Anote-se, a propósito, que as atas correspondentes aos anos de 1990 a 1992 obedecem as características acima citadas. Muito embora, a ata de 1989 dedicada à institucionalização da

²⁵⁸ Acerca desse assunto, seria fundamental o acompanhamento de profissionais como: assistente social, psicólogos, técnicos em relações humanas, turismólogo etc.

²⁵⁹ Ata de reunião do dia sete de janeiro e 1991

²⁶⁰ Esse projeto fazia parte de um seminário promovido pelo Banco do Nordeste.

Associação, encontre-se datilografada e autenticada no Cartório Florêncio, 2º ofício de Aquiraz – Ceará, autenticada em 09 de agosto de 2004.

A ata que registrou a assembléia extraordinária de novembro de 2001 evidencia as ações da Ceart e da IBRAES objetivando organizar, sistematizar e padronizar os trabalhos produzidos no Centro das Rendeiras. Entre os assuntos discutidos estavam:

Padronização dos produtos, utilização de etiquetas de identificação dos produtos, adoção de embalagens, uniformes e crachás, exposição e confecção de novos produtos artesanais no Centro das Rendeiras, contribuição mensal, crianças no horário de trabalho, participação em reuniões mensais etc.²⁶¹

Poucas dessas determinações foram cumpridas pelas rendeiras. Basta chegar aos quiosques para vê-las sem uniformes e sem crachás, bem como a presença de criança no Centro. Tudo isto leva-nos a pensar se realmente esse apoio financeiro chegou às mãos da Diretoria da Associação²⁶².

Com ou sem esses recursos financeiros, o certo é que a criação da Associação das Rendeiras da Prainha foi uma tentativa de melhorar o desenvolvimento comercial do Centro, diversificar e qualificar os produtos oferecidos nos quiosques, e revitalizar as vendas. As parcerias foram importantes estratégias utilizadas pelas rendeiras, pois representavam possibilidades concretas e imediatas de vendas. Assim afirma a rendeira Olenir:

O que a gente tem que fazer para superar as quedas nas vendas e o pouco turista? Parcerias, diálogos com pessoas, diálogos com entidades, diálogos com associações né? Então nós criamos uma parceria com os bugueiros. Essa parceria não foi nem assinada em cartório, ela foi só feita verbalmente. Redigimos um termo só como modelo, mas não chegamos a assinar, e essa parceria rende até hoje, mesmo não tendo sido assinada. Eles vão pra praia, traz o turista até aqui.²⁶³

²⁶¹ Ata de Assembléia Geral Extraordinária de 11 de novembro de 2000.

²⁶² Se elas tiveram ou não acesso a esse financiamento ficará uma interrogação, visto não ter tido acesso às atas das assembléias realizadas após essa data, com razão de desentendimentos internos, no processo de substituição da Diretoria.

²⁶³ Entrevista com a rendeira Olenir, em 25 de novembro de 2006.

Diferente do atravessador, que comprava os produtos diretamente das rendeiras e os revendiam com grande margem de lucro, estes integram o contingente dos “novos” personagens sociais que vão surgindo e/ou ganhando visibilidade no ambiente de comercialização da renda e do turismo de sol e mar.

Apesar de ser bem aceita esta parceria e os bugueiros serem responsáveis por parcela significativa das vendas, a ação deles propicia uma rede de beneficiamentos às rendeiras pertencentes às famílias deles gerando intrigas, conflitos e quebra da unicidade a que o Centro se propõe.

As palavras de Tânia esclarecem um pouco sobre o papel dos bugueiros. *“Outra questão hoje em dia é o bugueiro, a comissão. Há um monopólio. O filho da rendeira que trabalha lá com os bugueiros (dizem) ‘tem que ir pra tal barraca’ entendeu? O turista fica concentrado só numa barraca.”*²⁶⁴

A comissão da qual Tânia fala é um valor que o bugueiro recebe das ocupantes dos quiosques por cada peça vendida. Não raro aconteciam atritos entre as rendeiras e os bugueiros quanto ao valor a ser pago. Nem sempre elas respeitavam o valor estipulado, por outro lado os bugueiros às vezes queriam além do combinado.

Outra parceria que vem se desenvolvendo entre as rendeiras envolve os barraqueiros que comercializam na orla marítima da Prainha. Essas parcerias caracterizam-se por certo distanciamento, pois, diferentemente do bugueiro que levam os turistas para os quiosques, os donos das barracas indicam aos freqüentadores onde e o que encontrar do artesanato local. Nesta parceria existem também beneficiamentos, preferências e relações de amizade entre os barraqueiros e as rendeiras que têm filhos ou filhas trabalhando nas barracas.

O que mudou na vida e na atividade artesanal das rendeiras da comunidade da Prainha após a organização social do trabalho através da Associação, e como as intervenções das políticas institucionais e as parcerias contribuíram para o crescimento e a valorização do trabalho delas, são indagações que este estudo não poderá responder.

A ampliação comercial que favoreceu o processo de mercantilização não só dos produtos, mas das próprias relações sociais entre as rendeiras, não significou a longo prazo melhorias nas condições de vida e na sobrevivência

²⁶⁴ Entrevista com Tânia, em 22 de março de 2003.

dessas artesãs, uma vez que elas estão entre os setores menos favorecidos da classe trabalhadora cearense, e não têm sequer o direito a aposentadoria, seja por tempo de serviço, seja por invalidez, visto que o trabalho minucioso dessas artesãs provoca perda da visão e problemas de coluna e de articulação. Portanto, o reconhecimento social do trabalho delas como cidadãs está distante do prestígio cultural que a “mulher rendeira cearense” adquiriu.

Muito embora não seja perceptível a expressão cidadania no dizer cotidiano das rendeiras, suas práticas apontam para procura de valorização dos direitos com o fim de resguardar conquistas e, ao mesmo tempo, conservá-las. Ter a Associação como fruto da prática cidadã e mantê-la sólida implica em constante superação de problemas e de necessidades comuns ao exercício do ser rendeira

Em meio às ações e reivindicações, aos desejos e conflitos, as rendeiras da Prainha descobriram que a cultura política seria o caminho indicado à consolidação e manutenção do espaço, fundamental à prática do fazer renda e do ser rendeira. Essa prática vai além do espaço físico e do valor do trabalho, a exemplo da rendeira Zenaide, membro da Associação dos Moradores da Prainha, que organizou e arrecadou na comunidade patrocínios para realizar um projeto que visa manter a cultura do Reisado, cujo objetivo é informar e divulgar a história do reisado e criar um grupo que represente e divulgue a Prainha: fato que alude os usos políticos demarcados no Centro das Rendeiras da Prainha.

Reivindicar e cumprir obrigações implica na execução da lógica cidadã. Uma lógica, acrescente-se, nem sempre acessível às comunidades distantes da instrução formal. Entretanto, ressalte-se, a educação formal não é sinônimo de esclarecimento ou estímulo às mudanças. No caso das rendeiras da Prainha, o que indicou o suporte para concretização da cidadania foi a inquietude que as caracteriza: mulheres-mães que perceberam na possibilidade da mudança o fio condutor necessário à abertura de horizontes e à ampliação de perspectivas.

FONTES

JORNAIS:

Diário do Nordeste.

- **Caderno Regional, primeira página. 13 de fevereiro de 2001**
- **Caderno Cidade, p. 24. 15 de outubro de 1995.**
- **Caderno Turismo, p. 04. 07 de julho de 2000.**

O Povo.

- **Caderno Turismo. 28 de agosto de 1994.**
- **Caderno Turismo. 05 de julho de 2001.**

OUTRAS FONTES

II PLAMEG – Pano de Metas do Governo Virgílio Távora (1979-1983).

Textos coletados no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Estatuto de fundação da Associação das Rendeiras da Prainha

Regime Interno do Centro das Rendeiras

Atas das Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Associação das Rendeiras da Prainha

Livro de registro diário das atividades do Centro das Rendeiras

ENTREVISTAS

- 1.1 Paulo Horácio de Brito (“poeta Amor” – 07 de janeiro de 2003)**
- 1.2 Francisco de Sales Almeida – (07 de janeiro de 2003)**
- 1.3 José Pereira de Oliveira – (14 de janeiro de 2003)**
- 1.4 Auristela da Costa Oliveira – (14 de janeiro de 2003)**

- 1.5 Zenaide Moisés de Sousa – (14 de janeiro e 18 de fevereiro de 2003)**
- 1.6 Maria Estela Carvalho de Almeida – (18 de fevereiro de 2003)**
- 1.7 Raimunda de Sousa Cunha (Dona Dica) – (18 de fevereiro de 2003)**
- 1.8 Tânia Moisés de Sousa – (22 de março de 2003)**
- 1.9 Francisca Olenir da Silva Vieira – (25 de novembro de 2005)**
- 1.10 Elizabete de Castro – (25 de novembro de 2005)**
- 1.11 Maria Helena Caetano Ferreira – (25 de novembro de 2005)**
- 1.12 Maria Firmina Brito de Sousa – (26 de novembro de 2005)**
- 1.13 Elizete Caetano Ferreira – (26 de novembro de 2005 e 30 de setembro de 2006)**
- 1.14 Maria Cunha Henrique (Dona Santa) – (26 de novembro de 2005)**
- 1.15 Enedina Carneiro – (30 de setembro de 2006)**
- 1.16 Maria Cleide dos Santos da Costa – (30 de setembro de 2006)**

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

ENTREVISTA Nº. 01 – Paulo Horácio de Brito

O poeta e pescador Paulo Horácio de Brito nasceu na Prainha. Filho de Horário Marcelino de Brito, pescador, e de Rita de Paulo Brito, rendeira e costureira. Membro de uma das maiores famílias da Prainha, tinha nove irmãos, dos quais todos os homens eram pescadores e as mulheres rendeiras. Católico praticante, o Sr. Paulo de Brito, conhecido na comunidade da Prainha como poeta “Amor”, fala com carinho e saudades das sextas-feiras em que acompanhava a mãe à missa. Casou-se aos dezessete anos com Maria Firmino de Brito, rendeira. Dessa união nasceram doze filhos, porém nenhum seguiu a profissão do pai. Homem simples de mente privilegiada, só lamenta não ter conseguido dar estudo aos filhos. Retrata em seus versos a Prainha de ontem e de hoje, sua vida pacata, as festinhas à luz de lamparina, as rodas de conversas. Estas boas lembranças misturam-se e

diluem-se em meio às dificuldades que os pescadores enfrentavam no mar. Época de muito trabalho e pouca comida. As mudanças, a invasão dos turistas, o progresso chegando e obrigando o pescador a abandonar o mar para tornar-se caseiro das mansões são fatos lembrados com tristeza.

ENTREVISTA Nº. 02– Francisco de Sales Almeida

Francisco de Sales Almeida, pescador, nasceu na Prainha. Filho de Isaías de Almeida, fabricante de jangada, e de Francisca Ferreira, rendeira. Foi criado pelos avós maternos, Matias dos Anjos, pescador, e Laura dos Anjos, rendeira. Deles recebeu a influência protestante da Assembléia de Deus e o incentivo para os estudos (cursou até a 6ª série). De uma família numerosa, aprendeu o ofício da pesca aos quinze anos, ensinado pelo avô materno. Desde então, ajudava no sustento da casa. Os seus irmãos pouco estudaram. Alguns são pescadores e outras são rendeiras. Num convívio familiar harmonioso, o Sr. Sales passou a infância e juventude na Prainha. Dividia seu tempo com a pesca, os amigos e os bazares de rádio promovidos pelo Sr. Damião, antigo comerciante da comunidade da Prainha. Casou-se com Maria Estela, rendeira. Dessa união nasceram doze filhos. Foi do mar que tirou o sustento da família. Dos seus filhos, somente dois herdaram a profissão do pai. O trabalho de sua esposa no *Centro das Rendeiras* e suas ausências em casa não eram motivos para brigas e desentendimentos. Atualmente com sessenta e seis anos, o Mestre Sales, como é chamado, continua pescando. Divide seu tempo entre a Associação dos Pescadores, do qual é presidente, a família, o mar e a igreja. Relembra com saudade a Prainha de ontem. Fala da vida sofrida dos pescadores, das mudanças, das novas técnicas tomando o lugar da pesca artesanal.

ENTREVISTA Nº 03 – José Pereira de Oliveira

José Pereira de Oliveira, pescador, nasceu na Prainha. Filho de Alexandre de Oliveira, pescador, e de Maria Edvirges Oliveira, rendeira. De uma família de dez irmãos, aos quatorze anos, por necessidade abandonou os estudos para se tornar pescador. Educou os filhos com o dinheiro da pesca, porém incentivou-os a ter

outras profissões. Inicia sua vida de casado numa casinha à beira mar, porém sempre contou com a ajuda de sua esposa, a senhora Auristela, rendeira desde os sete anos. Além de fazer renda, ela criava galinha, vendia ovos e flores e pescava para aumentar o orçamento doméstico. O Sr. Oliveira deixa claro o respeito e a admiração que tem pelo trabalho da esposa, embora reclame suas ausências. Sem constrangimentos, afirma que em muitos momentos ela ganhou mais dinheiro do que ele. Os trinta e cinco anos de pescaria são lembrados com emoção e tristeza. As dificuldades, os acidentes, o frio e a desvalorização do trabalho de pescador são motivos de dolorosas reclamações. De bom só restou a família dele, os amigos e o mar de onde tirou a sobrevivência. Católico, devoto de Nossa Senhora dos Navegantes, faz questão de acompanhar todo ano, no mês de novembro, a festa, as novenas, as quermesses, a procissão e a missa. Hoje aposentado por invalidez, o Sr. Oliveira resgatou uma brincadeira de criança: distrai-se e ganha uns trocados fazendo jangadinhas de piúba.

ENTREVISTA Nº 04 – Auristela da Costa Oliveira

Auristela da Costa Oliveira, rendeira, nasceu no Sítio Tapera, localidade da Prainha. Filha natural de Silvestre Vidal de Araújo, agricultor, e de Maria José da Costa, rendeira. Sua infância e juventude foram marcadas pelos passeios, compras e divertimentos na Prainha. Aprendeu a fazer renda aos sete anos e com o que ganhava pagava suas despesas escolares. Ao casar-se com o Sr. Oliveira, pescador, mudou-se definitivamente para a Prainha. Com a obrigação de ajudar nas despesas domésticas, a criar e educar treze filhos, a rotina da Sra. Auristela era cansativa. Cuidava da casa, dos filhos, do marido e, nos intervalos dos afazeres domésticos, fazia renda durante toda a semana para vender na praia aos domingos, ou então, de porta em porta. Além disso, pescava, criava galinha, vendia ovos e flores. Lembra da Prainha com saudade. A vida calma, a sua casa à beira mar, as rodas de conversas, as paqueras, e os bazares de rádio que o Sr. Damião organizava. A construção do *Centro das Rendeiras*, em 1979, proporcionou melhoria de vida. Essa melhoria representou em alguns momentos ganhar mais dinheiro do que o marido. Porém, jamais incentivou suas filhas a herdarem sua profissão. Somente uma tornou-se rendeira e hoje ocupa seu lugar no *Centro*.

ENTREVISTA Nº 05 – Zenaide Moisés de Sousa

Zenaide Moisés de Sousa, rendeira, nasceu na Prainha. É filha de Francisco Rosa, pescador, e de Maria da Conceição Moisés, rendeira. O pai, católico pouco praticante, trabalhava na pesca para sustentar a família e o vício da bebida. A infância da Sra. Zenaide é marcada pelas imagens fortes das brigas e bebedeiras do pai. Aprendeu a fazer renda sozinha aos sete anos, catando coquinhos, numa brincadeira de criança. Conquistou o respeito da mãe e tornou-se a mais nova rendeira da família. Junto a esse aprendizado veio a responsabilidade de ajudar nas despesas da casa. Passou sua infância entre os trabalhos com a renda e as brincadeiras de roda, numa Prainha calma, sem energia que, segundo ela era dos pescadores. O marido, auxiliar de pedreiro, não assumiu o compromisso de ajudá-la na criação dos três filhos. Depois de casada continuou morando com a família. Ao todo eram vinte e três pessoas numa casa de três cômodos. Para sobreviver, a Sra. Zenaide trabalhou também como empregada doméstica e cozinheira. As melhorias na vida de sua família são atribuídas à criação do *Centro das Rendeiras*, do qual foi presidenta por oito anos. Além das melhorias que buscou para o Centro, trouxe também para a Prainha o Projeto Capacitação Solidária, um trabalho com adolescentes, que objetivava o resgate da cultura da renda entre os jovens. Como rendeira viajou para feiras e eventos em outros estados e países, divulgando e expandindo a renda cearense.

ENTREVISTA Nº 06 – Maria Estela Carvalho de Almeida

Maria Estela Carvalho de Almeida, rendeira, nasceu em Cascavel. Filha de Antônio José de Carvalho, agricultor, e de Maria Francisca da Silva Carvalho, chapeleira, que aprendeu a ser rendeira depois que se mudou para a Prainha, com a família, em 1950, aos cinco anos de idade, obrigada pela seca. Deparou-se com uma Prainha bem diferente da atual, “tímida”, sem energia nem vida noturna, de poucos habitantes com suas casa à beira do mar. Uma família numerosa. Muitas dificuldades. Tudo o que aprendeu foi a vida que ensinou. Nunca freqüentou escola. Aprendeu a fazer renda aos sete anos enquanto brincava com as amigas.

Sua mãe ajudou no aperfeiçoamento e finalização das peças. Fazia renda por encomenda ou simplesmente vendia a quem procurasse. Casa-se com o Sr. Sales, pescador, e dessa união nasceram quatorze filhos. Relembra das dificuldades, da casinha de palha em que morava. Fazia renda durante a semana entre os afazeres domésticos, e vendia aos domingos na praia ou então de porta em porta. Todo o dinheiro ganho com a renda gastava nas despesas da casa. Católica pouco praticante mantém um bom relacionamento com seu marido, evangélico fervoroso. Quando fala em melhoria de vida atribui à criação do *Centro das Rendeiras*. Foi daí que pôde reformar sua casa e colocar seus filhos para estudar.

ENTREVISTA Nº 07 – Raimunda de Sousa Cunha

Raimunda de Sousa Cunha (Dica), rendeira, nasceu na Prainha. Filha natural de Ermegildo da Câmara, agricultor, e de Maria Luíza de Sousa, rendeira. O descompromisso do pai, que tinha outra família, obrigou sua mãe a enfrentar o desafio de criar sozinhas as duas filhas. Aprendeu a fazer renda sozinha, ainda criança. Era a única opção de ganhar dinheiro. Passou sua infância e adolescência na Prainha, lembrada com saudade e carinho. Lugar pequeno de gente simples. As festinhas ao som da radiadora do Sr. Damião, a roda de conversas no fim da tarde, os bazares de rádio, melhor do que a Prainha de hoje. Casou-se aos dezoito anos com Edílson Caetano, pescador. Lembra das dificuldades de alimentar e educar dez filhos com o dinheiro da pesca e da renda. Católica, a Sra. Dica fala com alegria da festa da padroeira Nossa Senhora dos Navegantes. Neste período a Prainha se alegra e recebe muitos visitantes. A criação do *Centro das Rendeiras* representou uma grande melhoria de vida. Com lugar certo para vender seus produtos, o dinheiro chegava mais fácil e com isso pôde reformar a casa e contribuir mais efetivamente nas despesas domésticas. Após dez anos da criação do *Centro*, a Sra. Dica, juntamente com outras rendeiras e uma funcionária da LBA, fundaram a Associação das Rendeiras, que passou a desempenhar o papel de buscar recursos para realizar projetos que visassem a melhoria do *Centro* e, conseqüentemente, a melhoria na vida de todas as rendeiras. Foi a primeira presidente da Associação.

ENTREVISTA Nº 08 – Tânia Moisés de Sousa

Tânia Moisés de Sousa nasceu na Prainha. É filha e neta de rendeira e pescador. Cursou Pedagogia, com habilitação em Geografia e História pela UVA, em Aquiraz. Trabalha na Junta Militar fazendo os alistamentos e foi responsável pelo Censo 2000 de Aquiraz. Trabalhou no projeto de Capacitação Solidária realizado pelo *Centro das Rendeiras*, um trabalho pioneiro com jovens e adolescentes numa tentativa de resgatar a cultura local (renda de bilros) e registrar a trajetória de vida das rendeiras, as primeiras que lutaram pelo direito a trabalhar e ter uma profissão. Filha de Luiza Conceição Moisés, a primeira líder do *Centro das Rendeiras*, Tânia era uma das crianças que acompanhava a mãe ao local de trabalho. Discussões, brigas, conflitos, pedaços de histórias de vida foram presenciados por Tânia, na época com doze anos. Relembra da infância, das dificuldades e da perseverança de sua mãe que, sem companheiro, criou as filhas sozinhas com o dinheiro da renda. Fala da criação do *Centro* como um grande benefício, uma homenagem, uma valorização à dignidade das artesãs. O *Centro* trouxe, portanto, melhoria de vida, e também o início de novos conflitos e novas tensões, pelo fato da mulher passar a ter uma rotina de trabalho fora de casa. Mesmo envolvida com outros trabalhos e profissões, Tânia faz questão de estar na Prainha e participar da vida e da cultura da comunidade.. Procura participar de projetos que visam a valorização da mulher rendeira.

ENTREVISTA Nº 09 – Maria Firmina Brito de Sousa

Maria Firmina Brito de Sousa, rendeira, nasceu na Prainha. Filha de Horácio Marcelino de Brito, pescador. e de Rita de Paula Brito, rendeira. Além de ser rendeira, sua mãe era também bordadeira, costureira e fazia crochê. De família católica de nove irmãos, os homens tornaram-se pescadores, e as mulheres, rendeiras. Costumava ir à missa todos os domingos. Rezava o terço e participava da Irmandade do Coração de Jesus, indo toda primeira Sexta-Feira do mês à Igreja se confessar. Ao falar da infância, relembra das dificuldades e das muitas atividades desenvolvidas pela mãe para ajudar no orçamento doméstico. Essas lembranças misturam-se a outras como as brincadeiras de roda, de pega-pega, as

festas ao som do rádio e os bate-papos numa Prainha calma, de poucos moradores. Aprendeu a fazer renda aos dez anos ensinada pela mãe. Com o dinheiro ganho ajudava nas despesas da casa e comprava roupa nova para as festas de natal, de fim de ano e da padroeira da comunidade, Nossa Senhora dos Navegantes. Passou uma temporada morando em Fortaleza após seu casamento. Ao ficar viúva retorna para Prainha e desde 1985 tem seu lugar no Centro das Rendeiras.

ENTREVISTA N° 10 – Francisca Olenir Vieira

Francisca Olenir Vieira, nasceu na Prainha. Filha de pescador e de rendeira aprendeu o ofício da renda muito cedo, aos sete anos, e assim já ajudava no orçamento doméstico. Fala da Prainha como uma comunidade de rendeiras e de pescadores, ressaltando a importância da renda de bilros para o sustento da casa e da educação dos filhos. Com a obrigação de ajudar a criar quatro filhos, a Sra. Olenir não se intimidava com as cobranças do marido pedreiro, cuja renda não lhe permitia suprir as necessidades da família, o que o obrigava a aceitar a ajuda da esposa. Atribui melhoria à vida sacrificada das rendeiras à construção do Centro das Rendeiras em agosto de 1979. Cita também as melhorias trazidas pela a Associação das Rendeiras, com a vinda de cursos, projetos, parcerias e transformações pelas quais os trabalhos com renda vem passando. Segundo a rendeira Olenir, é *“preciso unir o moderno, para atender as exigências do mercado, com a cultura.”*

ENTREVISTA N° 11- Elizabete de Castro

Elizabete de Castro, rendeira, nasceu na Prainha. Filha de Francisco Soares de Castro, pescador, e de Maria de Castro, rendeira. Aprendeu a fazer renda aos onze anos vendo sua mãe trabalhar na almofada. Desde então comprava suas “coisinhas” de uso pessoal. Ao falar da Prainha da sua infância, relembra do bar do Sr. Leôncio, das brincadeiras, da vida calma, onde podia sair a qualquer hora, porque quase não tinha violência. Divorciada e com quatro filhos para criar, a Dona Elizabete trabalhava em casa e a sua mãe levava para vender no Centro das

Rendeiras. Só recentemente conquistou seu lugar no Centro. Entretanto, sempre participou da votação para presidente, visto que, é associada desde sua fundação. Essa situação, no entanto, não abrandava seus elogios e a sua certeza de que o Centro trouxe melhoria de vida para todas que sobrevivem do artesanato da renda.

ENTREVISTA N° 12 – Maria Helena Caetano Ferreira

Maria Helena Caetano Ferreira, rendeira, nasceu na Prainha. Filha de Raimundo Caetano, agricultor, e de Maria do Carmo Caetano, rendeira. Relembra a Prainha calma da sua infância, com poucas casas, de palha aterradas com barro, dos bazares de rádio, das dificuldades para estudar, das distâncias e da falta de energia. Aprendeu a fazer a renda com sete anos numa almofada feita de coco em meio as brincadeiras de criança. Aos oito anos já possuía sua própria almofadas e ganhava para ajudar em casa e a comprar seus “vestidinhos” e “chinelas”. Casou bem jovem e, a exemplo da mãe, que criou os filhos com a renda, contribuiu da mesma forma para ajudar na criação e educação dos filhos. Participou da criação do Centro das Rendeiras e, desde então, tem o seu lugar garantido. A venda antes realizada de porta em porta ou na orla marítima, requeria esforço físico das rendeiras: o Centro resolveu este problema e representou segundo sua opinião, melhoria para toda a comunidade.

ENTREVISTA N° 13 – Elizete Caetano Ferreira.

Elizete Caetano Ferreira, rendeira, nasceu na Prainha. Filha de Francisco Sobrinho Caetano, agricultor, e de Francisca Ferreira Caetano, rendeira. Família de onze irmãos, a Sra. Elizete fala da infância e das dificuldades de viver do artesanato. Lembra das brincadeiras de roda e das festinhas. Não esquece das dificuldades dos pais para alimentar os filhos, e dos dias em que ficaram sem comida por falta do peixe. Tudo isto impeziu que estudasse quando criança, fato que aconteceu só recentemente em 2002, através do supletivo 1° e 2° graus. Aprendeu a fazer renda aos oito anos olhando a mãe e a avó fazerem. Aos dez anos já possuía sua própria almofada e, a renda que produzia sua avó revendia. Entretanto, somente com quatorze anos assume a responsabilidade de ajudar no sustento da casa. Sem um companheiro, a Sra. Elizete cria sozinha seu filho e um sobrinho com o dinheiro

ganho com a renda de bilros. Acompanhou a construção do Centro e participou da inauguração, descrito por Elizete como um dia muito especial. Ficou guardado na memória: a grande festa, os discursos e os fogos de artifícios que anunciavam um novo tempo para as rendeiras da Prainha. Sócia-fundadora da Associação das Rendeiras e atual presidente do Centro, a Sra. Elizete fala da importância desse espaço para as mulheres artesãs da comunidade, e das dificuldades, próprias de qualquer administração.

ENTREVISTA Nº14 – Maria Cunha Henrique

Maria Henrique Cunha (Dona Santa), rendeira, nasceu na Prainha. Filha de Luiz Caetano da Cunha, pescador, e de Maria Gomes de Sousa, rendeira. Ressalta a inocência das brincadeiras e a tranquilidade da “Prainha antiga”, de poucas casas, sem energia onde “*se podia ir pra todo canto*”. De família numerosa de vinte e três irmãos, só sete se criaram, dos quais todas as mulheres são rendeiras, e os homens, pescadores. Aprendeu a fazer renda aos dez anos ensinada pela avó. O dinheiro ganho com as primeiras rendas ajudava em casa e comprava vestidos para as festas de fim de ano. Casou aos dezoito anos e enfrentou, numa casinha de palha, depois de taipa com o marido pescador, as dificuldades de criar seis filhos com o dinheiro da pesca e da renda. O trabalho com a renda permitiu-lhe realizar o sonho de possuir uma casa de alvenaria, fato que ocorreu há oito anos. Embora não tenha participado do processo de construção do Centro das Rendeiras, e só tenha se associado sete anos depois, a Dona Santa fala da importância que esse espaço de trabalho representou na vida de sua família e na construção da casa em que reside.

ENTREVISTA Nº 15 – ENEDINA CARNEIRO

Enedina Carneiro nasceu na Prainha, em 1939. Além de ser rendeira, é também, cozinheira. Filha do pescador, Raimundo Nonato Carneiro e da rendeira Maria Moisés do Nascimento. Aprendeu a fazer a renda de bilros desde os sete anos de idade e, a partir desse momento, já ajudava nas despesas da casa. Assim como muitas das companheiras, vendia seus produtos na orla marítima, com as caixas de

papelões na cabeça ou aos poucos revendedores locais. Participou ativamente do processo de construção do Centro das Rendeiras, do qual foi líder e responsável pela comercialização da linha, recebida em doação pelo Governo Federal. Atualmente com 67 anos de idade e 60 de profissão, continua a produzir seus artefatos e pode ser encontrada diariamente no quiosque que ocupa há 27 anos. Ora conversando e relembrando da infância na Prainha calma e tranqüila, de poucas casas, e de seus habitantes, pescadores e rendeiras, ora fazendo suas peças, à espera dos compradores, ela é testemunha da importância da cultura da renda para a sobrevivência das artesãs da comunidade.

ENTREVISTA Nº 16 – MARIA CLEIDE DOS SANTOS DA COSTA

Maria Cleide dos Santos da Costa nasceu na Prainha. Filha de Maria dos Santos da Cunha, rendeira e José Euclides da Cunha, pescador. Seguindo uma tradição familiar, aprendeu a fazer renda ainda criança, ajudando desde esse momento nas despesas da casa. Não participou do processo de criação do Centro das Rendeiras, porém comercializa nesse espaço há bastante tempo. Por outro lado, participou juntamente com a sua madrinha, a rendeira Raimunda de Sousa Cunha (Dona Dica), do processo de criação da Associação das Rendeiras da Prainha, inclusive fazendo mungunzá para vender e com o dinheiro registrar a papelada para legalização da categoria. A rendeira Maria Cleide foi oficialmente a primeira tesoureira da Associação das Rendeiras da Prainha e, por muito tempo, foi responsável pela comercialização da linha no espaço do Centro.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Luiz Sávio de. 'As ceramistas indígenas do São Francisco'. In: Revista Estudos Avançados. 17 (49). Alagoas, 2003.

ALMEIDA, Maria Isabel de. A 'Nova Maternidade: uma ilustração das ambigüidades do processo de modernização da família'. In: FIGUEIRA, Sérvulo (org). *Uma nova família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

ARAGÃO, Raimundo Batista. *História do Ceará*. 3ª ed. vol. 1, 1990.

_____. *História do Ceará - síntese didática*. 2ª ed. Vol. 5, 1997.

ARARIPE, Tristão de Alencar. *História da província do Ceará*. IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Mapa Municipal. vol. 4.

ARAUJO, Ângela M. (org). *Trabalho, Cultura e Cidadania: um balanço da história social brasileira*. São Paulo: Scritta, 1997.

ARAUJO, Clara e SCALAN, Celi (orgs). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

AZEVEDO LISBOA, Regina Maria e MALUF, Weidner Sônia (orgs). *Gênero, cultura e poder*. Florianópolis: Editoras Mulheres, 2004.

BARTHES, Roland e MARY, Eric. *Oral/ Escrito*. In: Enciclopédia Einaudi. Vol.11 Lisboa Suprema Nacional / casa da moeda, 1887.

BATALHA, Cláudio H. M. 'A Historiografia da Classe Operária no Brasil: Trajetórias e Tendências'. In: Freitas, Marcus Cezar de. (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, São Paulo, 1998.

_____, TEXEIRA, Silva Fernando Teixeira e FORTES, Alexandre (orgs). *Culturas de Classe: identidades e diversidades na formação do operariado*. Campinas-São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política – Ensaios sobre literatura e história da cultura*, São Paulo: brasiliense, 1994.

BERMAN, Marshall. *Aventuras no Marxismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BONATELLI, Maria José. *As Rendas*. Florianópolis: Faculdade Catarinense de Filosofia, 1956.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: 2ª edição. Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BRASIL, Tomaz Pompeu de Sousa. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. Edição fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. Tomos I e II. Coleção Biblioteca Básica Cearense, 1997.

BRESCIANI, Maria Stela M (org) *A mulher e o Espaço Público*. Revista Brasileira de História, São Paulo: ANPUH/ marco zero, ag/set, vo. P, nº 18, 1989.

BRUMER, Anita. *O Sexo da Ocupação: Considerações teóricas sobre a inserção da mão de obra feminina na força de trabalho*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 3, nº 8, 1988.

BURK, Peter (org). *A Escrita da História: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

_____. *A Revolução Francesa da Historiografia: A Escola dos Annales, 1929-1989*; tradução Nilo Odália. 2ª edição – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CALVINO, Ítalo. *A Palavra escrita e a não escrita*. In: *Usos e abusos da história oral*. Janaina Amado e Marieta de Moraes coordenadoras. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGH, 2002.

CÂNDIDO, Antônio. *Teresina etc*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, 2º edição.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. INL MEC, p.655-656, Rio de Janeiro, 1962.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Experiência do Movimento Operário*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CASTRO, Hebe. '*História Social*'. In: *Domínios da História: Ensaios de teoria e metodologia*. Jamorion, Ciro e Vainfas, Ronaldo (orgs), Campos-Rio de Janeiro, 1997.

CAULFIELD, Sueann. *Em Defesa da Honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*. Campinas-SP. Editora as Unicamp. Centro de pesquisa em História social e cultural, 2000.

CAVALCANTE, Gustavo Bezerril. *Mulheres do mangue: Trabalho, memória e cotidiano das marisqueiras de Fortim-Ce*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza, 2004.

CHALUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão da corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas, SP. Editora da Unicamp, 2001.

CHARTIER, Roger. *A Visão do historiador modernista*. In: *Usos e abusos da história oral*. Janaina Amado e Marieta de Moraes coordenadoras. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGH, 2002.

COSTA, Albertina Oliveira de. e Bruschini, Cristina (orgs) *Uma Questão de Gênero..* Editora Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

COSTA, Emília Viotti. *Coroas de Glória, Lágrimas de Sangue: A Rebelião de Escravos de Demerara em 1823*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

_____. *Novos públicos, Novas Políticas, Novas Histórias: Do reducionismo econômico ao reducionismo cultural: Em busca da dialética*. Anos 90, Porto Alegre, n.10, dezembro de 1998.

COUTINHO, Maria Lúcia Rocha. *Tecendo por Trás dos Panos*. Introdução. São Paulo, Editora Rocco, 1994.

DAVIS, Natalie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DECCA, Edgar S de. *Memória e Cidadania*. In: Secretaria Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo – DHP. *O Direito ao Passado – patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo, 1991.

DE CERTAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: 1- artes de fazer*; tradução de Ephrain Ferreira Alves. Petrópolis, vozes, Rio de Janeiro, 1994.

_____. *A Operação Historiográfica. A Escrita da História*, cap. II, Floresce, Rio de Janeiro, 1987.

DE MENDONÇA, Maria Luiza Pinto. *Algumas Considerações sobre Rendas e Rendeiras do Nordeste*. Separata do Boletim do Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará, 1961.

DEL PRIORI, Mary. *História do Cotidiano e da Vida Privada*. In: Flamarion, Ciro e Vainfas, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Editora Campos, 1997.

_____. *História das Mulheres: as vozes do silêncio*. In: *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. Freitas, Marcus Cezar de. (org). São Paulo: Contexto, Paulo, 1998

DIAS, Maria Barbosa. *As Areias coloridas do litoral cearense modeladas por sábias mãos*. In: *O público e o privado*. Fortaleza: Cadernos dos Núcleos em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará (UECE), jul/dez, 2003.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Teoria e Métodos dos Estudos Feministas: Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano*. In: Costa, Albertina de Oliveira e Bruschini, Cristina (orgs). *Uma Questão de Gênero*. Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. *Quotidiano e Poder em São Paulo no século XIX, São Paulo, Brasiliense, 1984.*

_____. *Hermenêutica do Cotidiano na Historiografia Contemporânea.* Projeto História. São Paulo, (17), novembro, 1998.

DUARTE, Adriano Luiz. *Cidadania e Exclusão: Brasil 1937-1945.* Florianópolis. Editora da UFSC, 1999.

FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920).* Rio de Janeiro. Difel, 1997.

FEBVRE, Lucien. *Viver a História: palavras de iniciação. Combates pela História,* ed. Presença, 1989.

FEIJÓ, João da Silva. *Memória sobre a capitania do Ceará e outros trabalhos.* Edição fac. Sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. Coleção Biblioteca Básica Cearense, 1997.

FENELON, Dea Ribeiro. *O Historiador e a Cultura Popular: história de classe ou história do povo.* História e Perspectiva. Uberlândia, jan/jun, 1992.

FERRERAS, Norberto O. *História e Trabalho: entre a renovação e a nostalgia.* In: Trajetos. N° 2, Fortaleza: Departamento de História – UFC, 2002.

FERREIRA, Marieta Moraes de. e AMADO, Janaína (orgs). *Usos e Abusos da História Oral,* Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2002.

FLEURY, Catherine Arruda Ellwanger. *Renda de Bilros, Renda da Terra, Renda do Ceará.* A expressão artística de um povo. São Paulo: Annablume. Fortaleza: Secult, 2002.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. *Trabalhadores e cidadãos: Nitro Química: a fábrica e suas lutas operárias no anos 50.* São Paulo: Annablume, 1997.

_____. *Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais: São Miguel Paulista (1945-1966).* Tese de Doutorado, 2002.

FREITAS, Marcus Cezar (org). *Historiografia Brasileira em Perspectiva,* São Paulo. Editora Contexto, 1998.

FUNES, Eurípides A. “*Nasci nas matas, nunca tive senhor*”. História e Memória dos Mocambos do Baixo Amazonas. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 1995.

GARCIA, Marco Aurélio de A. *Tradição, Memória e História dos Trabalhadores.* In: Secretaria Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo – DHP. O Direito ao Passado – patrimônio histórico e cidadania. São Paulo, 1992.

GEERTZ, Clifford. *O saber local*. Novas ensaios em antropologia interpretativa, Petrópolis: Vozes 3ª ed., 1997.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas e Sinais* ("Sinais: raízes de um paradigma indiciário"). São Paulo. Companhia das Letras, 1989.

_____. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

_____. *Relações de força. História, Retórica, Prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GIRÃO, Raimundo e FILHO, Antônio Martins. *O Ceará*. Ed. Instituto do Ceará, 3ª edição.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. *Rendas e Bordados do Ceará*. Separata de "O Ceará", 3ª edição, Fortaleza, 1965.

_____. *Rendas de Bilros*. Coleção do Museu Arthur Ramos, ed. UFC, 1984.

_____. *A renda de bilros e seus artífices*. Trabalho de pesquisa realizado pela conservadora do museu do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Ceará, 1966.

GODOI, Emília pletrafesa de. *O Trabalho da memória: cotidiano e história no sertão do Piauí*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

HALL, Stuart. *A questão da identidade cultural*. São Paulo: IFCH/UNICAMP, 1995.

HARDMAN, Francisco Foot. *Nem Pátria, Nem Patrão*. Memória operária, cultura e literatura no Brasil. São Paulo, Editora UNESP, 3ª ed., 2002.

HEILBORN, Maria Luiza. *Fazendo Gênero? A Antropologia da Mulher no Brasil*: In: Costa, Albertina de Oliveira e Bruschini, Cristina (orgs). *Uma Questão de Gênero*. Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

HOBSBAWM, Eric. J. *O Presente como história*: Escrever a história do seu próprio tempo. Tradução: Heloisa Buarque de Almeida. Revista Novos Estudos, n° 43, novembro de 1995.

_____. *Pessoas Extraordinárias*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. *Mundos do Trabalho*. Novos estudos sobre a história operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Era dos Extremos*. O breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOGGART, Richard. “Nós e Eles”. In: OLIVEIRA, Paulo de Salles (org). *O Lúdico na Cultura Solidária*. São Paulo: HUCITEC, 2001.

HOLANDA, Violeta Maria de Siqueira. “A Mulher Rendeira”: *De Símbolo à Marketing Cultural no Ceará*. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Fortaleza, 1999.

HUFTAN, Olewn. *Mulheres/Homens: Uma Questão Subversiva*. Passados Recompuestos: Campos e Canteiros da História. In: Bautier, Jean e Júlia, Dominique (orgs). Rio de Janeiro-URFJ, 1998.

HUNT, Lynn. *A Nova História Cultural*. Tradução: Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1992.

IBGE. Mapa Municipal, vol. 04, página 93. Histórico Aquiraz –Ce.

JUNIOR, M. Diegues. *Cultura e Comunidade*. Revista Brasileira de Folclore. Ano XIV. Nº 41, maio/agosto 1976.

KI-ZERBO, J. História Geral da África. vol.I. *Metodologia e Pré-História da África*, São Paulo: Ática/UNESCO, 1982.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed. Campinas-SP. Editora da Unicamp, 2003.

LEITE LOPES, José Sérgio. *A Tecelagem dos conflitos de classe na “Cidade das Chaminés”*. Editora Marco Zero, São Paulo, 1988.

LEITE, Miriam L. M. *História das Mulheres*. In: Revista USP: Dossiê Nova História. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, nº 23, set./out./nov,94.

LIMA, Antônio Aquilino de Macedo e AEVEDO, Ivanildo Mendes. *O Artesanato Nordeste: Características e Problemática Atual*. Fortaleza, BND/ ARTENE, Estudos Econômicos e Sociais, vol. 14, 1982.

LIMA, Hermam. Rendeiras: *Imagens do Ceará*. Cadernos de Cultura. Ministério da Educação e Cultura - serviço de documentação.

LIMA, Maria do Céu. *Comunidades Pesqueiras Marítimas no Ceará: Território, Costumes e Conflitos*. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2002.

LISBOA, Regina Azevedo e MALUF, Sônia Weidner (orgs). *Usos e Abusos da História Oral*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2004.

LOBO, Elizabeth Sousa. *Emma Goldman*. Ed brasiliense s. a. São Paulo 1983.

MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do Mundo Feminino. História da Vida Privada no Brasil*. Editora Companhia das Letras, vol.3, cap. 5. São Paulo, 1993.

_____. *Ruídos da memória*. São Paulo. Siciliano, 1995.

MARTINS, José de Sousa. *O subúrbio*. Hucitec. São Caetano do Sul, 1990.

MATOS, Maria Izilda S. de. *Outras Histórias: As Mulheres e os Estudos dos Gêneros: percursos e possibilidades*. Gênero em Debate: trajetórias e perspectivas na historiografia contemporânea, São Paulo. Rosa dos Tempos, 1992.

MENDONÇA, Maria Luiza Pinto de. *Algumas Considerações sobre Rendas e Rendeiras do Nordeste*. Separata do Boletim do Instituto de Antropologia da Universidade do Ceará, 1961.

MORAES, José Geraldo Vinci de. E Rego, José Mauricio. *Conversas com Historiadores Brasileiros*. São Paulo, Ed. 34, 2002.

NASCIMENTO, Cláudia Maria Batista. *Aspectos sócio-econômico-cultural do artesanato do Ceará*. Fortaleza: SIC/CE, 1978.

NOGUEIRA, Paulino. *Vocabulário indígena*. Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, v. 1.

NUNES, Benedito. *Os Tempos da narrativa*. 2ª edição. São Paulo. Editora. Ática, 1995.

OITICICA, Francisco de Paula Leite. – A Arte da Renda no Nordeste, p 68-73 In: FREIRE, Gilberto, [et.al.]. Livro do Nordeste. Recife: Arquivo Público Estadual/ Secretaria da Justiça, 2ª edição (edição fac-similar), 1979.

OLIVEIRA, João Batista Perdigão de. Revista do Instituto do Ceará, v. 1/2.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. *Família, pobreza e gênero: o lugar da dominação masculina*. Fortaleza. EDUECE, 2001.

PALLARES Burke, Maria Lúcia Garcia. *As Muitas Faces da História*. Nove Entrevistas - São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PAOLI, Maria Célia. *As ciências sociais, os movimentos sociais e a questão de gênero*. In: Novos Estudos CEBRAP, nº31, outubro de 1991.

_____. *Memória, História e Cidadania*. In: Secretaria Municipal de Cultura da Cidade de São Paulo. – DHP. O Direito à Memória – patrimônio histórico e cidadania. São Paulo, 1992.

PEDRO, Joana Maria. *Relações de gênero na pesquisa histórica*. Revista Catarinense de História. Florianópolis, nº 2, 1994.

PEREIRA, Carlos José da Costa. *Artesanato – definições, evolução e ação do Ministério do Trabalho; programa nacional de desenvolvimento do artesanato*, Brasília, MTB, 1979.

PERROT, Michele. *A História feita de Greves, Excluídos e Mulheres*. Tempo Social; Revista de Sociologia da USP-SP, outubro 1996.

_____. *Os Excluídos da História: operário, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1998.

_____. *Em que ponto está a história das mulheres na França?* Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 14(28), 1994.

_____. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Fundação. Editora da UNESP, 1998.

_____. *As Mulheres e os Silêncios da História*. Baurur-Sp. EDUSC, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e História Cultural*. Coleção “História & Reflexos”. Cap. IV e V.

PINHEIRO, Francisco José. “*Mundos em confronto: povos nativos e europeus na disputa pelo território*”. In: SOUSA, Simone de. *Uma nova história do Ceará*, Fortaleza, 2ª, 2002.

PORTO ALEGRE, Sylvia. *Arte e ofício de artesão – histórias e trajetórias de um meio de sobrevivência*. Fortaleza: NEPS, 1985.

PORTELLE, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral*. In: *Projeto História: Revista de Pós-Graduação em História e do Departamento de História da PUC-SP*. N° 15, São Paulo, Brasil, 1961.

_____. *História oral e memórias*. Entrevista com Alessandro Portelli. In: *História e Perspectivas*, N 25 e 26– jul./dez. e jan./jun. Uberlândia, 2001.

PROJETO HISTÓRA: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo-SP. N° 10,14,15,22 – Brasil, 1981.

RAGO, Margareth. *As Mulheres na Historiografia Brasileira*. In: Silva e Zélia Lpoes (orgs). *Cultura e História em debates*. São Paulo, 1995.

Revista Brasileira de História – Órgão oficial da Associação Nacional de História. São Paulo. ANPUH/Humanitas publicações, n°10, 17, 39.

RODRIGUES, Lupecinio. *O Feminino, O Masculino e suas Relações*. In: Matos, Maria Izilda S. e Faria, Fernando A.. Bertrand Brasil.

SADER, Eder. *Quando Novos Personagens Entram em Cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo*, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas da História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

SALEM, Tânia. *O casal igualitário: princípios e impasses*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.3,nº9, fevereiro, 1986.

SALLES, Vicente Jarimbu. "*Rendas*". In: LODY, Raul Giovanni da Motta. *Artesanato brasileiro*. Rio de Janeiro: FUNART, 1986.

SAMPAIO, Dorian. *Anuário do Ceará*. O Ceará nos anos 70.

SAMUEL, Raphael. *História local e história oral*. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.9, n.19.

SANTOS, José Maurício Câmara dos. *Aquiraz – todos juntos rumo a um novo milênio*. Foprtaleza: 1ª ed. Agosto, 2000.

SILVA, Elizabete Rodrigues da. – *As Charuteiras no Palco da Vida*. In: SARDE, Nberg, CÉLIA, Maria Bacellar, VANIN, Iole Macedo e ARAS, Lima Maria Brandão (orgs)- *Fazendo Gênero na Historiografia Baiana*, Núcleos de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. NEIM, Mestrado em História, FFCH/UFBA, 2001.

SMITH, Bonnie G. *Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica*. Bauru – São Paulo: EDUSC, 2003.

SOUSA, Maria Luiza de. *Desenvolvimento de Comunidade e participação*. São Paulo: Córtes, 2004.

SOUSA, Simone de. *Uma nova história do Ceará*. (revisada e atualizada). Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2ª ed., 2002.

SCOTT, Joan. *História das mulheres*. In: Burke, Peter (org). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, Biblioteca Básica, 3ª ed, 1997.

SOIHET, Rachel. *História das Mulheres*. In: *Domínios da História; ensaios de teoria e metodologia*. IN: Jamorion, Ciro e Vainfas, Ronaldo(orgs), Rio de Janeiro: Campos,1997.

STUDART, Barão de. *Datas e factos para a história do Ceará*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. Coleção Biblioteca Básica Cearense, Tomos I, II, II, 2001.

_____. *Notas para história do Ceará - segunda metade do século XVIII*, Fortaleza, 1892.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. *O Outro lado da família brasileira*. Campinas-São Paulo: Editora da Unicamp, 2004.

THÉBERGE, P. (Dr.). *Esboço histórico sobre a província do Ceará*. Edição fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara. Coleção Biblioteca Básica Cearense, Tomo I e II, 2001.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Athusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em Comum - Estudos sobre a cultura popular tradicional*. Companhia das Letras, São Paulo, 1998.

_____. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas: Editora UNICAMP, 2001.

VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da História – Micro-história*. Rio de Janeiro: Campos, 2003.

VIOTTI, Emília da Costa. *Coroas de Glórias, Lágrimas de Sangue: a rebelião dos escravos em Demerara em 1823*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WADI, Yonissa Marmitt. *Loucas pela Vida: Experiência de mulheres tidas como Loucas (RS, 1884-1930)*. São Paulo, Tese de Doutorado do Programa de Estudos Pós-Graduação em História. PUC-SP.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Tradução. Lálío Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1992.

_____. *Marxismo e Literatura*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.